

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
Faculdade de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Cristiane Gomes de Souza

**TRABALHO, EDUCAÇÃO E O
PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR:
POSSIBILIDADES OU LIMITES?**

Maceió
2009

CRISTIANE GOMES DE SOUZA

**TRABALHO, EDUCAÇÃO E O
PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR:
POSSIBILIDADES OU LIMITES?**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Profº Dr. Ivo Tonet

Maceió
2009

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

S729t

Souza, Cristiane Gomes de.

Trabalho, educação e o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador :
possibilidades ou limites? / Cristiane Gomes de Souza , 2009.
138 f.

Orientador: Ivo Tonet.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas.
Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2006.

Bibliografia: f. 131-138.

1. Trabalho e educação. 2. Qualificação profissional. 3. Políticas públicas.
4. PLANFOR. 5. PNQ. 6. Estado. 7. Capitalismo. 8. Serviço social. I. Título.

CDU: 364:331



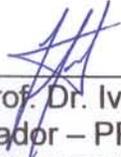
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-MESTRADO



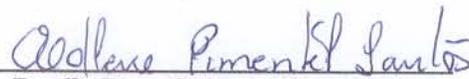
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-MESTRADO

Membros da Comissão Julgadora de Defesa de Mestrado da mestranda Cristiane Gomes de Souza, intitulada: **“Trabalho, Educação e o Plano de Qualificação do Trabalhador: possibilidades ou limites?”** apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 03 de setembro de 2009, às 10h30min na Sala de Mutimeios (PPGSS).

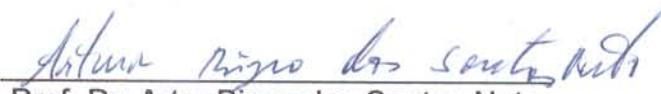
COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Ivo Tonet
Orientador – PPGSS/UFAL
CPF: 169595409-25



Prof.ª. Dra. Edlene Pimentel
PPGSS/UFAL
CPF: 133659674-00



Prof. Dr. Artur Bispo dos Santos Neto
ICS/UFAL
CPF: 200741155-53

Para **Lucas**, por todos os motivos.

AGRADECIMENTOS

A minha família minha inspiração primeira - as pessoas mais importantes da minha vida, pela confiança, amor, cumplicidade e, principalmente, paciência.

Ao programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Alagoas pela oportunidade de estudar em um ambiente fecundo de idéias.

E a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para minha aprendizagem, para meu percurso pessoal e profissional de que este trabalho é resultado.

“Há homens que lutam um dia, e são bons; Há outros que lutam um ano, e são melhores; Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons; Porém há os que lutam toda a vida. Estes são os imprescindíveis”.

Bertold Brecht

RESUMO

Este estudo tem como objeto de investigação o Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), implementado em 1995, na lógica da empregabilidade, em função do desemprego estrutural, com recursos específicos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no período do governo Fernando Henrique Cardoso e inserido no quadro das chamadas políticas ativas do Sistema Público de Emprego. Parte do entendimento de qualificação como processo que articula trabalho e educação e que se desenvolve no espaço contraditório entre trabalho e capital, e a atuação do Estado, no qual interesses divergentes se confrontam. Enfoca também as mudanças no trabalho sob a égide do capitalismo, demonstrando que de elemento fundante do homem e das sociedades, o trabalho se transforma em instrumento de alienação do trabalhador, trazendo, pois, consequências perversas para a própria classe trabalhadora. O objetivo, portanto, é compreender o processo decisório, o desenho e o funcionamento da Política do PLANFOR. E, tendo em vista a multiplicidade de estudos e avaliações sobre essa política, o foco da dissertação foi uma tentativa de sistematizar as principais conclusões a respeito do programa no Estado capitalista. Inicialmente, procurou-se traçar em linhas gerais todo o contexto social, político e econômico em que emergiu o PLANFOR, para posteriormente entendê-lo e analisá-lo por meio da correlação entre o seu sucessor, o PNQ (Plano Nacional de Qualificação). Na realidade, o que evidenciamos é que a essas políticas públicas de qualificação são tratadas, pelas classes dominantes, como uma construção ideológica que pretende criar uma outra sociabilidade do trabalho compatível com os seus projetos de classe, mas que, sob a ótica dos trabalhadores, ela é apreendida como acesso à educação e ao trabalho.

Palavras-Chave: Trabalho, Educação, Sistema Público de Emprego, Políticas Públicas de Qualificação, PLANFOR, PNQ, Estado Capitalista.

ABSTRACT

This study aims to research the National Plan of Professional Formation (PLANFOR), implemented in 1995, the logic of employability in terms of structural unemployment, with specific resources of the Fund for the Support of Workers (FAT), during the government of Fernando Henrique Cardoso and inserted into the framework of active policies Call Public Employment System. Part of understanding and qualification process that links work and education that develops and contradictory in the space between labor and capital, and the performance of the state, which divergent interests are confronted. Also focuses on changes in work under the aegis of capitalism, showing that the founding element of man and society, the work becomes an instrument of alienation of the worker, bringing therefore perverse consequences for the working class. The aim therefore is to understand the process, the design and operation of the policy PLANFOR. And for the multitude of studies and assessments on this policy, the focus of the dissertation was an attempt to systematize the main conclusions about the program in the capitalist state. Initially, we tried to outline in general all the social, political and economic as it emerged the PLANFOR to further understand it and analyze it by means of the correlation between his successor the PNQ (National Plan of Qualification). Indeed, the evidence and those policies are treated for qualification, the dominant classes, as an ideological construction that you want to create another social work compatible with their projects of class. From the perspective of workers, it is perceived as access to education and work.

Key-Words: Work, Education, Public Employment System, Public Policy Qualification, PLANFOR, PNQ, State Capitalist.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
CET	Conselho Estadual de Trabalho
CMT	Conselho/Comissão Municipal do Trabalho
CGU	Corregedoria-Geral da União
CNM	Confederação Nacional dos Metalúrgicos
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CUT	Central Única de Trabalhadores
DEQ	Departamento de Qualificação
DEQP	Departamento de Qualificação Profissional
DRT	Delegacia Regional de Trabalho
EP	Educação Profissional
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PARC	Parceria
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEA	População Economicamente Ativa
PEQ	Plano Estadual de Qualificação
PIPMO	Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PlanTeQ	Plano Territorial de Qualificação
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PPA	Plano Plurianual
PPE	Políticas Públicas de Emprego
PPTR	Políticas Públicas de Trabalho e Renda
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar

PROESQ	Projetos Especiais de Qualificação
SIGAE	Sistema de Planejamento, Gestão e Monitoramento da política pública de trabalho e renda
SIGEP	Sistema de informações gerenciais para Educação Profissional
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SEFOR	Secretaria Nacional de Formação
SFC	Secretaria Federal de Controle
SMO	Secretaria de Mão de Obra
SPE	Sistema Público de Emprego
SPPE	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
TCU	Tribunal de Contas da União
UNITRABALHO	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o trabalho

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Classificação das políticas públicas e emprego	89
Quadro 2: Artigos de Resoluções PLANFOR e PNQ que trata dos objetivos ...	118
Quadro 3: Artigos de Resoluções PLANFOR e PNQ que trata da implementação	118

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 TRABALHO, CAPITAL, CAPITALISMO E ESTADO	17
1.1 Trabalho	18
1.2 Capital	29
1.3 Estado	40
2 A DINÂMICA DA CRISE ATUAL DO CAPITAL: IMPACTOS E AGRAVAMENTOS	53
2.1 A crise do capitalismo e as especificidades de seus rebatimentos no Brasil e em Alagoas	63
2.1.1 No Brasil	64
2.1.2 Do nordeste: Alagoas	73
3 O ENFRENTAMENTO DA CRISE NO ESTADO CAPITALISTA: A EDUCAÇÃO DE TRABALHADORES POR MEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO	78
3.1 Políticas sociais	79
3.2 Política de qualificação profissional: PLANFOR – suas especificidades e mediações	84
3.3 Do PLANFOR ao PNQ: rupturas ou continuidades?	102
3.4 PNQ e suas dimensões: divergências ou convergências com o PLANFOR?	112
CONCLUSÃO	123
REFERÊNCIAS	131

INTRODUÇÃO

Nosso trabalho discute os processos de qualificação dos trabalhadores a partir do Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR) de 1995 até 2003, tendo continuidade com o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), a partir de julho de 2003, compreendidos como uma das estratégias da burguesia, especialmente no Brasil.

O Plano Nacional de Qualificação (PNQ), lançado em junho de 2003, foi formulado como parte do Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional que, por sua vez, compõe o Plano Plurianual (PPA), versão 2004-2007. O PNQ foi fundado com o propósito de reorientar a Política Pública de Qualificação Profissional, baseando-se em uma avaliação crítica da Política anterior e, em particular, do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), que vigeu entre 1995 e 2002.

As “lacunas”, “incoerências” e “limitações” apontadas quanto ao PLANFOR situaram-se, sobretudo nos seguintes aspectos: incapacidade de integrar-se efetivamente às demais Políticas Públicas de Trabalho e Renda e de interagir decisivamente com as Políticas Públicas de Educação; fragilidade das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho (CETs e CMTs); baixo grau de institucionalidade da rede nacional de qualificação profissional; ênfase nos cursos de curta duração; fragilidade do seu sistema de planejamento, monitoramento e avaliação (MTE/SPPE/DEQ, 2003, p.19).

Esses processos, pois, vão configurando estratégias de construção da classe dominante brasileira na totalidade social que, por sua vez, inscrevem-se no movimento mais geral da dinâmica do capital. Uma dinâmica com suas expressões e com a participação de organismos financeiros que determinam e redefinem as relações entre Estado, sociedade e mercado. Nesse contexto, também evidenciamos especialmente que a década de 1990 no Brasil caracterizou-se pelo expressivo crescimento das taxas de desemprego e sua manutenção em patamares significativos. Ao mesmo tempo, as discussões acerca das questões do desemprego e da forma como os Estados deveriam intervir na economia e na sociedade, a partir desta década, tomaram configurações muito diferentes das que tinham em épocas anteriores. Surgindo, pois, a preocupação com políticas públicas de emprego, mas

que, por meio de nosso estudo, elas mesmas apontam um conjunto de problemas complementares e interdependentes.

Este cenário, portanto, obriga os governos nacionais a se preocuparem com políticas públicas de emprego, visando a dois objetivos: 1) o primeiro, de caráter compensatório, almejando amparar o trabalhador fora do mercado de trabalho (políticas passivas); 2) o segundo, buscando intervir efetivamente na demanda por trabalho e na qualidade da oferta, ou seja, foco na empregabilidade (políticas ativas). Esses pressupostos partem do princípio de que a inclusão do trabalhador é um aspecto fundamental para a estabilidade das instituições democráticas e para a cidadania.

Além disso, o atendimento preferencial aos setores da população em desvantagem social, do público usualmente repellido das alternativas tradicionais de formação profissional, tem representado um aspecto do desenvolvimento do PLANFOR (Plano Nacional de Formação Profissional). No entanto, na prática, em termos de formação profissional, a tônica tem sido favorecer o desenvolvimento de qualificações estreitas para postos de trabalho precarizados ou para o desenvolvimento de atividades no setor informal da economia.

Com essas considerações, notamos que a proposta do PLANFOR parece estar sintonizada com as das políticas neoliberais, aliadas a destruição dos postos de trabalho em função da reestruturação produtiva. As evidências indicam que o Plano qualifica os trabalhadores fora do mercado formal para que os mesmos se adaptem à informalidade, na periferia do mercado de trabalho. Assim sendo, o Estado passa a ser gestor com propostas neoliberais e o PLANFOR representa o fortalecimento de um mercado privado de formação profissional, porém, com recursos públicos e provenientes do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). E apesar desses recursos serem geridos por um conselho tripartite (Governo, Trabalhadores e Empresários) e paritário — o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador — CODEFAT, e com a fragilidade dos organismos trabalhistas, a formação profissional é facultada de acordo com os interesses dos setores empresariais. Ou seja, o PLANFOR, enquanto proposta de uma política pública de geração de emprego e renda tem possibilidades muito limitadas, porque a qualificação não garante acesso ao mercado de trabalho como se preconiza. Todavia, ao ser atendido nos programas o trabalhador é considerado qualificado e

requalificado. Ademais, o trabalhador é responsável pela sua inserção ou saída do setor produtivo, mesmo que esse setor promova a eliminação de inúmeros postos de trabalho. Mais que isso, a educação dos trabalhadores passa a configurar elemento fundamental de regulação da oferta de trabalho como mercadoria.

Esta realidade vai resultando, pois, numa ideologização da importância da educação. E o pensamento dominante atribui a ela a responsabilidade de compensar as diferenças sócio-econômicas que derivam de um sistema que produz uma enorme quantidade de riqueza, mas também que produz uma imensa pobreza para a maioria da população. Daí a necessidade do Estado e das políticas de qualificação de difundir que o conhecimento é o recurso principal para a produção de riquezas, e que está ao alcance de todos pela educação.

Sobre isto, partimos do pressuposto que a qualificação profissional emerge como uma proposta de unificação dos interesses dos trabalhadores, dos capitalistas e do Estado, mesmo com os antagonismos que lhes são inerentes. E o que percebemos é que o discurso da qualificação profissional nutre a expectativa de que a classe trabalhadora, de um modo geral, está apta para o trabalho pretendido pelos empresários e que, portanto, ela é condição essencial para qualquer iniciativa de geração de emprego.

Na verdade, a qualificação profissional, como veremos, é pressuposto para imprimir maior produtividade e competitividade às empresas e qualidade aos produtos e serviços. Em outras palavras, da indústria ao “setor serviços”, a qualificação se propõe a responder a todos os requisitos necessários às exigências da dinâmica capitalista. E como podemos perceber, é na discussão sobre a crise global por que passa o capital e as soluções para seu enfrentamento, que capitalistas e instituições estatais vão organizar seu discurso.

Baseando-se nessas premissas, o que notamos é que a qualificação profissional vai funcionando como legitimadora de um pacto social com discursos de cidadania e democratização do Estado que apelam para o envolvimento da sociedade civil na luta contra o desemprego. E o Estado, portanto, vai se alimentando desses discursos, como também vai se justificando por aparato legal, instituindo e direcionando as políticas públicas de educação e de formação de trabalhadores para atender os interesses dessas forças. Com base nesses entendimentos, a presente dissertação dedicar-se-á a avaliação das políticas

públicas de emprego, especificamente o PLANFOR e PNQ, efetuadas no Brasil a partir de 1990 e 2003, tentando responder às seguintes questões: Quais são essas políticas ativas de emprego? Como elas operam? E, principalmente, elas são eficazes?

Especialmente porque mesmo acreditando ser social a relevância do tema, a preocupação maior com o mesmo é despertada, na verdade, da nossa experiência profissional inquietante em 1999 (atuando em uma das instituições executoras do PLANFOR em Maceió - Alagoas), e retomada a partir de 2006 em contato com produções teóricas marxistas. O que se pretendeu nesse estudo foi procurar compreender melhor as mediações que o Plano vem operando como instrumento da regulação social do Estado neoliberal. E por entender a partir disso que esse mesmo Plano vem visando pelo menos dois intentos: integrar e potencializar a reforma do Estado brasileiro na perspectiva gerencial, e legitimar a destinação do fundo público como fomento para o investimento nas condições de reprodução e acumulação do capital.

Além disso, compreendemos ainda que surge, nesse embate, uma multiplicidade de discursos, de um modo geral e, em particular a educação profissional e o processo de formação dos trabalhadores como um campo de disputa marcado por conflitos e contradições. E por tudo isso, deparamo-nos com um desafio que nos coloca frente a frente com a necessidade de pensar um desenho de sociedade que ultrapasse as linhas demarcatórias do capital, ou que vá além do capital.

Esta perspectiva de análise demarca a nossa opção teórico-metodológica de compreender a totalidade social com base na “análise de situações concretas” da vida social e a partir das quais procuraremos entender a conjuntura atual. Daí a necessidade de situar, sobretudo, as relações entre trabalho e educação nos contextos mais amplos das transformações sociais. Para tanto, conduzimos nossos estudos para a compreensão dos contornos do capitalismo que revolucionou todas essas relações, buscando principalmente compreender melhor o neoliberalismo e globalização — como expressões mais atuais do desenvolvimento do modo de produção capitalista — em decorrência da luta do capital para manter suas bases de acumulação. E, partindo de referenciais teóricos e históricos, optamos por realizar uma pesquisa, que partiu da revisão bibliográfica e da análise documental referente

ao objeto de estudo — Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR) e sua continuidade, o Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

Assim, procuramos, então, selecionar as fontes a respeito das políticas de qualificação dos trabalhadores, e nos defrontamos com os documentos sobre o PLANFOR e PNQ: uma avaliação feita pela Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o trabalho — UNITRABALHO e os indicadores de desempenho disponíveis no site do Ministério do Trabalho e Emprego — MTE. Iniciamos, pois, nossa análise documental buscando nos documentos do PLANFOR e PNQ identidades e divergências. Também tivemos como referência os documentos do Ministério da Educação produzidos a partir da década de 1990, que nos auxiliaram identificar aproximações e contradições entre as propostas de educação profissional deste Ministério com as propostas de qualificação profissional do MTE. E, finalmente, este movimento de experiência profissional e de pesquisa resultou na elaboração desta dissertação que está organizada em três capítulos, além da introdução e conclusão.

No primeiro capítulo, “Trabalho, Capital e Estado” procuramos demonstrar os elementos para uma análise da sociabilidade humana, situando historicamente as transformações progressivas do trabalho, com ênfase para as transformações advindas do capitalismo, tendo como referenciais as fundamentações teórico-críticas que nos auxiliam a compreender as determinações restritivas dentro do Estado Capitalista. Sobretudo a partir do entendimento de Marx (1978, p. 130) que “o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual”.

O segundo capítulo, “A dinâmica da crise atual do capital: impactos e agravamentos” julgamos necessário abordar a crise atual do capital, especialmente no cenário das políticas neoliberais e da qualificação profissional do trabalhador, compreendendo melhor a dinâmica dessa crise e seus graves impactos na sociedade como um todo.

Por fim, no último capítulo, “O enfrentamento da crise no Estado Capitalista: a educação de trabalhadores por meio das políticas públicas de qualificação” analisa o Estado que busca, por meio de aparato legal, impor práticas educativas. Assim sendo, situamos as políticas de qualificação do trabalhador através da investigação

do PLANFOR, concebido no âmbito da reforma educacional da década de 1990, e sua continuidade com o PNQ, constituindo-se, pois, como uma institucionalização da lógica do capital na qualificação do trabalhador. Ademais, procuramos identificar as bases dos planos e suas dissonâncias entre intenção e ação, sobretudo seus impactos esperados e não esperados.

Neste sentido, a discussão apresentada nos três capítulos sinaliza as tendências que se apresentam face aos processos de construção da burguesia, e a intervenção do Estado com propostas de qualificação profissional dos trabalhadores e que vai adquirindo a feição neoliberal, expressando-se, portanto, na difusão incessante de ideias como empreendedorismo, empregabilidade e cidadania. E, finalmente, encerrando o trabalho, uma guisa de conclusões.

1 TRABALHO, CAPITAL, CAPITALISMO E ESTADO

Convivemos com um período histórico particularmente difícil. As últimas décadas vêm sendo marcadas por profundas transformações do sistema capitalista mundial, acarretando muitos impactos na organização e nos processos do trabalho.

Todavia, discutir transformações na realidade em que se está imerso não constitui uma tarefa fácil. Isto porque formulações a esse respeito exigem uma percepção cuidadosa de mudanças ainda em curso, como também uma análise que vá além daquilo que é aparente, e que consiga estabelecer as relações das várias “partes” com o todo.

Na abertura desse primeiro capítulo adotamos como eixo norteador de nossas análises as três dimensões do sistema de capital, que são completamente articuladas: *Trabalho, Capital e Estado*. Na verdade, entendemos que capital se articula nesse tripé e se constitui num processo metabólico de controle de todas as esferas da sociabilidade humana.

Portanto, faz-se mister aqui contribuir com alguns elementos importantes para que possamos refletir sobre determinadas características fundantes do atual padrão de acumulação de capital, necessárias para vir a compreender, criticamente, a condição social de nosso mundo contemporâneo. Especialmente, entender o desenho e os limites do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador nessas conformações.

E para que possamos analisar as três dimensões do sistema do capital, parece-nos necessário apresentar inicialmente nossa compreensão sobre o trabalho em Marx. Principalmente porque acreditamos que como na sociedade nada é dado ao homem, pois tudo é construído pela práxis humana, partimos do pressuposto de que é essencial nesse capítulo iniciar as discussões acerca da constituição do homem historicamente construído a partir da sua relação com a natureza, que se processa por meio do trabalho. É o que procuraremos discutir a seguir.

1.1 Trabalho

Falar em trabalho hoje é tratar de uma temática que invade os mais diversos ambientes de discussão e de convívio sócio-econômico. Ele nos aparece na forma de desemprego, de ameaça, de fadiga e sofrimento, de exploração e injustiça, ou de realização, de impulso para o desenvolvimento.

O que muitos não sabem é que o trabalho tem uma história e que o nosso desenvolvimento histórico atual está intimamente relacionado ao trabalho. E indo a Marx, a categoria trabalho pode ser melhor entendida na sua capacidade de definição da essência do homem-humanidade.

Para tanto, importa compreender a categoria trabalho pelo meio da dialética materialista¹, que é uma tarefa complexa e desafiadora, que exige um desnudar-se de preconceitos e visões enraizadas pela própria história. A relevância desse estudo nos possibilita um conhecimento mais aprofundado do pensamento de Marx, que permitirá captar e desmistificar, no movimento histórico-social, a processualidade do trabalho na sociedade burguesa contemporânea.

Na verdade, pretendemos aqui focar nossa atenção à grande contribuição dada por Karl Marx sobre trabalho como conceito central em sua filosofia. Principalmente porque a categoria trabalho, uma vez compreendida na sua historicidade material e dialética, permite alcançar uma definição de homem como sendo aquele que, para ser, necessita produzir os seus próprios meios de subsistência material.

O trabalho, pois, numa forma genérica, pode ser compreendido como a utilização da força de trabalho, na relação com a natureza, para a produção de

¹ O Materialismo Histórico Dialético surgiu porque se percebeu a necessidade de um pensamento que aferisse a realidade de modo diferente, e em oposição, à concepção idealista da história. O **materialismo histórico** é uma tese do marxismo, segundo a qual o modo de produção da vida material condiciona o conjunto da vida social, política e espiritual. É um método de compreensão e análise da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas. Uma abordagem metodológica ao estudo da sociedade, da economia e da história.

A análise materialista histórica parte da questão de que a produção, e a troca dos produtos, é pilar de toda a ordem social; existente em todas as sociedades da história. Sobre a **dialética** temos que os elementos do esquema básico do método dialético são a tese, a antítese e a síntese. Em suma, Marx, por meio do diálogo crítico com os pensadores que o precedem e do compromisso com o mundo do trabalho, confecciona este novo método de análise que proporciona uma nova concepção de homem e de sociedade, uma interpretação dialética da história e uma crítica da economia política.

valores de uso necessários à vida humana. Dessa forma, o processo simples de trabalho é condição *sine qua non* para a produção da existência do ser social, independentemente do modo de produção existente.

Vejam como Marx compreende o trabalho e, conseqüentemente, nos revela a relação homem-natureza:

O trabalho é, em primeiro lugar, um processo de que participam igualmente o homem e a natureza, e no qual o homem espontaneamente inicia, regula e controla as relações materiais entre si próprio e a natureza. Ele se opõe à natureza como uma de suas próprias forças, pondo em movimento braços e pernas, as forças naturais de seu corpo, a fim de apropriar-se das produções da natureza de forma ajustada a suas próprias necessidades. Pois, atuando assim sobre o mundo exterior e modificando-o, ao mesmo tempo ele modifica a sua própria natureza. Ele desenvolve seus poderes inativos e compele-os a agir em obediência à sua própria autoridade. Não estamos lidando agora com aquelas formas primitivas de trabalho que nos recordam apenas o mero animal. Um intervalo de tempo imensurável separa o estado de coisas em que o homem leva a força de seu trabalho humano ainda se encontrava em sua etapa instintiva inicial.

Pressupomos o trabalho em uma forma que caracteriza como exclusivamente humano. Uma aranha leva a cabo operações que lembram as de um tecelão, e uma abelha deixa envergonhados muitos arquitetos na construção de suas colmeias. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas é que o arquiteto ergue a construção em sua mente antes de a erguer na realidade. Na extremidade de todo processo de trabalho, chegamos a um resultado já existente antes na imaginação do trabalhador ao começá-lo. Ele não apenas efetua uma mudança de forma no material com que trabalha, mas também concretiza uma finalidade dele próprio que fixa a lei de seu *modus operandi*, e à qual tem de subordinar sua própria vontade. E essa subordinação não é um ato simplesmente momentâneo. Além do esforço de seus órgãos corporais, o processo exige que durante toda a operação, a vontade do trabalhador permaneça em consonância com sua finalidade. Isso significa cuidadosa atenção. Quanto menos ele se sentir atraído pela natureza de seu trabalho e pela maneira por que é executado, e por conseguinte, quanto menos gostar disso como algo em que emprega suas capacidades físicas e mentais, tanto maior atenção é obrigado a prestar (MARX, 1980, p.197-198).

Como podemos constatar, quando Marx afirma que o trabalho é, em primeiro lugar, um processo de que participam igualmente o homem e a natureza, coloca o homem em relação de igualdade perante a natureza. Assim sendo, é na transformação da natureza que serão produzidas as necessidades e possibilidades que tenderão a ser predominantes ao longo do tempo, e que expressam o modo peculiar dos humanos converterem a natureza no que necessitam. Ademais, o trabalho humano não é um ato instintivo, como dos animais; é uma práxis consciente do sujeito que necessita, para viver, produzir sua vida material.

Com essa capacidade criativa, e reflexiva que lhe é peculiar, o homem faz da sua atividade vital – o trabalho, objeto de sua consciência. Ele não apenas efetiva uma transformação da forma da matéria natural, mas realiza ao mesmo tempo, na própria matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina como lei, a espécie e o modo de sua atividade, e ao qual tem de subordinar sua vontade. Aqui, o trabalho coloca-se como categoria central na vida humana: a mediação essencial para a “humanidade do homem”.

Nessa perspectiva, o trabalho aparece como categoria fundante do mundo dos homens. E tem então uma dimensão ontológica porque ele está enraizado na existência dos homens, de tal maneira que sem ele nem homens e nem história poderiam existir. Ou seja, é o mesmo que dizer que o trabalho tem um caráter de anterioridade, isto é, ele é anterior e determinante das variadas formas dos homens existirem e se organizarem socialmente.

As condições sociais encontradas historicamente no meio societal são dadas pelo trabalho. Fundamentadas e realizadas no trabalho. O trabalho, portanto, como a capacidade de produzir e criar as coisas é que humaniza o homem. O homem se faz homem ao relacionar-se com a natureza e com os outros homens por meio do trabalho. Nesse sentido, Marx (2004, p. 64-65) reflete que:

[...] O trabalho é uma condição natural eterna da existência humana. O processo de trabalho não é mais do que o próprio trabalho, considerado no momento da atividade criadora. Os elementos gerais do processo de trabalho, por conseguinte, são independentes de todo e qualquer desenvolvimento social determinado. Os meios e materiais de trabalho, uma parte dos quais é produto de trabalhos precedentes, desempenham o seu papel em qualquer processo de trabalho, em qualquer época e em todas as circunstâncias [...].

Como podemos ver, o homem é um ser histórico, portanto, sujeito de sua história. O pressuposto da existência humana é o trabalho. Essa condição humana é mediada entre o homem e a natureza pelo trabalho. O trabalho, pois, é a chave para a compreensão do homem, que necessita cotidianamente realizá-lo para poder viver. E a reprodução de sua vida material, portanto, é assegurada pelo trabalho que para Marx (1983, p.153):

[...] é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal de metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais.

Nas palavras de Lessa (2000, p.49),

o trabalho é a categoria fundante, não por que venha antes da sociedade (a rigor, ele não pode existir fora do ser social, porque não é uma categoria da natureza), mas porque, na relação com a totalidade social, é o local por excelência da produção das necessidades por novas relações sociais (categorias e complexos) que marcarão o desenvolvimento histórico do gênero humano.

Significa dizer que se a razão de o trabalho ser a categoria fundante do mundo dos homens vem diretamente da história, e que vale ressaltar que como o ser social é precedido pelo desenvolvimento da vida, herdamos a condição de que sem a transformação da natureza não há qualquer reprodução social possível. Portanto, converter a natureza nos meios de produção e de subsistência é a razão primeira da vida gregária dos humanos. E nesse intercâmbio orgânico com a natureza é que vão sendo produzidas as necessidades e as possibilidades que tenderão a predominar ao longo da história.

Dito de um outro modo, o trabalho em sua concepção mais ampla significa a transformação da natureza em objetos úteis para satisfazer necessidades humanas. Para Marx (1982), é pelo trabalho que o homem se objetiva e se constitui como ser social. Mas também é pelo trabalho que o homem, ao transformar a natureza, transforma a si mesmo. Por isso, o trabalho é imprescindível para a construção da objetividade e da subjetividade da raça humana. E sendo o trabalho, pois, uma categoria histórica, ele é determinado pelo modo como os homens produzem e reproduzem sua vida. Assim, se reafirmamos a categoria trabalho como central, importa que falemos do trabalho como a categoria ontológica na vida dos homens.

Conforme cita Tonet (2005, p.132):

[...] para Marx, o trabalho é o fundamento ontológico do ser social. E que isto significa não só que ele é a mediação que permite o salto ontológico da natureza para o homem, como também continuará a ser este fundamento na medida em que é condição natural eterna da vida humana, independente da forma como ele se realize.

Continua o autor:

Contudo, embora o trabalho seja o fundamento ontológico do ser social, este não se resume àquele. Com a complexificação da realidade social, surgem novas necessidades e novos problemas, que não poderiam ser enfrentados no âmbito do próprio trabalho. É a partir disto que surgem novas dimensões sociais, tais como direito, política, arte, ciência, religião, educação etc., cada qual com uma natureza e funções específicas para a resolução destas novas questões. Natureza e funções que só poderiam cumprir se tivessem uma autonomia (sempre relativa) com relação à matriz que lhes deu origem. Daí dizermos que elas têm uma dependência ontológica e uma autonomia relativa em relação à matriz fundante que é o trabalho. [...] Deste modo, o ser social vai se constituindo como um 'complexo de complexos', vale dizer, um conjunto articulado de categorias, em processo, tendo sempre como matriz fundante o trabalho. Daí porque a categoria da totalidade é absolutamente central no pensamento marxiano. Partindo do trabalho – matriz fundante- um fio condutor percorre – através de inúmeras mediações – o conjunto do processo de entificação humana, conferindo-lhe uma determinada lógica. De modo que, mesmo quando se constata a intensa fragmentação da realidade social – como no caso da sociabilidade capitalista – ainda assim, para além das aparências, há uma lógica que rege esta fragmentação e a raiz dela só pode ser encontrada no trabalho (TONET, 2005, p.40-41).

O que compreendemos, pois, é que trabalho possui uma dimensão ontológica, de criação da vida humana, uma vez que o trabalho é um processo histórico, através do qual o homem transforma a natureza e a si mesmo, torna-se humano, aprende-se através do trabalho.

Para compreendermos o que nos fala Tonet, vemos, mais uma vez, que a fundamentação marxiana identifica no trabalho o ato fundante do ser social. Ou seja, aquele ato que, realizando a mediação entre o homem e a natureza, dá origem a este novo tipo de ser que é o ser social e, ao mesmo tempo, cria a base material da sociedade. Isto significa que o trabalho, independente da sua forma concreta, sempre será o fundamento ontológico de qualquer tipo de sociedade. E dada as suas peculiaridades internas, o trabalho, ao converter a natureza em bens sociais, produz não apenas o novo, mas também transforma o indivíduo ao dotá-lo de novas

habilidades e conhecimentos e, portanto, também de novas necessidades. Sobre isso, Marx (1982, p. 9) nos auxilia compreender que:

O modo como os homens produzem os seus meios de vida depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e a reproduzir. Este modo da produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isso sim, de uma forma determinada da atividade destes indivíduos, de uma forma determinada de exprimirem a sua vida, de um determinado *modo de vida* dos mesmos. Como exprimem a sua vida, assim os indivíduos são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, com o *que* produzem e também com o *como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção.

Entendemos que se o trabalho é para Marx a categoria fundante do mundo dos homens ele é o momento predominante na produção das novas situações que caracteriza a história humana. E é isto que faz com que o trabalho, ao longo da história, coloque necessidades novas que apenas podem ser atendidas se os homens desenvolverem novas relações sociais voltadas especificamente a estas novas necessidades.

Na verdade, é pelo trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas, naturais e se constrói um mundo cada vez mais dominado por relações sociais. Com isso, não pode haver existência social sem trabalho. E a constatação de que o trabalho é o fundamento ontológico do ser social permite a Marx concluir que este ser é histórico e social, porque é produzido integralmente pelos próprios homens. Conclusão esta que deixa clara a possibilidade de superação da atual ordem social. Todavia, vale afirmar que o caráter fundante do trabalho não significa, porém, para Marx, desconhecer a existência de inúmeras outras dimensões que também fazem parte deste ser.

Daí a emergência de outras dimensões capazes de permitir à humanidade fazer frente a esses novos desafios. Assim, temos a política, o direito, a arte, a religião, a ciência, a filosofia, a educação etc. Contudo, uma coisa fica clara: só o trabalho tem um caráter fundante. Todas as outras dimensões se originam a partir dele. Portanto, todas elas guardam uma dependência ontológica em relação ao trabalho, mas, ao mesmo tempo, por força da própria realidade, uma autonomia relativa.

Com a teoria marxista, a partir desses pressupostos, compreendemos, por outro lado, também, como se vão diferenciando, ao longo dos séculos, as formas e concepções de trabalho humano, e a apropriação dele nas diferentes organizações sociais (por exemplo, na sociedade antiga, tendo os escravos como produtores; na medieval, os servos e na sociedade capitalista, o proletariado). Foi exatamente isso que aconteceu: a sociedade primitiva, depois de rompida, passou a se organizar em uma sociedade escravista, que depois passou a se organizar em uma sociedade feudal, e posteriormente a se organizar em uma sociedade capitalista, que é o modo de produção hoje vigente.

Não obstante, mesmo com essas transformações, Marx, a propósito da natureza ontológica do trabalho, ratifica veementemente a importância do trabalho da seguinte maneira:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 1985, p. 50).

Compreendemos, pois, que o trabalho é, para Marx, uma categoria que significa a atividade vital da realização do homem como ser prático, como ser universal construtor da sua realidade social. E que também o trabalho pode ser definido como uma mediação primária do homem com a natureza, na sua apropriação dos bens naturais e transformação em produtos sociais. Assim, não é possível pensarmos a relação do homem com a natureza sem falarmos no trabalho e nos objetos resultantes desta atividade nobre do homem. Ele é uma mediação de primeira ordem na relação sujeito-objeto (homem-natureza), “um mediador que permite ao homem criar um modo humano de existência, assegurando que ele não recuará para o estado natural [...]” (MÉSZÁROS, 1981, p.76).

Além disso, o trabalho consciente diferencia o homem dos outros animais, pois estes carregam as suas formas de atuação na natureza no seu código genético. Conforme revela Marx (2004 [1844], p.84):

o homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinada (*Bestimmtheit*) com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente a atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico.

A apropriação da natureza pelo homem não é feita apenas para a satisfação de necessidades físicas, biológicas imediatas. Isto diferencia os homens dos animais: enquanto estes “produzem” sob o ditame das necessidades e da herança genética-natural, aqueles produzem não apenas para suprir carências, mas sim para realizar-se universalmente como ser genérico, como ser produtor da sua própria liberdade.

Numa primeira aproximação, o trabalho surge para o homem como uma atividade prática que lhe garante a sobrevivência física, explorando os recursos da natureza para sua alimentação, vestuário, habitação etc. Já em uma segunda abordagem, podemos dizer que o trabalho é também atividade prática consciente, teleológica, onde os projetos idealizados na mente humana se objetivam e se concretizam nos produtos do seu trabalho, onde os homens constroem a sua realidade social e a si mesmo num processo histórico contínuo e ininterrupto. Ao produzir objetos a partir do seu trabalho, o homem se reconhece nos objetos produzidos por si e pelos outros membros da espécie, daí o gênero humano ser derivado do trabalho.

O trabalho é, em suma, o processo social pelo qual o homem se auto-afirma e se auto-realiza, modificando a natureza e a si próprio na produção de objetos que lhes pertencem. A posse completa e autêntica dos produtos do seu trabalho é parte integrante e fundamental da realização plena do homem enquanto trabalhador e ser genérico universal, pois o homem deve tanto se reconhecer na sua obra quanto dominá-la, tê-la de forma a exercer domínio completo sobre o resultado do seu trabalho.

Entretanto, já que no capitalismo o processo de trabalho encontra-se subsumido à lógica do capital, é preciso compreender e distinguir processo de trabalho e processo de produção capitalista. Na verdade, notamos que as relações sociais contidas no trabalho e na práxis do capital em gestação levaram o capitalista a suplantarem a ordem feudal, com a eliminação de barreiras ao seu mais livre desenvolvimento, instituindo, pois, o “contrato social” através do trabalho assalariado, subsumindo-se o trabalho ao capital, que se constitui fonte de mais-valia.

Marx (2004, p.106) nos traz um exemplo dessa constituição:

Na arte algodoeira, havia tecelões, fiandeiros, branqueadores, tintureiros e vários outros ramos independentes, vivendo todos dos benefícios do seu ofício respectivo e todos estavam felizes e contentes, como seria de esperar. Pouco a pouco, contudo, à medida que se ia desenvolvendo o comércio, os diversos ramos foram sendo adotados pelo capitalista, primeiro um, depois outro, até que, com o tempo, todo o povo foi sendo despedido e lançado no mercado de trabalho, para nele procurar um ganha-pão do modo que pudesse [...].

A subsunção do trabalho ao capital nasceu desse processo histórico, que Marx nos trouxe como referência. Mais que isso, com o surgimento do capitalismo, o trabalho passou a ter uma dimensão de alienação. Para Marx (1989a, p.102), no trabalho alienado, o trabalhador tornou-se mercadoria, pois:

Se a oferta excede por muito a procura, então parte dos trabalhadores cai na penúria ou na fome. Assim, a existência do trabalhador encontra-se reduzido às mesmas condições que a existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria e terá muita sorte se puder encontrar um comprador.

No texto do seu Primeiro Manuscrito, Marx faz uma análise do salário do trabalho, que segundo ele é determinado pela luta entre o capitalista e o trabalhador. Relata que o lucro do capitalista é obtido sobre os salários dos trabalhadores e sobre as matérias-primas. E por fim faz uma crítica ao trabalho alienado. Para o autor, no trabalho alienado o produto não pertence ao trabalhador, existe a ausência de controle sobre o produto e sobre o próprio trabalho que inclusive expropria o saber do trabalhador.

Em se tratando da dimensão de alienação do trabalho, o autor ainda relata que:

[...] o trabalho é exterior ao trabalhador, quer dizer, não pertence a sua natureza; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito [...] Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado (MARX, 1989a, p.162).

Por tudo isso, entendemos de um lado que o processo simples de trabalho resulta na produção de valores de uso para satisfação de necessidades humanas,

enquanto de outro o processo de produção capitalista – que pressupõe o processo de trabalho - tem como finalidade a produção de mais-valia e, fundamentalmente, de capital. E somente a partir dessas compreensões e distinções é que se pode apreender ainda o conceito de trabalho produtivo.

Segundo Marx, trabalho produtivo se refere ao processo de produção capitalista, ou seja, é trabalho que produz mais-valia e, conseqüentemente, capital. O autor afirma que:

[...] a produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. [...] O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar (MARX, 1984, p. 105,6).

Assim, o conceito de trabalho produtivo, portanto, conforme acabamos de ler em Marx, não se refere aos aspectos concernentes ao trabalho concreto, ou às características do valor de uso que foi produzido, ou se serve para satisfazer esta ou aquela necessidade. Ou seja, esses elementos, pertencentes ao processo de trabalho, não permitem, em absoluto, a compreensão de trabalho produtivo, uma vez que este é, necessariamente, trabalho referente ao processo de produção de capital.

O que significa dizer que o trabalho produtivo está presente em toda em qualquer relação de produção capitalista, E assim a partir dessa base conceitual é que podemos apreender, nos seus fundamentos, o discurso, no capitalismo, da qualificação para o trabalho, tanto do ponto de vista do processo de trabalho, como, sobretudo, da perspectiva das relações sociais de produção e do processo de produção capitalista.

Sobre essas questões, vale ressaltar que Marx acusa a economia política de reduzir o trabalho ao emprego e o trabalhador à condição de força de trabalho, de instrumento de produção. Tudo isso importa porque, se considerarmos o trabalho desenvolvido no interior do modo de produção capitalista sua apreensão fica ainda mais complexa, porque podemos vê-lo como desumanização de todos os homens.

De imediato, o trabalhador passa a estar subordinado ao capitalista. Diferentemente do que vimos inicialmente sobre a categoria trabalho (como fundamento ontológico do ser social), a finalidade do processo de trabalho capitalista é definida pelo capitalista. E o fato de a finalidade do trabalho passar para as mãos do capitalista é o pressuposto formal para que seja negada a quem trabalha a característica especificamente humana de planejar e antecipar os resultados do processo de produção. A sede pela propriedade privada, o lucro, a concentração de renda, tornam os capitalistas exploradores do trabalhador que se vê obrigado a vender a sua força de trabalho — único meio de produção que detém.

Conforme cita Marx (1985, p.154):

O processo de trabalho, em seu decurso enquanto processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, mostra dois fenômenos peculiares. O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os seus meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-prima que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija. Segundo, porém: o produto é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, do trabalhador.

Por isso é fundamental analisarmos o trabalho por meio de Marx uma vez que podemos entender a exploração de grandes camadas populares em detrimento da mais-valia. Na verdade, desde que o trabalho passou a ser encarado como meio de produção de mercadorias e acumulação de riqueza/capital, o trabalhador se tornou mais pobre, se converteu em mercadoria. Com isso o homem vem perdendo sua humanidade, vem se coisificando. Com a valorização do mundo das coisas, cresce a desvalorização do mundo dos homens em proporção direta.

O que podemos observar em Marx, tanto nos Manuscritos econômico-filosóficos (como também em outros textos escolhidos) quanto na obra O capital, é a condição degradante do homem em relação ao trabalho alienado. Na verdade, na história do capitalismo, como na história das lutas de classes, o trabalho é compreendido como luta do senhor e do escravo.

Então, podemos perguntar, com o presente estudo: — É possível, através de políticas públicas de qualificação profissional, mudar esta condição do homem?

Como a qualificação dos trabalhadores pode garantir um trabalho digno, não-alienado?

Isso significa que o ponto de partida da reflexão acerca do tema Trabalho, Educação e o Plano Nacional de Qualificação em tempos neoliberais e suas implicações só poderão ser compreendidas nas suas múltiplas relações com a totalidade da realidade da qual faz parte.

Por isso, consideramos necessária uma análise crítica das três dimensões do sistema do capital, dada a sua inseparabilidade — trabalho, capital e Estado, tentando compreender melhor o desenho das estratégias das políticas de qualificação de trabalhadores de combate ao desemprego.

Para tanto, reconhecemos que a categoria trabalho é um dos conceitos iniciais mais importantes para entender a problematização do estudo ora apresentado em nossa dissertação. Mas une-se a esse conceito a necessidade de que também possamos compreender a matriz da sociedade burguesa, o capital.

1.2 Capital

O capital é uma das categorias mais complexas e uma das mais importantes. É complexa porque não é passível de uma definição simples, e como observamos a maior parte dos escritos de Karl Marx, por exemplo, foi dedicada à exploração de suas múltiplas expressões.

Um aspecto inicial decisivo da distinção que Marx faz entre as sociedades cuja produção ainda não é dominada pelo capital e aquelas cuja produção o é, consiste no fato de que enquanto nas primeiras domina a relação do homem com a natureza, na segunda prevalece a separação do homem em relação às condições objetivas de realização da atividade produtiva.

Na verdade, para Marx (1975, p.754):

Capital não é uma coisa material, mas uma determinada relação social de produção que corresponde a uma determinada formação histórica da sociedade, que toma corpo em uma coisa material e lhe infunde um caráter social específico. O capital é a soma dos meios materiais de produção produzidos. É o conjunto dos meios de produção convertidos em capital,

que, em si, tem tão pouco de capital como o ouro e a prata, como tais, de dinheiro. É o conjunto dos meios de produção monopolizados por uma determinada parte da sociedade, os produtos e as condições de exercício da força de trabalho substantivados frente à força de trabalho vivo e a que este antagonismo personifica como capital.

Como nos fala o autor, verificamos que o capital não é uma coisa, mas uma relação social que toma a forma de coisa. Na verdade, o capital nasce como uma relação social. Isso significa que o capital é a relação social de produção voltada para a acumulação de valor através da produção de mercadorias.

E para uma melhor compreensão do sistema do capital e de sua natureza, Mézáros, que tem como referência Marx, vai reafirmar que o capital “não é uma simples relação, mas um processo, em cujo vários momentos sempre é capital”. (MARX, *apud* MÉSZÁROS, 2002, p.711). Face às considerações do autor, entendemos que o sistema do capital é resultante de um processo histórico-social por intermédio da divisão social do trabalho que possibilita a subsunção real do trabalho. Para o autor (2002), o capital vai produzindo uma nova sociabilidade que se reproduz de forma circular e constante, embora as formas e domínio possam variar, afetando, pois, diretamente a vida de todos os indivíduos.

Segundo Mézáros (2002, p.708),

O capital é apenas uma *coisa*, tal como dinheiro o é. No capital, tal como dinheiro, *relações sociais de produção definidas* entre pessoas são expressas como a *relação de coisas* com pessoas, ou conexões sociais definidas aparecem como *características sociais naturalmente pertencentes* a coisas [...].

Assim, compreendemos que as relações sociais assumem a forma de relação-capital, que vai se reproduzindo e criando a subalternização do trabalho à produção material. Capital, portanto, é definido por duas coisas: o que ele é e como ele atua. Ele é uma acumulação de mais-valia produzida pelo trabalho, e essa acumulação pode tomar a forma de dinheiro, mercadoria ou meios de produção — e usualmente uma combinação dos três. E que, portanto, atua para assegurar acumulação posterior. Tudo isso, bem diferente de como ele se apresentava em momentos anteriores, conforme detalharemos mais adiante.

Todavia, antes de assinalarmos mais precisamente como entendemos o sistema do capital, inicialmente importa aqui compreender a fórmula sintética do

movimento do capital que pode ser expressa da seguinte forma: $D - M - D'$ (dinheiro - mercadoria, - dinheiro valorizado) para a fórmula do movimento do capital em geral sob o capitalismo industrial $D - M...P...M' - D'$ (dinheiro - mercadoria, ...Produção... - mercadoria valorizada - dinheiro valorizado). Ou seja, o capitalista investe uma quantidade de dinheiro para a produção de mercadorias que, ao serem vendidas no mercado, se transformam numa quantidade de dinheiro com acréscimo (o lucro).

E é isto que interessa ao capitalista: o acréscimo da riqueza abstrata, o lucro, o “mais-dinheiro”, resultado deste movimento de valorização do valor. Ademais, uma outra concepção de capital que queremos ressaltar é que o capital é este fluxo contínuo, um auto-movimento de exploração/apropriação de trabalho excedente. Na verdade, o capital é não apenas: (1) as relações sociais de produção baseadas na propriedade privada e divisão hierárquica do trabalho, que pressupõe a expropriação do trabalho vivo e a instauração do trabalho alienado (estranhado), mas é (2) o próprio movimento de valorização do valor. Assim, daquela fórmula geral $D-M-D'$, o capital não é o D ou o M , mas é o próprio movimento de auto-valorização do valor.

No entanto, é na fórmula do movimento global do capital, $D - M (FT + MP)...P...M' (M + m) - D' (D + d)$, {dinheiro - mercadoria (força trabalho + meios de produção)...Produção...mercadoria valorizada (mercadoria + mais valia) - dinheiro valorizado (dinheiro + mais dinheiro) que se revelam as relações sociais tanto quanto as econômicas que determinam a existência do capital industrial. Por isso, necessário entender criticamente as metamorfoses vividas pelo capital em processo, e sobre isso Marx descreve diferentes momentos do movimento do valor-capital a partir de seu ciclo global e das formas e funções dos três ciclos específicos (capital monetário, capital produtivo, capital mercadoria) enquanto formas fenomênicas assumidas no curso de sua metamorfose.

Dessa forma, o ciclo do capital monetário é sumarizado por Marx na fórmula $D - M...P...M' - D'$, o qual é composto de três estágios. No primeiro ato $D - M$ temos D (capital-dinheiro) transformado em dois tipos de M (mercadoria), FT (força trabalho) e MP (meios de produção MP), os quais são comprados em distintos mercados. Sendo assim, a conversão de $D - FT$ é “o momento característico na transformação do capital monetário em capital produtivo” e mais, esse movimento “é geralmente considerado como traço característico do modo de produção capitalista” (MARX, 1985, v. 3, p. 28).

A produção enquanto estágio do ciclo do capital monetário é o desenvolvimento interno da forma mercadoria, a qual, ao transitar da esfera da circulação para entrar na da produção, se transforma qualitativamente e se altera qualitativamente, resultando num produto que já “não é apenas mercadoria, mas mercadoria preta de mais-valia”. (MARX, 1985, v. 3, p. 33). Poderíamos cifrar esse processo na seguinte expressão $M...P... M'$.

No segundo ato do ciclo temos então $M (MP + FT)...P$. Já funcionando enquanto capital produtivo interrompendo temporariamente o movimento de circulação. Nesse ato do ciclo passa-se da esfera da circulação para a esfera da produção. Ou melhor, na condição de capital produtivo, tanto FT quanto MP pressupõe a produção geral de mercadoria enquanto forma de produção social historicamente determinada. Nela o trabalho assalariado aparece como condição fundamental para seu desenvolvimento.

No terceiro ato do ciclo do capital monetário M' se converte em D' , finalizando o ciclo do capital monetário. Esse estágio é assim simplificado somente porque dele abstraímos todas as injunções circunstanciais apresentadas por Marx (1985, p.41) no *Capital* (1985). Integrando os três estágios num único ciclo do capital monetário teríamos o movimento global $D - M... P ... M' - D'$ ou sua forma mais explícita $D - M (MP + FT)... P ... M' (M + m) - D' (D + d)$.

O capital aparece aqui como um valor que percorre uma sequência de transformações interligadas e reciprocamente condicionadas a uma série de metamorfoses, que constituem outras tantas fases ou estágios de um processo global. Duas dessas fases pertencem à esfera da circulação, uma a esfera da produção. Portanto, é neste ciclo que se criam as condições para a reprodução do capital em sua forma simples ou ampliada, dependendo ambas, por sua vez, tanto das decisões do capitalista quanto das condições técnicas da produção instalada.

E, finalmente, diferente dos ciclos anteriores, o ciclo do capital-mercadoria já se inicia na forma $M'(M + m)$, ou seja, capital valor acrescido de mais-valia, que se apresenta sempre como um algo duplo. Do ponto de vista do valor de uso é produto da função capital produtivo e do ponto de vista do valor é valor-capital produtivo acrescido da mais-valia gerada na produção.

Assim sendo, o capital-mercadoria M' nunca poderá, no seu próprio ciclo, como mero M, inaugurar um ciclo produtivo, posto que enquanto M' só pode aparecer como M num ciclo produtivo de outro capital industrial, na forma de meios de produção. Em seu próprio ciclo M' precisa converter-se em D', cuja propriedade de apagar seu passado material é insuperável, para em seguida converter-se novamente em M, separado ou não da mais-valia nela contida em M', para assumir a forma de MP e FT e ingressar na esfera da produção gerando um novo M', encerrando assim seu ciclo.

Na verdade, no modo de produção capitalista o capital se apresenta antes de tudo como um tipo de capital da sociedade que se especializa em operar a transformação do capital mercadoria em capital dinheiro, ou seja, não atua diretamente na produção de mais-valia, mas é o responsável por sua realização, e pela circulação final que integraliza o ciclo do capital como um todo. Mais que isso, Mézáros ainda revela que “O capital como produtor potencial de valor historicamente específico só pode ser consumado e “realizado” (e, por meio de sua “realização”, simultaneamente também reproduzido numa forma estendida) se penetrar no domínio da circulação” (MARX apud MÉSZÁROS, 2002, p.102).

Precisamos corroborar com as explicações de Mézáros (2002, p.707) porque, segundo o autor, se não entendemos:

[...] a perversa circularidade do sistema do capital — mediante a qual o trabalho, sob a forma de trabalho objetivado, alienado, se torna capital e, como capital personificado, enfrenta e domina o trabalhador —, não há como escapar do círculo vicioso da auto-reprodução ampliada do capital como o mais poderoso de controle sóciometabólico jamais conhecido na história.

E, ao compreender o que nos fala acima o autor, em sua citação, verificamos, pois, que o sistema do capital detém o controle que se sobrepõe a tudo o mais. Podemos considerá-lo o maior regulador da produção conhecido. Conforme ratifica Mézáros (2002, p. 102), “o capital se transforma no mais dinâmico e mais competente extrator do trabalho excedente em toda a história”.

Não obstante, necessário se faz, para melhor entender o sistema orgânico do capital, analisar as contribuições de Mézáros (2002) sobre a distinção entre capital e capitalismo. Para o autor, a existência do capital antecede o capitalismo como forma societária dos homens produzirem materialmente sua vida. Ou seja, todos os

aspectos da forma plenamente desenvolvida do capital – incluindo a mercantilização da força de trabalho, que é o passo mais importante para alcançar a forma mais desenvolvida, a capitalista – apareceram em algum grau da história muito tempo antes da fase capitalista, em alguns casos, até milênios antes. Como ponto de partida, Mészáros apóia-se numa passagem dos Grundrisse de Marx que diz:

O desenvolvimento exato do capital é necessário, já que é o conceito fundamental da economia moderna, assim como o próprio capital, cuja imagem abstrata, refletida no seu conceito, é o fundamento da sociedade burguesa. A formulação exata dos pressupostos básicos da relação deve trazer todas as contradições da produção burguesa, assim como os limites que ela leva para além de si própria (MARX, *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 518).

Significa considerar que o capital é resultante de um longo processo histórico. E a condição essencial da existência e da supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos dos particulares, a formação e o crescimento do capital. Dito de um outro modo, a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. O capital é criado, isto é, a propriedade explora o trabalho assalariado e só pode aumentar sob a condição de produzir novo trabalho assalariado, a fim de explorá-lo novamente.

Não obstante, vale ressaltar que bem antes do capitalismo, homens ricos acumularam riqueza pela expropriação de trabalho excedente de escravos e servos. Mas essa riqueza era usada para consumo, sendo que eles podiam ter uma maior porção das necessidades e luxúrias da vida. Essa riqueza não era capital, embora venha de uma fonte comum - trabalho excedente. Compreendemos que o capital propriamente dito somente vem à existência quando a mercadoria comprada e vendida é a força de trabalho, pois esse trabalho assalariado é o que define as relações de produção particulares ao capitalismo. Nesse sentido, o entendimento que *capital* e *capitalismo* não são idênticos e possuem uma imensa distância do aparecimento de um e de outro, vai ser expresso pelo filósofo István Mészáros (1987, p.115):

'Capital' é uma categoria *histórica* dinâmica e a força social a ela correspondente aparece – na forma de capital “monetário”, “mercantil” etc. – vários séculos antes da formação social do CAPITALISMO enquanto tal emergir, e se consolidar. De fato, Marx estava muito interessado em

apreender as especificidades históricas das várias formas do capital e suas transições de uma a outra, até que eventualmente o CAPITAL INDUSTRIAL se torne a força dominante do metabolismo sócio-econômico e objetivamente defina a fase clássica da formação capitalista.

Nesse caso, podemos afirmar que o capital não é, pois, uma força pessoal; é uma força social. O capital é um produto coletivo e só pode ser posto em movimento pelos esforços combinados de muitos membros da sociedade, e mesmo, em última instância, pelos esforços combinados de todos os membros da sociedade. E como resultante de um longo processo histórico, o capital adquire, segundo Mészáros (2002, p.711): "um poder soberano" para dominar todas as facetas do processo de reprodução societária".

Daí ratificar que a existência do capital não se identifica com o modo de produção capitalista, e possuem uma imensa distância do aparecimento de um e de outro, como assim expressa o filósofo István Mészáros (2002, p.736-737):

Capitalismo é aquela fase particular da produção do capital na qual:

1. a *produção para a troca* (e assim a mediação e dominação de valor-de-uso pelo valor-de-troca) é dominante;
2. a *própria força de trabalho*, tanto quanto qualquer outra coisa, é tratada como *mercadoria*;
3. a motivação do *lucro* é a força reguladora fundamental da produção;
4. o mecanismo vital de formação da mais-valia, a separação radical entre meios de produção e produtores, assume uma *forma inerentemente econômica*;
5. a mais-valia economicamente extraída é *apropriada privadamente* pelos membros da classe capitalista; e
6. de acordo com seus *imperativos econômicos* de crescimento e expansão, a produção do capital tende à *integração global*, por intermédio do mercado internacional, como um sistema totalmente interdependente de dominação e subordinação econômica.

Das argumentações de Mészáros, observamos que o capital é uma categoria complexa, que diz respeito não apenas às relações sociais de produção, mas às relações sociais de reprodução sistêmica. E com o capitalismo ele assume uma forma particular, de sistema social intransparente. E então podemos dizer que a sociedade capitalista é o sistema do capital. Na verdade, o metabolismo social passou a ser estruturado de acordo com os interesses de uma classe social emergente (proprietários dos meios de produção, ou seja, a burguesia).

Por isso, é importante destacar que, embora o mercado exista há séculos, foi apenas na sociedade burguesa que ele passou a adquirir um papel central,

organizando não apenas a produção, mas a reprodução social. Mais que isso, ao citar Marx, Mészáros (2002, p. 707) ressalta que:

A mercadoria, como forma elementar de riqueza burguesa, foi nosso ponto de partida, o pressuposto do surgimento do capital. Por outro lado, as *mercadorias* agora aparecem como o *produto do capital*. Este curso circular adotado por nossa exposição, por um lado, corresponde ao *desenvolvimento histórico do capital*, do qual a *troca de mercadorias*, o *comércio de mercadorias*, é uma das *condições de emergência*; mas essa mesma condição é formada sobre a base oferecida por vários *diferentes estágios de produção* que tem todos em comum a situação em que a produção capitalista ou não existe absolutamente ou existe apenas esporadicamente. Por outro lado, a troca de mercadorias em seu desenvolvimento pleno e a *forma de mercadoria* como forma social universalmente necessária do produto surge pela primeira vez como *resultado do modo capitalista de produção*.

Da citação do autor, importante o entendimento quanto à própria contradição do capital. E que, portanto, as sequelas do modo de produção capitalista são inevitáveis, viabilizando a possibilidade de aplicar a leitura e discussão de Marx e de seu pensamento para compreender melhor as consequências da instrumentalização e do pragmatismo do capital na sociedade contemporânea.

Dito de um outro modo, num primeiro aspecto dessa análise, podemos ressaltar a alienação do sujeito, não se reconhecendo no objeto produzido, fruto de seu trabalho, pois ele estranha o produto feito e de maneira alguma se identifica. Um outro aspecto importante que também observamos é que esta relação social de produção se baseia na propriedade privada dos meios de produção social e na divisão hierárquica do trabalho.

E sendo assim, essas relações sociais são elas próprias produzidas e continuamente reproduzidas no decorrer da produção social do capital. Com isso, o capital se constituiu como um sistema social que não apenas produz mercadorias, mas produz e reproduz suas próprias condições de vida social, ou seja, através de um complexo de instituições baseados nos valores da propriedade privada e da divisão do trabalho.

Por conseguinte, a partir das contribuições de Mészáros buscadas em Marx, evidenciamos que a evolução societal é sinônimo de sujeição do trabalho concreto ao abstrato, tal como tratamos, ao falar sobre trabalho, no início desse capítulo. Entendemos, pois, que se no modo de produção comunal, os indivíduos não

conheciam a opressão porque as tarefas e seus frutos eram divididos entre todos (ou seja, a produção visava o uso), por outro lado, o homem foi aprimorando suas formas de produção, chegando ao ponto em que pôde criar produtos não somente para subsistência, mas também excedentes.

Nesse contexto, surge a propriedade privada e o proprietário dos meios de produção começa a subordinar os que possuem sua força de trabalho iniciando, pois, a submissão de um sujeito a outro. Ou melhor, as relações sociais antes comunais passam a assumir a forma de relação-capital. Segundo Mészáros (2002), a relação-capital se constitui na efetivação de quatro condições básicas que juntas conformam o sistema orgânico do capital. São elas:

- (1) a separação e a alienação das condições objetivas do processo de trabalho do próprio trabalho;
- (2) a imposição de tais condições objetivadas e alienadas sobre os trabalhadores como um poder separado que exerce comando sobre o trabalho;
- (3) a personificação do capital como “valor egoísta” — com sua subjetividade usurpada e sua pseudopersonalidade — que persegue sua própria auto-expansão, com uma vontade própria (sem a qual não poderia ser “capital-para-si” como controlador do sociometabolismo);
- (4) a equivalente personificação do trabalho (isto é, a apersonificação dos trabalhadores como “trabalho” destinado a entrar numa relação de dependência ou contratual/econômica ou politicamente regulada com o tipo historicamente prevalecente de capital), confinando a identidade do sujeito deste “trabalho” às suas funções produtivas fragmentárias — o que ocorre quando pensamos na categoria de “trabalho” como o trabalhador assalariado sob o capitalismo ou ainda como o “trabalhador socialista” cumpridor e supercumpridor de normas sob o sistema do capital pós-capitalista, com sua forma própria de divisão horizontal e vertical do trabalho (MÉSZÁROS, 2002, p. 720-721).

Em outras palavras, se na sociabilidade produtora de mercadorias, a finalidade básica é produzir objetos com valor de troca, sendo o homem o maior prejudicado, alienado do controle de suas próprias faculdades laborativas, vale dizer que em razão de todo o exposto, vê-se que somente a superação de tal modo de produção pode, no entanto, trazer a possibilidade da verdadeira expansão e efetiva realização da ação humana. Na verdade, a citação acima ratifica que enquanto as quatro condições elencadas não forem superadas radicalmente por meio da formação de um “sistema orgânico” alternativo, genuinamente socialista” (2002, p. 721), o capital pode ir mudando a forma de seu domínio.

Contudo, esse caráter revolucionário do capital tem limites bastante determinados, porque, nas sociedades capitalistas, a criação e a expansão das necessidades humanas só podem realizar-se sob a forma de mercadorias. No capitalismo, como diz Marx no livro *O Capital*, o valor de troca é primeiro em relação ao valor de uso. Nesse sentido, a produção de coisas úteis para a humanidade só é levada a cabo à medida que se mostre lucrativa para o capital. O capitalista produz valores de uso porque são portadores de valores de troca.

Assim sendo, podemos considerar que o capitalismo, então, é processo histórico singular, o qual só poderá ser compreendido dentro da dinâmica e do movimento gestado pela produção artesanal da sociedade medieval e pelo desenvolvimento da própria manufatura em seus diversos estágios, consolidando-se com o desenvolvimento da maquinaria e da grande indústria. Este processo possibilita a uma determinada classe social transformar as relações sociais de produção, até então existente, em relações de trabalho assalariado, desenvolvendo, assim, em seu interior, uma determinada racionalidade produtiva e a produção científica do mundo do trabalho.

O modo de produzir mercadorias sob o comando do capital, produz, no interior do mundo do trabalho, transformações substanciais dadas as características que o capital assume na exploração do trabalho humano, ou seja, na sua capacidade de extrair trabalho não pago no processo de produção de mercadorias, através da mais-valia. Não obstante, Mészáros (2004, p. 9-10) assevera que,

A razão principal por que o capital representa uma forma de reprodução econômico-social mais produtiva (e nesse sentido mais avançada) na história é a sua extração do sobretrabalho de um modo essencialmente *econômico*, embora não possa abandonar completamente certos elementos de compulsão política como garantia geral conferida pelo Estado capitalista para a sobrevivência do seu sistema. Assim, nos últimos três ou quatro séculos vemos o triunfo da *máxima conversão do sobretrabalho em mais-valia* — 'absoluta' e 'relativa' — sob o capitalismo que exerce a compulsão de extrair sobretrabalho (partilhada com os modos de produção precedentes) de uma maneira mais produtiva, graças às determinações internas da sua natureza auto-expansiva.

No processo constitutivo do capital, a produção da vida material dos homens passou por profundas transformações, pois todas as categorias do trabalho foram subsumidas ao capital conforme acentuou Marx (1982, p.109) no Manifesto do Partido Comunista, ao afirmar que “A burguesia despiu todas as atividades até aqui

veneráveis e estimadas com piedosa reverência da sua aparência sagrada. Transformou o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência em trabalhadores assalariados”. E, acentuou ainda que,

A burguesia, lá onde chegou à dominação, destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Rasgou sem misericórdia todos os variegados laços feudais que prendiam o homem aos seus superiores naturais e não deixou outro laço entre homem e homem que não o do interesse nu, o do insensível 'pagamento a pronto'. Afogou o frêmito sagrado da exaltação pia, do entusiasmo cavalheiresco, da melancolia pequenoburguesa, na água gelada do cálculo egoísta. Resolveu a dignidade pessoal no valor de troca, e no lugar das inúmeras liberdades bem adquiridas e certificadas pôs a liberdade *única*, sem escrúpulos, de comércio.

Numa palavra, no lugar da exploração encoberta com ilusões políticas e religiosas, pôs a exploração seca, direta, despudorada, aberta (MARX, 1982, p. 109).

Não obstante, o capital, para se emancipar das corporações e expandir-se livremente, procurou instalar-se nos campos e nas vilas, aproveitando-se da capacidade produtiva do camponês e de sua família, objetivando a produção de mercadorias para um mercado em expansão.

O capitalismo, por sua vez, é uma das formas possíveis de realização do capital, uma de suas variantes históricas, como ocorre na fase caracterizada pela subsunção real do trabalho ao capital. Assim como existia capital antes da generalização do sistema produtor de mercadorias, do mesmo modo pode-se presenciar a continuidade do capital após o capitalismo. Ou melhor, se o capitalismo é uma etapa de um processo histórico onde a humanização desumanizadora tem ganhado maior evidência, o que marca de forma central esta fase da história humana não são apenas suas mazelas, mas as possibilidades criativas despertadas no decorrer da ascensão e edificação desta ordem societária.

Faz-se necessário, pois, o entendimento que o capitalismo é um sistema que se desenvolve por meio de uma criação de uma sucessão de formas, como resultados da luta do capital para criar uma base adequada às suas exigências de valorização. E se é verdade que a sociedade do tempo livre é uma possibilidade criada e negada, ao mesmo tempo, pelo capitalismo. Então, podemos perceber que, como vimos nos pressupostos desse texto, a precariedade do trabalho é característica intrínseca do capitalismo. E, para tratarmos sobre a qualificação dos trabalhadores por meio do Estado, importa ratificar o que adotamos na abertura do

primeiro capítulo de nosso trabalho, como eixo norteador de nossas análises — as três dimensões do sistema de capital, que são completamente articuladas.

Conforme Mészáros (2002, p.917) são elas:

CAPITAL, representando não só as condições materiais alienadas de produção, mas, também — na qualidade de *personificação* dos imperativos materiais do capital, inclusive o imperativo-tempo discutido anteriormente —, a subjetividade que comanda e se opõe ao trabalho;
TRABALHO, estruturalmente privado do controle das condições necessárias de produção, reproduzindo o capital em uma escala ampliada, ao mesmo tempo em que, como sujeito real da produção e *personificação* do trabalho, *confronta defensivamente* o capital; e
ESTADO, como estrutura global de comando político do sistema antagônico do capital que oferece a garantia final para a contenção dos antagonismos inconciliáveis e para a submissão do trabalho, já que o trabalho retém o poder potencialmente explosivo da resistência, apesar da compulsão econômica inigualável do sistema.

Por conseguinte, o que fica claro é que não podemos separar essas três dimensões do sistema do capital. Ao mesmo tempo, se torna impossível a emancipação do trabalho sem a superação do capital e do Estado. Não obstante, para melhor compreensão e avaliação das políticas públicas de qualificação implementadas por um governo, é fundamental compreender a concepção de Estado que sustenta tais ações e programas de intervenção. Este capítulo ainda objetiva trazer elementos que contribuam para a compreensão do Estado e de suas relações, enfocando a abordagem marxista sobre o tema. Sobre isto, iremos discorrer em seguida.

1.3 Estado

Nas atuais circunstâncias da vida nacional e internacional, a questão do Estado adquire redobrada atualidade e uma importância de caráter eminentemente prático. Na verdade, muitos foram os filósofos que se ocuparam em procurar esclarecer o surgimento do Estado. Isto importa por que saber como, quando e por que surgiu o Estado é muito importante para especular sobre o seu futuro.

Entre as diversas concepções de Estado existentes, encontram-se diferentes visões e interpretações sobre o papel do Estado na sociedade. Mas, é imprescindível entendermos como se deu a constituição e o papel do Estado burguês para que seja possível compreender as suas funções no capitalismo.

O propósito é iniciar a refletir sobre a questão do Estado em um das obras fundamentais do pensamento político da modernidade: “O Príncipe” (1513), de Nicolau Maquiavel, uma vez que entendemos que desde Maquiavel, tem-se a busca de uma abordagem racional do exercício do poder político por meio do Estado. Foi Nicolau Maquiavel, o precursor da ciência política, quem elaborou a primeira teoria do surgimento do Estado moderno. Para o autor italiano, a política deveria se preocupar com a vida concreta, de como as coisas estão e não como as coisas deveriam estar, sendo esta, ocupação da moral.

E com isso, Maquiavel difunde, em suma, a importância de analisar a realidade como ela é. Mais que isso, a contribuição de Maquiavel sobre o estudo do Estado reside na sua preocupação em entender a natureza dos seres humanos, posto ser esta a matéria constituinte do Estado, estabelecendo, desta forma, uma proximidade entre indivíduo e poder. Podemos afirmar que desde o começo do livro “O Príncipe”, Maquiavel analisa uma imagem tradicional de Estado.

Maquiavel alude à situação que o Estado passa a ser concedido ao príncipe, ou por dinheiro, ou por graça de quem o concede. Estes príncipes estão na dependência da fortuna de quem lhes concedeu o Estado, e por isso não sabem e não podem manter o principado. Isto se explica por que estes príncipes não são homens de grande virtude e não contam com forças fiéis. Para Maquiavel existem duas formas de um príncipe chegar ao poder: pela virtude ou pela fortuna. Porém, há também duas maneiras que não podem ser atribuídas a estes dois meios mencionados acima. Estas maneiras são: “chegar ao principado pela maldade, por vias aceleradas, contrárias a todas as leis humanas e divinas; e tornar-se príncipe por mercê do favor de seus conterrâneos” (MAQUIAVEL, 1973, p. 41).

Segundo Maquiavel, para que isto ocorra não são necessários grandes méritos, nem muita sorte, mas a formação deste principado ocorre pelo favor do povo ou pelo favor dos que detém o poder. “Em todas as cidades se encontram estas duas tendências diversas e isto nasce do fato de que o povo não deseja ser governado nem oprimido pelos grandes, e estes desejam governar e oprimir o povo”

(MAQUIAVEL, 1973, p.45). Ademais, para Maquiavel o príncipe necessita estabelecer sólidos fundamentos, pois sem isso é certa a sua ruína. E as principais bases que os Estados possuem são boas leis e boas armas. “E como não podem existir boas leis onde não há armas boas, e onde há boas armas, convém que existam boas leis. [...] as forças com que um príncipe mantém seu Estado são próprias ou mercenárias, auxiliares ou mistas.” (MAQUIAVEL, 1973, p. 56).

A formação do Estado no “Leviatã” de Hobbes é o principal motivo para os homens saírem da condição de guerra que é a consequência necessária das suas paixões naturais. Hobbes apontava ainda que os seres humanos são maus por natureza, vivendo constantemente em guerra e destruição mútua, sendo famosa sua frase de que “o homem é o lobo do próprio homem”. E que, para evitar acontecer isto, importante surgir algo forte para mediar estas relações. Daí, portanto, tem-se as bases para a instituição de um Contrato Social, criador de um Estado absoluto que acaba por apaziguar ânimos e impulsos. E que acaba por impedir, pois, a deflagração de qualquer espécie de guerra entre os homens. Este Estado deveria ser rígido no que concerne ao seu poder, uma vez que acabaria permitindo a conservação da humanidade e da plena condição de uma vida mais confortável.

É como se cada homem dissesse a cada homem: “transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo [...], com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações” (HOBBS, 1974, p.109). Com a instituição do Estado, as leis da natureza tornam-se efetivamente leis, porque passam a constituir ordens do Estado, portanto também leis civis; “pois é o poder soberano que obriga os homens a obedecer-lhes” (HOBBS, 1974, p. 166).

Também em um dos capítulos essenciais do “Leviatã”, “Das coisas que enfraquecem ou levam a dissolução de um Estado”, Hobbes analisa as “enfermidades” de um Estado que possui origem numa instituição imperfeita, “e se assemelham às doenças de um corpo natural” (HOBBS, 1974, p.196). Além disso, as denominadas “doenças” de um Estado que derivam da má influência das doutrinas indisciplinadas. E como uma das enfermidades de um Estado, Hobbes considera: “Um homem, para obter um reino, contenta-se muitas vezes com menos poder do que é necessário para a paz e defesa do Estado” (HOBBS, 1974, p.196) e como uma das doenças do Estado assinala: “Todo indivíduo particular é juiz das boas e más ações” (HOBBS, 1974, p.197). Porém isto é verdade na condição de

simples natureza, quando não existem leis civis. “Mas não sendo assim, é evidente que a medida das boas e más ações é a lei civil, e o juiz o legislador, que sempre é representativo do Estado” (HOBBS, 1974, p.197). Em suma, para Hobbes, partindo desta falsa doutrina, os homens adquirem a tendência de discutir as ordens do Estado, e para obedecê-las e desobedecê-las segundo julgarem conveniente.

Cabe ressaltar que a análise das contribuições dos autores Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes permite constatar a validade e a importância destes arcabouços teóricos – não somente para o desenvolvimento – mas também na constituição de um pensamento político moderno que se demonstra de extrema vitalidade e nos auxilia a melhor compreender os fenômenos políticos da atualidade.

Ademais, sobre o Estado deve-se sublinhar também o autor John Locke, que concordava com a ideia de Hobbes de que os homens se juntam na sociedade política para se defender da guerra de todos contra todos. Porém, dizia Locke que a monarquia absoluta era incompatível com o governo civil, já que o soberano não teria a quem apelar a não ser a si mesmo. Nesse sentido, fazia-se necessário que o poder político estivesse em mãos de corpos coletivos de homens. Para o autor a missão fundamental do Estado seria:

A propriedade cuja origem se encontra no direito que tem o homem de utilizar qualquer uma das criaturas inferiores para a subsistência e conforto de sua vida, destina-se ao benefício e vantagem exclusiva do proprietário, de forma que este poderá até mesmo destruir, mediante o uso, aquilo de que é proprietário, quando o exigir a necessidade; já o governo, cuja única finalidade é a preservação do direito e da propriedade de cada um, preservando-o da violência ou da injúria dos demais, destina-se ao bem dos governados (LOCKE, 1998, p. 300).

E acrescenta o autor que:

Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa. A esta ninguém tem direito algum além dele mesmo. O trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos pode-se dizer, são propriamente dele, qualquer coisa que ele então retire do estado com que a natureza proveu e deixou, mistura-se a ele com seu trabalho e junta-lhe algo que é seu, transformando-a em sua propriedade (LOCKE, 1998, p. 409).

Na verdade, essa apropriação por meio do trabalho criava uma limitação natural à propriedade. O raciocínio para essa limitação natural é o seguinte: quando

algo se deteriora por responsabilidade de um homem, como frutos colhidos que, pela inércia da inutilização se deterioraram, esse homem torna-se um injusto, pois outros homens poderiam utilizar-se desses frutos. Portanto, o homem só irá (no estado de natureza) apropriar-se do que pode usufruir: aí reside o limite natural.

Mais que isso, para Locke (1998), o poder teria origem num pacto estabelecido pelo consentimento mútuo dos indivíduos que compõem a comunidade, no sentido de preservar a vida, a liberdade e, sobretudo, a propriedade. Conforme o autor, a autoridade do Estado vem somente do contrato. E ainda ele mesmo afirmava que o Estado não recebe sua soberania de nenhuma outra autoridade. E ainda possui uma concepção burguesa, ao ter a finalidade de conservar a propriedade, o que pressupõe e requer que o povo tenha uma propriedade para entrar na sociedade.

Dito de outro modo, Locke (1998) também já apresentava uma distinção entre sociedade política e sociedade civil, isto é, entre o público e o privado. Se na Idade Média, a sociedade e o Estado formam um conjunto só, na sociedade burguesa moderna, são separados, obedecendo a normas e leis diferentes. Ou seja, os direitos de propriedade são exercidos na sociedade civil, e o Estado deve garantir esses direitos.

Mesmo com o que apontavam Hobbes e Locke, entretanto, Jean-Jacques Rousseau (1973) acrescenta novos e polêmicos elementos, ao tratar do Contrato Social. Para o autor, um dos inspiradores da Revolução Francesa de 1789, os homens no “estado de natureza” estão sem moralidade e sem maldade — a conhecida ideia de que o homem é naturalmente bom, enquanto a sociedade civil é a descrição de como os homens vivem em realidade.

Portanto, para Rousseau, a sociedade civil é imperfeita porque foi corrompida pela propriedade, e é produto da voracidade do homem, obra do mais rico e poderoso que quer proteger seus interesses próprios. Na verdade, o Estado, para o autor seria uma criação dos ricos para preservar a desigualdade e a propriedade, e não o bem-comum.

Rousseau (1973, p. 2.41) diz:

Concebo na espécie humana, dois tipos de desigualdades: uma que chamo de natural ou física, por ser estabelecida pela natureza e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito e da alma; a outra que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens.

Conforme Rousseau, a desigualdade que repercute no meio social inicia-se com a fundação do Estado. Para ele, a verdadeira desigualdade (deve ser desconsiderada, uma vez que é quase inexistente no que se refere à vida política) é obrigatoriamente não natural, resultado da instituição de uma sociedade injusta. Rousseau (1973, p.286) ainda aponta o Estado num regime despótico (segundo o autor um momento crítico do Estado):

[...] todos os particulares se tornam iguais, porque nada são, e os súditos não tendo outra lei além da vontade do senhor, nem o senhor outra regra além de suas paixões, as noções do bem e os princípios da justiça desfalecem novamente; então tudo se governa novamente pela lei do mais forte e, conseqüentemente, sob um novo estado de natureza, diverso daquele pelo qual começamos, por ser este um estado de natureza em sua pureza, e o outro, fruto de um excesso de corrupção.

Entendemos que, para o autor, essas são as conseqüências das desigualdades. E que o homem, vivendo nesse estado injusto, torna-se desnaturalizado, um ser antinatural e perdido. Na verdade, a perda da liberdade, da igualdade em decorrência da instituição desigual por meio do contrato.

Diferentemente desses autores acima citados, Engels, que não é um liberal, em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, a sociedade se formou juntamente com a família, e a propriedade privada da caça, quando surgiu o hábito da criação de gado e agricultura. Contudo, com o desenvolvimento da economia despontam as diferenças econômicas de classes. E com a conseqüente crise do ordenamento, surge a organização do Estado para institucionalizar a dominação econômica através da dominação política da classe proprietária. Com isso, o Estado impede que as camadas com interesses econômicos opostos aniquilem a si mesmos e a própria sociedade.

Sobre isto, Engels (1979, p. 135-136) comenta:

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; [...] É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar.

O Estado caracteriza-se, pois, pelo agrupamento dos seus súditos de acordo com uma divisão territorial; é a instituição de uma força pública que não se identifica com o povo, ao contrário, pode ser exercido contra o povo; para o seu sustento são exigidas contribuições por parte dos cidadãos; estes, divididos em classe, fazem pressão sob o poder público em nome dos seus interesses, todavia, como o Estado nasceu da necessidade de conter e administrar os antagonismos de classe, ele é, via de regra, representante da classe mais poderosa, ou seja, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire, assim, meios de repressão e exploração da classe oprimida, meios esses que reproduzem a ordem social estabelecida.

Compreendemos, sobretudo, que o autor acredita, por outro lado, que, como os interesses da classe dominante são absolutamente antagônicos ao bem-estar geral de todos, aos processos de emancipação e promoção humana, a dissolução desta sociedade, que vem avançando e acirrando suas contradições sociais, é sempre uma possibilidade, pois ela mesma encerra os elementos de sua própria ruína.

Desses pressupostos, o que constatamos é que as teorias sobre o Estado sempre suscitaram as mais entusiasmadas polêmicas e sobre ele foram depositadas enormes esperanças por aqueles comprometidos com a transformação social. Destarte, a pesquisa sobre os fundamentos do Estado pode nos alertar para o perigo das “falsas mediações” ou da crença na suficiência da emancipação política, e sobre a possibilidade de construção de uma sociedade emancipada de todo tipo de exploração.

A crítica do Estado em Marx tem como primeiro ponto a relação de dependência entre a sociedade civil e o Estado. Para ele, o Estado é o fenômeno, e a sociedade civil a realidade essencial, porque é nela que o homem trabalha e vive sua vida concreta. Em duas obras de Marx, vê-se a relação feita por ele entre Estado e sociedade civil. Sobre a tese marxista central em relação ao Estado diz respeito à sua natureza de classe. Para o autor, o Estado aparece a partir da contradição existente no próprio seio da sociedade organizada, ou seja, da divisão da sociedade em classes e da luta entre tais classes. Assim, o Estado não aparece a partir de uma vontade moral ou de um avanço racional da humanidade, mas, como afirma Friedrich Engels (1820-1895), companheiro inseparável de Marx, é um

[...] producto de la sociedad cuando llega a un grado de desarrollo determinado: es la confesión de que esa sociedad se ha enredado en una irremediable contradicción consigo misma y está dividida por antagonismos irreconciliables, que es impotente para conjurar² (MARX; ENGELS, 1974, p.344).

Portanto, o Estado aparece das contradições entre aqueles que oprimem e os que são oprimidos. Engels (1979, p. 86) afirma que

[...] é inútil continuarmos a observar que, embora se necessitem apenas de dois homens para construir a sociedade, é preciso, para edificar o Estado, mais um terceiro, sem o qual – para resumir de um modo conciso – não se poderia resolver nenhum problema pelo sistema da maioria e, sem esta, isto é sem o domínio da maioria sobre a minoria, não é possível conceber-se o Estado.

Entendemos, pois, que essa terceira pessoa aparece para garantir a sobreposição de um homem sobre o outro homem. Essa terceira pessoa está representada pelo Estado. Segundo Marx, o Estado foi criado a partir da necessidade de pôr fim à luta de classes, mas a sua criação se dá no meio da luta de classes, sendo que o Estado é a classe dominante economicamente mais poderosa, que, por seu intermédio se converte também em classe politicamente mais forte e adquire novos meios para submeter e explorar a classe oprimida. E, para explicar essa dominância, Marx usa a metáfora do edifício – infra-estrutura e

² Tradução livre da autora: “[...] produto da sociedade, quando se atinge um determinado estágio de desenvolvimento: a admissão de que essa sociedade se enredou numa contradição insolúvel com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não tem poder para dissipar”.

superestrutura – para apresentar a idéia de que a estrutura econômica da sociedade condiciona a existência e as formas do Estado e da consciência social.

Ele afirma que “[...] a organização social que se desenvolve imediatamente a partir da produção e do intercâmbio e que forma em todas as épocas a base do Estado e do resto da superestrutura idealista, foi sempre designada, invariavelmente, como o mesmo nome” (MARX; ENGELS, 1979, p.53).

Então, qualquer conjunto particular de relações econômicas determina a existência de formas específicas de Estado e de consciência social que são adequadas ao seu funcionamento, e qualquer transformação na base econômica de uma sociedade leva a uma transformação da superestrutura, visto que a superestrutura não é autônoma, não aparece por si, mas tem um fundamento nas relações de produção.

Marx ainda diz que:

[...] na produção social de sua vida, os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual (MARX; ENGELS, 1982, p.531).

Assim, a infra-estrutura são os meios de produção (mares, terra, operários e máquinas), ou seja, a soma total das relações de produção estabelecidas pelos homens, das relações entre as classes, e a superestrutura são os órgãos do Estado que garantem tal relação de produção. Portanto, não é a vida política que determina a economia, mas, ao contrário, é a relação de produção que determina a vida social.

A determinação da sociedade pela relação de produção pode ser entendida, por alguns pensadores, como uma forma de reducionismo econômico. Mas, Engels (1979), combate tal interpretação reducionista e procura afastar a ideia de uma causalidade mecânica pela qual a infra-estrutura (economia) seria a causa e a superestrutura, o efeito. A noção de determinação é dialética e não exclui a determinação pela superestrutura que, como causa secundária, pode produzir efeito e reagir sobre a infra-estrutura.

No pensamento marxista, o Estado é uma instituição que tem como função garantir a dominação e a exploração de uma classe sobre outra, como afirma Marx que “[...] o governo do Estado moderno é apenas um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia” (MARX; ENGELS, 1978, p.96). O Estado, pois, é explicado como um instrumento essencial de dominação de classes na sociedade capitalista, por isso não está acima dos conflitos de classe, mas, sobretudo, permeado por eles. “Autonomizado e separado dos reais interesses particulares e coletivos. Ademais, Marx (1998, p. 31) afirma que “[...] o Estado, por baixo das aparências ideológicas de que necessariamente se reveste, está sempre vinculado à classe dominante e constitui o seu órgão de dominação”. Ou seja, o Estado garante a exploração da classe dominante sobre uma classe oprimida.

A teoria marxista de Estado aponta, portanto, para um Estado como instituição independente, com interesses e propósitos próprios. Mas isso não invalida a afirmação de que o Estado serve aos propósitos e interesses da classe dominante, visto que o Estado é sempre uma associação entre os que controlam o Estado e os que possuem e controlam os meios da atividade econômica. E, Marx afirma ainda que “[...] é precisamente com a manutenção dessa dispendiosa máquina estatal em suas numerosas ramificações que os interesses materiais da burguesia francesa estão entrelaçados da maneira mais íntima” (MARX, 1977, 18B, p. 59).

Marx aponta que o domínio de classe sancionada pelo Estado assume formas políticas diversas, que vai desde a república democrática burguesa até a ditadura. E, aponta ainda que a forma assumida pelo domínio de classe tem grande importância para o proletariado. Pois, a forma de domínio determinará as formas de lutas do proletariado. Porém, independentemente da forma política vigente no Estado, o que permanece constante é propriedade privada e a apropriação particular dos bens produzidos coletivamente.

Portanto, o marxismo ressalta o papel coercitivo do Estado, afirmando essencialmente como a instituição pela qual uma classe dominante e exploradora impõe a sua ideologia e defende seu poder e seus privilégios contra a classe ou classes que domina e explora. Aponta ainda que a função do Estado, associado com a classe dominante, é a de regular a luta de classes para assegurar a estabilidade da ordem burguesa vigente.

Entendemos, pois, que a forma de Estado no capitalismo é o resultado articulado, de um lado, pelo arranjo de forças dentro do bloco no poder e dentro da estrutura interna do Estado e, de outro lado, da relação do Estado com as restantes instâncias da sociedade e com a luta de classes.

Para Marx (1987) a superação do Estado dar-se-á historicamente pela luta de classes, pelo materialismo dialético, pois assim como no escravismo, cuja tese eram os senhores de escravos e a sua antítese, os escravos; em um dado momento os de baixo (escravos) não mais queriam ser oprimidos e os de cima (senhor de escravos) não conseguiram mais segurar os de baixo, então ocorreu uma síntese, aparecendo o feudalismo. Assim, da quantidade de contradição do sistema escravista surgiu uma mudança de qualidade, o feudalismo, que é qualitativamente diferente do escravismo, mas traz consigo parte deste. O feudalismo, que foi síntese do escravismo, mas dada às contradições internas daquele sistema, reinicia o movimento dialético. Sendo o senhor feudal, a tese, e o servo de gleba, a antítese. Desse movimento dialético surge a síntese que é o Estado Liberal Burguês. A burguesia é síntese do feudalismo, mas pelas contradições que o sistema apresenta, transformou-se em tese, cuja antítese são os operários. Infere-se então que o Estado Liberal Burguês deverá ser superado por uma nova síntese, que, segundo Marx (1987), será inicialmente o socialismo, que em função das contradições será superado pelo Comunismo, que é o estágio superior e síntese final da sociedade.

Marx (1987, MEF, p. 174) afirma que o Comunismo é a

[...] superação positiva da propriedade privada, enquanto auto-alienação do homem, e por isso como apropriação efetiva da essência humana através do homem e para ele; por isso, como retorno do homem a si enquanto homem social, isto é, humano; retorno acabado, consciente e que veio ser no interior de toda a riqueza do desenvolvimento até o presente.

Portanto, na concepção marxista, o Estado aparece com o desaparecimento lento e gradual das classes sociais, pois, superada a luta de classes, instalando-se uma só classe social o Estado perde a sua função de garantir a exploração de uma classe sobre outra e tende a desaparecer por si. Na teoria marxista, o comunismo é a última etapa do processo histórico da sociedade na qual todos os homens humanizar-se-ão; todos os membros de tal sociedade trabalharão e ninguém vive da propriedade do capital; extinguir-se-ão a exploração do homem pelo homem, as

classes sociais e com elas, o Estado. No comunismo deverá acabar a diferenciação entre o trabalho físico e intelectual e a renda deverá ser distribuída de forma igualitária, ou de acordo com as necessidades de cada membro.

Do que nesse capítulo está exposto, entendemos a complexidade da questão do Estado e a necessidade de o estudar com persistência e paciência, seja pela sua complexidade intrínseca, seja perante as manipulações e falsificações que dela faz a burguesia. Podemos, então, perceber claramente que o atual Estado, na forma em que está estruturado não garante a liberdade e a igualdade, nem mesmo até de uma só classe, a burguesia. Todavia, não sabemos quando ou como essa forma de Estado deverá ser superada, mas vale dizer do desafio histórico de identificarmos os meios concretos (objetivos e subjetivos) pelos quais a classe trabalhadora possa empreender uma luta de classes exitosa no sentido de alcançar a emancipação humana, nos termos colocados por Marx.

Nesse contexto teórico é que pretendemos analisar a política de formação profissional. E nesse esforço teórico também importa buscar a compreensão essencial da dinâmica da crise do capitalismo contemporâneo, seus impactos e agravamentos, haja vista que em nosso entendimento a política de qualificação dos trabalhadores, assim como os instrumentos adotados para a sua efetivação, respondem, em última instância, às determinações inscritas nesse movimento imanente do capital e de sua crise, e sua compreensão faz-se necessária para o êxito do trabalho.

Para tanto, o texto a seguir abordará o tema da crise atual do capital, além dos desdobramentos de suas próprias contradições. Isto porque acreditamos que descobrir seus impasses e as novas determinações que operam nesta ordem societária é importante para a compreensão do desenho e da funcionalidade das políticas públicas de qualificação dos trabalhadores.

2 A DINÂMICA DA CRISE ATUAL DO CAPITAL: IMPACTOS E AGRAVAMENTOS

Antes que pretendamos apresentar os resultados de estudos e pesquisas sobre o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), imprescindível é discutir a crise do sistema capitalista a partir da contradição entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as relações capitalistas de produção, principalmente porque se caracteriza pela ampla adoção do neoliberalismo como política econômica.

Percebemos ainda que o desenvolvimento das relações capitalistas de produção amplia sua contradição interna entre o processo de socialização da produção e o caráter privado da apropriação. E, sendo a produção socializada cada vez mais em escala mundial, vai-se observando a centralização do capital que, portanto, precariza a reprodução da força de trabalho. Com isso, notamos ainda que vai se configurando mais claramente o quadro de uma nova crise na sociedade capitalista, marcada pela deterioração da antiga estrutura de organização do trabalho e por uma degradação da “sociedade salarial”, aprofundando a desregulamentação do mercado de trabalho, a flexibilização dos empregos e dos trabalhadores, aumentando, pois, a taxa de exploração do trabalho e tornando mais precárias as condições de vida dos trabalhadores. O desemprego no mundo atinge níveis preocupantes, com um intenso aumento do trabalho precário e da informalidade.

E assim, o desenvolvimento dessas contradições vai demonstrando que a política neoliberal propicia condições para o próprio desenvolvimento do capitalismo, aguçando, pois, as contradições entre capital e trabalho. Por isso, consideramos que um aspecto importante ao discutirmos esta crise, por que passa o mundo atual, é considerar os elementos constitutivos fundamentais do pensamento crítico, tomando como referência principal as contribuições de Marx e de algumas obras de autores que se fundamentaram nesta mesma fonte.

Contudo, nos limites desse estudo, um processo composto de causas tão variadas e complexas, importa saber que ao falar sobre a atual crise do capitalismo, imprescindível é situar o contexto histórico e econômico dessa crise. Uma crise que não é algo gratuito ou casual, mas que vai revelar um processo que possui raízes

bem definidas e uma lógica que pode ser compreendida em seu desdobramento, pelo menos em seus traços mais gerais.

Assim sendo, ao buscarmos entender esse processo de crise, importante ressaltar antes que uma característica essencial do desenvolvimento capitalista é que ele não é para todos. Leon Trotsky foi um dos primeiros a estudar essa característica do desenvolvimento capitalista — o do desenvolvimento *desigual e combinado*, assim como explicita sucintamente a lei Trotsky (2000, p.49):

O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela em parte alguma, com a evidência e a complexidade com que o demonstra o destino dos países atrasados. Fustigados pelo chicote da necessidade material, os países atrasados veem a necessidade de avançar aos saltos. Dessa lei universal do desenvolvimento desigual deriva outra que, na falta de nome mais adequado, qualificaremos de lei do desenvolvimento combinado, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à combinação de distintas fases, à mistura de formas arcaicas e modernas.

O que compreendemos é que a lei do desenvolvimento desigual e combinado exprime as distintas proporções no crescimento da vida social e a correlação concreta destes fatores desigualmente desenvolvidos no processo histórico. Essas variações entre os múltiplos fatores da história dão a base para o surgimento de um fenômeno novo, no qual as características de uma etapa inferior de desenvolvimento social se misturam com as de outra, inferior. Essas combinações têm um caráter altamente contraditório e apresentam acentuadas peculiaridades. E também o que percebemos é que o desenvolvimento capitalista vai empregando novas forças produtivas para conquistas de mercados, tanto nos países que centralizam como nos periféricos.

Lessa e Tonet (2004, p.3) acrescentam ainda que:

O desenvolvimento do capitalismo é *desigual e combinado* tanto no nível internacional quanto no interior de cada nação. Mesmo países de trajetória capitalista clássica possuem, ainda hoje, significativas diferenças no desenvolvimento de suas regiões econômicas, políticas e culturais. Em países de formação colonial as diferenças regionais tornam-se muito mais acentuadas, fazendo com que o observador tenha a impressão de que a região mais atrasada e a região mais adiantada encontram-se inseridas em séculos diferentes.

Apesar dessas diferenças regionais, em nenhum país as regiões de capitalismo menos desenvolvido deixam de estar intimamente conectadas com as regiões de capitalismo mais moderno. Ou seja, não há um dualismo, não há duas sociedades no interior do mesmo Estado nacional; todas as regiões estão ligadas entre si e somente se reproduzem em íntima conexão. Isso ocorre tanto no plano econômico como nas esferas cultural e política.

Entretanto, no próprio polo de desenvolvimento a desigualdade se aprofunda. Alguns enriquecem, outros são empregados, muitos outros desempregados. O que se evidencia, sobretudo, é que o processo capitalista de produção põe em cena duas classes sociais fundamentais e expressa uma maneira historicamente determinada de o capitalista (que dispõe de dinheiro) aplicar o capital na compra de meios de produção e comprar a força de trabalho. E de que o trabalhador venda a sua força de trabalho (como mercadoria) em troca de salário.

Paulo Netto (2007, p.186-187) ressalta também que

De fato, na sua expansão mundial, o desenvolvimento capitalista apresentou-se sempre com uma dupla característica — desigual e combinado. Trata-se de um *desenvolvimento desigual*: em função de razões históricas, políticas e sociais, a dinâmica capitalista opera em ritmos diferenciados nos diversos espaços nacionais, afetando tanto os países capitalistas como as relações entre eles. [...] Ademais disso, o desenvolvimento capitalista revelou-se, no que diz respeito aos países atrasados, um *desenvolvimento combinado*, na feliz expressão de Leon Trotski (1879-1940): pressionados pelo capital dos países desenvolvidos, os atrasados progredem aos saltos, *combinando* a assimilação de técnicas as mais *modernas* com relações sociais e econômicas *arcaicas* — e esse progresso não lhes retira a condição de economias dependentes e exploradas.

Por isso, observamos que no modo de produção capitalista é que se reproduzem, concomitantemente, as ideias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se produzem, sobretudo encobrindo o antagonismo que as permeia. E embora a crise não seja o resultado de um elemento determinante, ela pode ser explicada, primeiramente, por um fator que congrega: a produção capitalista de mercadorias e as relações que envolvem essa produção.

Sendo assim, do ponto de vista tanto da conjuntura internacional quanto da conjuntura nacional, esses pressupostos acima elencados, as mudanças bem como suas dinâmicas exprimem o vigor de uma permanente reestruturação para enfrentamento da crise de acumulação capitalista. Na verdade, impulsionada por processos econômicos e políticos que incidem na totalidade da vida social, a

dinâmica da crise atual supõe o desenvolvimento de estratégias que visam recriar as bases de valorização e dominação ideológica do capital. Para tanto, o capital transforma a sua base material de modo a permitir um novo ordenamento das forças produtivas e, ao mesmo tempo, atualiza as práticas de organização político-social das classes em presença.

Ademais, dentre as inúmeras iniciativas que são implementadas para responder à crise capitalista, a qualificação profissional se apresenta, nos países desenvolvidos e, particularmente, no Brasil, com uma dupla perspectiva: como uma temática central que parece renovar o debate sobre a crise de acumulação e seu enfrentamento e, nesse sentido, tende a envolver todas as classes sociais; e, como possibilidade de que esta estratégia viabilize o aumento da produtividade do capital, sua competitividade e se constitua em alternativa ao quadro de desemprego crescente instalado no capitalismo contemporâneo.

Assim, para o capital, é fundamental que a ideia da qualificação profissional possa ser tomada, por todas as classes sociais, como uma importante estratégia que permite apontar saídas para a crise capitalista. Apresentando o discurso sobre a massificação dos processos de qualificação profissional e sua funcionalidade para a retomada do crescimento econômico, capital e trabalho, com a mediação do Estado, transformam esse argumento em um discurso ideológico capaz de mostrar que é possível a toda a sociedade ter interesses que são comuns ou universais.

Na realidade, o que se pretende com esse argumento ideológico é construir as bases dominantes, pela via da dissolução dos antagonismos classistas e da mobilização de interesses em torno de um projeto que, embora historicamente reivindicado pelo trabalho, é transformado em necessidade do capital para responder às suas exigências e incorporado pelos trabalhadores como possibilidade de acesso aos processos educacionais, ao longo dos anos, negado pelas classes dominantes.

Certamente que as crises no capitalismo não podem ser separadas da sua dinâmica própria, intrínseca. O capitalismo, em sua forma de acumular por acumular, jamais se interessará pelas “necessidades sociais” dos trabalhadores. Isto diz respeito à sua “missão”, a qual, segundo Marx, é produzir em larguíssima escala, até superproduzir capital. Quer dizer, fazer crescer a produtividade social do trabalho

e suplantando a concorrência, superproduzir para superlucrar, e superacumular capital em excesso e em todas as suas formas.

Portanto, a superprodução de capital – essencialmente de máquinas, equipamentos, instalações, matérias-primas, e ativos financeiros. Trata-se sim de uma crise gestada num padrão de acumulação capitalista francamente voltado para a acumulação financeira. Sobre estas questões, Marx (1976, p.106) nos ajuda a compreender melhor a dinâmica da crise pelo o que ele denominou de “As três figuras do ciclo”:

Sempre mudando de forma e se reproduzindo, parte do capital existe como capital-mercadoria que se converte em dinheiro; outra, como capital-dinheiro que se transforma em capital produtivo; uma terceira, como capital produtivo que se torna capital-mercadoria. A existência contínua dessas três formas decorre de o ciclo do capital global passar por essas três fases.

Não obstante, estamos diante de uma crise sistêmica, que é sempre um evento de proporções e efeitos duradouros. Assim, conforme Marx (1975, p.20): “a força motriz da produção capitalista é a valorização do capital, ou seja a criação de mais-valia, sem nenhuma consideração para com o trabalhador”. Daí que na dinâmica do capitalismo, a crise, ou seja, as crises são partes constitutivas da sua dinâmica estrutural. O que não quer dizer – que as crises são sempre estruturais. Crescimento, recessão, recuperação, expansão e instabilidade – também estagnação – são as categorias principais do capitalismo de hoje.

Em Mézáros (1981, p.797), podemos ver a distinção entre crise estrutural e não-estrutural destacando que

a crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada, enquanto que a não-estrutural vai afetar apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global.

Mézáros, (2002, p.797) sobre a crise estrutural “põe em questão a própria existência do complexo global envolvido”. Na visão de Mézáros, (2002, p.800), “a crise estrutural não está confinada à esfera socioeconômica”, pois diante das determinações do círculo vicioso do capital “a profunda crise da “sociedade civil”

reverbera ruidosamente em todo o espectro das instituições políticas”. E assim sendo, o efeito das mudanças no mundo do trabalho, geradas pela crise estrutural do capital, tem acarretado reformulações e novos paradigmas no cenário educacional brasileiro.

Na verdade, o objetivo do capital é sua reprodução ampliada ou acumulação, obtida pela incorporação dos lucros decorrentes da exploração dos proletários. Neste sentido, a valorização (acumulação do capital) é um processo disciplinador da força de trabalho em todos os níveis, da fábrica ao Estado. Com isso, não resta dúvida, do que temos dito até aqui, principalmente ao ratificar que no capitalismo, produção, realização do excedente e acumulação do capital, ao tempo em que estão logicamente relacionados entre si, também se articulam de acordo com ritmos, volumes e proporções desiguais no tempo e no espaço.

Destarte, o capital vai garantindo sua dominação, nos últimos três séculos, como produção generalizada de mercadorias. Para tanto, reduz e degrada os seres humanos, porque são considerados custos de produção como força de trabalho necessária. O capital trata o trabalho vivo como uma mercadoria comercializável, da mesma forma que qualquer outra, sujeitando-a as determinações desumanizadoras. Com isso, além de transformar “os pequenos camponeses em trabalhadores assalariados, e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital”, cria, “ao mesmo tempo, para esse último seu mercado interno”, separando radicalmente os produtores campesinos dos seus meios de produção (MARX, 1985, p.283). Ainda, segundo Marx (1983, p.243),

Certo grau de desenvolvimento da produção capitalista exige que o capitalista possa aplicar todo o tempo, durante o qual funciona como capitalista, isto é, como capital personificado, à apropriação e, portanto ao controle do trabalho alheio e à venda dos produtos deste trabalho.

Dito isto, o que podemos concluir é que, para Marx, a maior preocupação seria demonstrar como a satisfação das necessidades humanas é subordinada à produção do capital. E que sem as novas personificações deste não seria possível cumprir as funções reprodutivas do próprio capital. Na verdade, o mundo capitalista resume a vida do homem a uma mera luta pela riqueza. Todavia, a característica fundamental definidora de nossa época, em contraste com as fases anteriores dos

desenvolvimentos capitalistas, é vivermos as contradições da crise estrutural do sistema do capital como um todo.

Convém aqui lembrar que Mészáros é um autor que centra sua análise sobre a totalidade e unidade da reprodução social do capital mundial. Como também, preocupa-se em desvendar os mecanismos atuais de reprodução e as possibilidades de superação, na esfera global, do modo de reprodução sociometabólica do capital, o qual declara incontrollável. Mészáros ressalta, portanto, que a incontrollabilidade do capital já declara, por si, a inocuidade definitiva das tentativas de se estabelecer limites, acordos que intente o Estado, ou mesmo setores dos próprios capitalistas, no sentido de submetê-lo ao domínio de sistemas de regulação ou quaisquer processos que visem apenas a amenizar suas contradições.

Sobre estas questões, também nos diz Paulo Netto (2007, p.165):

Eis a contradição fundamental do modo de produção capitalista: a produção torna-se *socializada*; mais: essa socialização é *progressivamente aprofundada*, envolvendo o conjunto das atividades econômicas em escala mundial; a apropriação, porém, permanece *privada*: o conjunto dos produtores diretos (os trabalhadores) cria um enorme *excedente* que é apropriado pelos donos dos meios de produção (os capitalistas).

Nesse contexto torna-se inevitável, então, a existência de contradições, porque se verifica que a crise é a expressão do caráter contraditório que é assumido pela acumulação do capital. Em outras palavras, em todo sistema amparado sobre a existência de classes sociais, surgem contradições entre a apropriação econômica da sociedade feita por uma classe e a necessidade de continuar a reprodução social desse sistema do capital.

Também aqui vale salientar que Paulo Netto fala sobre a ocorrência de crises cíclicas periódicas que foi a marca do desenvolvimento capitalista, mas, para Mészáros, que trata da crise estrutural, em nossa época histórica, há um novo tipo de crise que afeta todas as formas concebíveis do sistema do capital enquanto tal, não somente o capitalismo. Em suma, conforme Mészáros, a atual crise também se distingue das anteriores ao começar a produzir respostas radicais desafiadoras numa escala considerável. E esse processo está longe de ter atingido seu auge, uma vez que essa grave crise é estrutural precisamente porque não pode ser superada nem com os muitos trilhões das operações de resgate dos Estados

capitalistas. Ao contrário, aprofunda-se de maneira combinada ao fracasso comprovado de medidas paliativas e faz com que o perigo de autodestruição da humanidade seja ainda maior do que antes. Perigo esse que se multiplica conforme as formas e instrumentos tradicionais de controle à disposição do status quo fracassam em sua missão.

Contudo, importa que para ambos os autores, a crise é, pois, um momento especial que reforça as relações de apropriação e de antagonismos. Poder-se-ia dizer que a crise é o momento em que o capital supera as contradições entre as coisas (entre as quantidades de capitais e de lucros, de oferta e de procura, de créditos e de valores reais) através do agravamento das contradições entre burgueses e proletários, e mesmo dos capitalistas entre si. É, efetivamente, o momento em que o capital tenta reconstituir a unidade do seu equilíbrio, corrigindo todas as desproporções entre as coisas, mas com o objetivo de aumentar a produção de mais-valia.

Noutros termos, Paulo Netto (2007, p. 124-125) acrescenta que:

A forma histórica da produção é também a forma da sua reprodução: a produção capitalista determina a forma capitalista da sua reprodução — o MPC³ particulariza-se historicamente por uma reprodução peculiar, que se torna compreensível quando se leva em conta a acumulação de capital. Sem acumulação de capital, o MPC não existiria.

Ainda, conforme Paulo Netto (2007, p.137):

Desenvolvendo-se a reprodução ampliada, ou seja, a acumulação, é evidente que, na relação capital/trabalho, a condição dos portadores da mercadoria força de trabalho torna-se progressivamente mais vulnerabilizada (basta pensar, aqui, nos processos de pauperização). E a análise teórica e histórica da acumulação revela resultantes e implicações tão reiterativas que é inteiramente legítimo mencionar-se uma lei geral da acumulação capitalista. Com efeito, desde a constituição da base urbano-industrial da sociedade capitalista, o que tem resultado da acumulação é, simultaneamente, um enorme crescimento da riqueza social e um igualmente enorme crescimento da pobreza.

³ Paulo Netto (2007) se refere, no livro *Economia Política: uma introdução crítica*, ao MPC para simplificar O Modo de Produção Capitalista.

A nosso ver, em se tratando da acumulação do capital, especialmente de sua crise denominada processo de reestruturação produtiva, podemos verificar que se trata de uma crise originária do modo de produção e reprodução da vida social que se vai constituindo por uma lógica destrutiva. Uma crise na produção material que atinge países centrais e periféricos, obrigando, portanto, a realização de reajustes nas organizações da produção com a finalidade de atender às exigências da *mundialização do capital*.

Nas palavras de Chesnais (1996, p.204):

Depois de ter destruído o campesinato e boa parte dos artesãos, desertificado regiões inteiras, apelado para o exército industrial de reserva dos trabalhadores imigrantes, criado concentrações urbanas desumanas e inadmissíveis, ele condena milhões de assalariados e jovens ao desemprego estrutural, isto é, à marginalização, passando facilmente à decadência social.

Por tudo isso, a produção capitalista começa a ter respostas maléficas no que se refere ao emprego da força de trabalho na produção industrial. E, assim, muitos fatores marcaram a economia mundial, contudo, em todas caracterizadas pela superprodução.

Conforme Mandel (1990, p.197):

[...] desequilíbrios e desproporções fundamentais de produção e circulação de mercadorias, ocasionando esforços por parte do capital a fim de superar tais contradições, reestruturando, assim, tanto a produção como os mercados. Os esforços de reestruturação da produção tendem a elevar as taxas de lucros através das seguintes medidas: eliminação, absorção ou redução da atividade das empresas menos rentáveis; substituição das técnicas de produção mais avançadas; redução da fabricação de produtos cuja demanda parece estruturalmente em estagnação ou declínio; favorecimento à fabricação de produtos cuja procura se revela estruturada em elevação; investimentos de racionalização, com economia de matérias-primas, de energia, de mão-de-obra e de emprego do capital fixo; crescimento da velocidade de circulação de capital; intensificação dos processos de trabalho e, em geral, esforços concentrados para aumentar duravelmente a taxa de mais-valia (a taxa de exploração da força de trabalho). Todos esses fatores são evidentemente marcados por fatores de incerteza inerentes a um sistema baseado na propriedade privada e na concorrência.

E este é o significado mais profundo da crise que se delineou na década de 1960, e que vem se agravando até os nossos dias. Para Antunes (2003b, p.31):

Como resposta a sua própria crise, reiniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi a expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores.

Portanto, é incontestável como o movimento do processo de reestruturação produtiva vai apresentar as particularidades que elencamos acima. Todavia, até os dias atuais, as mudanças no capitalismo exprimem o vigor de uma reestruturação permanente com o objetivo de enfrentamento da crise de acumulação capitalista.

Certamente, as contradições pertencentes à totalidade dinâmica do capital reforçam o argumento ideológico dominante, uma vez que o que se pretende, por fim, é a construção das bases da dominação. A ideologia burguesa procura imbuir os espíritos de consenso e legitimidade da reprodução flexível do Capital, mantendo o bloco histórico sob sua hegemonia. Ou seja, devemos entender que o que está em jogo é a própria reprodução do Capital,

Para tanto, ressalta Mézáros (2002, p.1032):

Para provar sua continuada viabilidade, a ordem socioeconômica estabelecida deve constantemente se adaptar às condições mutáveis de dominação. Através de toda a história por nós conhecida, a ideologia desempenhou papel importante nesse processo de readaptações estruturais. A reprodução bem-sucedida das condições de domínio não poderia ocorrer sem a intervenção ativa dos poderosos fatores ideológicos em prol da manutenção da ordem que se desenrola.

Naturalmente, a ideologia dominante tem forte interesse em preservar o *status quo*, em que até as desigualdades mais patentes já estão estruturalmente entrincheiradas e salvaguardadas. *Por isso, pode se permitir proclamar as virtudes dos arranjos 'consensuais', de "unidade orgânica" e 'participação', reivindicando para si, desse modo, também a racionalidade evidente da 'moderação' (dominante). Mas, na realidade, a ordem social que ela defende é necessariamente dilacerada por contradições e antagonismos internos, por mais bem-sucedida que possa ser, através dos tempos, a reprodução do arcabouço estrutural hierárquico de domínio e subordinação e a aparência de 'comunidade orgânica' e 'interesses mútuos e comuns'.*

Em outras palavras, a ideologia dominante vai se apresentando como “interesse geral” da sociedade, e não poderia ser diferente exatamente porque, como acentua Mészáros (2002), o conflito não deve ser descrito entre potenciais iguais e em vista de aspirações apriorísticas e legitimadoras, tornando-se imprescindível que o discurso ideológico da ordem dominante mantenha-se através da “unidade” e do “equilíbrio adequado”.

Em suma, para o autor (Mészáros 1998, p.71-72):

A relação entre capital e trabalho não pode ser considerada simétrica, com a possibilidade de equilibrar o poder em disputa entre os dois, muito menos de alterá-la a favor do trabalho. O conceito de 'equilíbrio de poder' como regulador da força sóciopolítica interna pertence apenas ao mundo do capital, influenciando com 'legítimo interesse' as mutáveis inter-relações entre menores e maiores constituintes do capital social total tal como articulados em qualquer ponto particular da história.

De todo o exposto, notamos que o objetivo da dinâmica da crise atual, na verdade, é que o capitalismo possa encontrar novas bases que possam fomentar a reprodução ampliada, buscando alternativas de potencialização da mais-valia, com a precarização do trabalho. E é neste movimento de ataque ao trabalho que o capital impõe e exerce seu domínio não apenas sobre o trabalho, mas sobre a vida do trabalhador. E, nesse contexto, importa compreender melhor como as políticas sociais, ou as políticas brasileiras de educação profissional e de qualificação de trabalhadores vão assumindo uma nova feição, sobretudo, nas unidades federativas, revelando-se compatíveis com as estratégias de acumulação.

Isto demonstra como a educação vem sendo responsabilizada por tragédias sociais como o desemprego contemporâneo e o que observamos e que vale destacar são os gastos dos governos em educação, via de regra, orientados pelas mesmas políticas que privilegiam a “saúde” do capital. Assim sendo, os gastos em educação acabam tecendo um movimento excludente e, portanto, incapaz de reverter o quadro do desemprego. Ademais, é de tal maneira predominante no mercado de trabalho o desemprego, a precarização social, entre outros, que a valorização da educação nos discursos do capital tem muito mais interesse em legitimar a degradação do trabalho do que, efetivamente, em qualificar a maior parte da força de trabalho e educar dignamente as classes trabalhadoras, como faz parecer.

Por isso, acreditamos ser importante ainda discutir, nesse capítulo, sobre os impactos da crise sistêmica do capitalismo sobre o Brasil, e principalmente no Estado de Alagoas, assim como veremos a seguir.

2.1 A crise do capitalismo e as especificidades de seus rebatimentos no Brasil e em Alagoas

Como vimos, a discussão sobre a dinâmica atual do capitalismo ratifica que mesmo a partir de perspectivas diferentes, o capitalismo sempre esteve associado à crises econômica e social. Sendo assim, podemos dizer que a crise faz parte da forma de ser deste sistema social. A normalidade capitalista é dada pela permanência de crises, ora sob a forma de crises de acumulação do capital, ora sob a forma de crises sociais exacerbadas pelo desemprego em grande escala, gerando pobreza e violência. E, se a história mostra que o capitalismo é feito de crises, também vale a pena ressaltar aqui a “barbárie” capitalista como um tema recorrente nas ciências sociais e, se nesse estudo propomos análises a partir da teoria marxiana, podemos ratificar que a crise é inerente à natureza do sistema social, por isso não passível de ser superada dentro desta ordem societária.

Na verdade, a grande faceta da barbárie capitalista é não conseguir criar sistemas de inclusão. Todo sistema de exclusão gera violências, segmentações e reações. E se pensarmos o mundo hoje, veremos o tensionamento deste quadro social levando a disputas entre diferentes países, dentro dos países entre diferentes regiões. O ponto central deste quadro conflituoso está localizado nas contradições do processo de criação do valor.

Mais que isso, verificamos ainda que o sistema enfrenta uma crise numa lógica de destruição e os efeitos disto afetam o Brasil e, particularmente Alagoas, com grandes repercussões. Sobre isto, trataremos, pois, de refletir sobre o capitalismo, seus impasses e as novas determinações, especialmente as especificidades dos rebatimentos da crise do capitalismo para o Brasil e para o Estado de Alagoas. Isto é o que discutiremos a seguir.

2.1.1 No Brasil

Muito se tem dito sobre a crise econômica e suas possíveis repercussões na realidade social brasileira. Sobre essa questão, uma abordagem crítica mais contundente é necessária por causa da constatação de que muitos se valem da crise como mero argumento para continuar jogando o jogo da vantagem a qualquer custo, desvinculando-se de qualquer projeto de sociedade mais democrática.

Assim, se desejamos evidenciar características marcantes da realidade do Brasil, revelando os possíveis nexos e condicionantes nacionais e internacionais que, sobremaneira, afetaram e afetam a dinâmica e perspectiva do Brasil, vale buscar em Chasin: ele vai ao encontro com o pensamento marxista e inicia sua trajetória intelectual principalmente tendo por norte a *dissecação* da realidade brasileira, as explicações sobre a configuração original do capitalismo no Brasil. Na verdade, Chasin é levado a identificar a natureza da burguesia nacional, sua peculiaridade e limites; a caracterização do caso brasileiro e de suas perspectivas. O autor tratou de apreender sua natureza, seja no plano das formações ideais, a raiz constitutiva do nosso pensamento, ou no plano econômico-social, isto é, das determinações históricas e particulares do caso brasileiro.

A investigação da formação do capitalismo no Brasil, sua gênese e particularidade leva Chasin à determinação concreta da *Via Colonial*, quadro que singulariza o capitalismo brasileiro, que se ordenou a partir de condições históricas peculiares (a condição de colônia). Em verdade, o capitalismo surge, segundo o autor, no Brasil, só muito tardiamente e em condições ainda mais adversas, se comparadas à exemplaridade inglesa e francesa, como também à italiana e à alemã. E ao se debruçar sobre a emergência do capitalismo no Brasil, o autor afirma:

É, pois, sob tais circunstâncias, profundamente retardadoras e retardatárias, configurantes de um capitalismo *hiper-tardio brasileiro*, que se põe a industrialização, à época que nos ocupa, de tal forma que 'A revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação industrial na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura' [...]. É o que fundamentalmente nos compete estabelecer, no âmbito das necessidades do nosso trabalho: a presença concreta, sim, porém incipiente e ultra-retardatária dos primeiros momentos significativos da objetivação do 'verdadeiro capitalismo' no Brasil,

exatamente nos anos em que o ideário pliniano foi elaborado. Anos que para os países que efetivamente conheceram o fascismo são, já de algum tempo, de plena atividade imperialista, e até mesmo uma guerra dessa natureza já se conta em sua história. Tal a disparidade do estágio de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, em face daqueles países, que quaisquer *igualizações* ou *identificações*, além de impossíveis, são verdadeiramente uma brutalidade teórica (CHASIN, 1999, p. 587).

Em outras palavras, o autor ressalta a determinação e identificação do capitalismo brasileiro, seu caráter retardatário e os problemas advindos de tal contextura: o nascimento de uma burguesia frágil, regressiva em suas possibilidades, antidemocrática por excelência e pragmaticamente *politicista*; de outro, a categoria do trabalho, cuja lógica e necessidade esteve a reboque do *politicismo* de nossa burguesia.

Assim sendo, Chasin, em seu maior esforço nesta direção diz respeito à tese doutoral, intitulada *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*, defendida em 1977. Nesta, Chasin expõe o ideário de Salgado, explicando sua gênese e necessidade, enquanto fruto de uma formação social industrialmente tardia, isto é, de um capitalismo atrasado e atado economicamente ao campo. Assim, ao estudar o ideário de Salgado, Chasin incursiona decisivamente pela análise da realidade brasileira buscando no “*contexto global da sociedade brasileira*” as causas que animaram e engendraram o movimento integralista.

Ao iniciar os estudos do fenômeno integralista, Chasin constata que, em termos predominantes, este foi subsumido a um viés e exame puramente analógicos, vale dizer, o integralismo é equiparado ideológica e praticamente ao fenômeno nazi-fascista europeu, pois

Enquanto Plínio Salgado, ao longo do tempo, reiteradamente afirma a originalidade de seu pensamento, a raiz brasileira de suas ideias e sua distinção do fascismo europeu, empenhando nisto um esforço contínuo e sistemático, os autores que a ele se referem tem primado em desconhecer por completo tais argumentos, insistindo exatamente em teses diametralmente opostas [...]. Reduzindo, portanto, os protestos e as afirmações de Salgado a mero resultado de dissimulações táticas.” (CHASIN, 1999, p. 33)

Assim, ao desenhar a análise predominante do fenômeno integralista, Chasin salienta que – para estes autores – “o integralismo é um ‘fascismo’, e as condições

históricas do Brasil de 30 são entendidas como fundamentalmente semelhantes às da Itália, Alemanha e outros países da mesma época” (Chasin, 1999, p. 35).

Em contraste analítico, J. Chasin (1999, p.23) afirma:

Fragmento da consciência social do Brasil, o integralismo continuava indecifrado, oculto em convencional e abstrata definição com o fascismo. Determinar sua efetiva natureza, especificá-lo na especificidade brasileira era projeto que se impunha com grande evidência, no imperativo mais vasto, até hoje sofrivelmente atendido, de examinar o conjunto, ou pelo menos os momentos principais, dos eventos ideológicos no Brasil. Foi assim, então, que de fato nasceu este estudo, e que se restringiu deliberadamente ao ideário de Plínio Salgado.

Em termos concretos: a emergência do capitalismo nos moldes da *Via Colonial*, na situação de ex-colônia, é imposta de fora para dentro, ou seja, a ascensão capitalista é erigida a partir das burguesias centrais que, historicamente, instalam suas indústrias a partir da década de 50. Redundando, para Chasin, numa subsunção da burguesia local aos interesses econômicos das burguesias centrais. É o caso da superexploração do trabalho, do arrocho salarial necessário para remunerar as burguesias interna e externamente.

Para o autor, nossa burguesia, para quem o liberalismo econômico (a *livre troca* para sustentar e ampliar sua própria natureza exploradora, através da associação crescente com a exploração do capital externo) foi sempre apropriado e conveniente, nunca pode, nem sequer poderia ter aspirado a ser democrática, tem no *politicismo* sua forma natural de procedimento. Nos termos de “As máquinas param, germina a democracia!”, escrito em 1980:

A política econômica do sistema no poder consiste, *grosso modo*, numa forma de acumulação capitalista subordinada ao capital estrangeiro, em que a produção é direcionada para dois polos principais. De um lado, intensifica-se a produção de bens de consumo duráveis (automóveis, eletro-eletrônicos e correlatos); para seu consumo é estruturado, internamente, um mercado privilegiado e reduzido. É o pacto com o segmento alto das camadas médias. Paralela e combinadamente, é desencadeado um esforço exportador. Para que tal mecânica funcione, nas condições de um país subordinado ao capital estrangeiro, são necessários o concurso dos dinheiros internacionais e a aplicação do arrocho salarial sobre a grande massa dos trabalhadores. O primeiro aparece sob a forma de investimentos diretos e muito especialmente de empréstimos. O arrocho preserva a existência da *mão-de-obra barata* e faculta a produção de bens, ditos competitivos, para o mercado internacional. É da lógica do sistema remunerar especialmente o capital financeiro internacional, seus parceiros nacionais e reservar uma parcela para um segmento privilegiado das

camadas médias; bem como obrigatoriamente implica também a depressão salarial da massa trabalhadora. Numa palavra, a organização dada à produção nacional é que determina a avassalante desigualdade na distribuição de riqueza. Em outros termos, a forma atual da produção da riqueza é que causa diretamente a superexploração do trabalho, isto é, a miséria das massas trabalhadoras (CHASIN, 2000, p. 85).

A dinâmica da estrutura da burguesia de extração colonial, notadamente a brasileira, emerge de condições históricas assumidamente adversas, vale dizer: a incompletude e estreiteza assinaladas existem, em primeiro plano, enquanto impossibilidade das classes burguesas de extração colonial de operarem economicamente por si, fazendo valer, autonomamente, seus interesses econômicos. Em termos diversos, é identificada uma classe social que para se pôr como classe social é obrigada a submeter-se, no plano econômico, às exigências de acumulação dos sistemas capitalistas centrais, isto é, na forma de empréstimos (dívida externa e investimentos) que garantam a produção e reprodução societárias em mão dupla, da burguesia nacional e da internacional.

De concreto, temos: o capital externo financia as condições econômicas do país, sua produção e aquisição dos meios necessários à produção. Cria-se uma produção vincada ao mercado externo, pois internamente a população convive com a grande exploração do trabalho, permitindo, assim, uma produção com força de trabalho barata (pois, na associação com as burguesias centrais, a burguesia brasileira, ao impor o aperto salarial, garante, necessariamente, as condições econômicas de remuneração das burguesias) e, por outro lado, a ausência de um mercado interno induz a produção a voltar-se para o mercado internacional, ainda que em termos restritos no universo da produção de mercadorias.

Em outras palavras, o capitalismo no Brasil, desde o seu início, vem sendo subordinado à cadeia mundial de mercadorias e capitais. Além disso, ao longo da história do capitalismo brasileiro, percebe-se a extração de riquezas através de mecanismos tais como a dívida, remessa de lucros, relações comerciais dependentes, que sempre predominou em nosso país e atualmente é ainda mais crescente. Sobre essas questões, Lênin (1979, p.23) assinala que “o capitalismo transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países ‘adiantados’”.

Repetindo Marx (1983), é possível dizer aqui, portanto, que a razão da existência do capital é sua reprodução ampliada. Para ele, “*O processo de produção capitalista é essencialmente processo de acumulação*” (MARX, 1983, p. 167), e que só a partir deste ponto podemos analisá-lo. Porquanto, ao investir o capital, o capitalista não tem outro objetivo senão o de reproduzi-lo de forma ampliada. Segundo Lênin, a “exportación de capital = “exportación del valor destinado a producir plusvalía en el extranjero” (LENIN, 1986, p. 343). Na verdade, quando o capital estrangeiro aplica seus recursos na economia brasileira, ele passa a extrair diretamente a mais-valia dos trabalhadores brasileiros (no caso do capital industrial), ou a se apropriar de uma parte da mais-valia produzida (via juros, lucro comercial, entre outros.).

Mas que isso, a concentração e a centralização do capital são uma constante da dinâmica da acumulação de capital no Brasil. O país, que se tornou mais vulnerável às frequentes turbulências financeiras internacionais, acompanha a crise atual que se desdobra por todos os terrenos. A crise, pois, é multiforme com aspectos econômicos, sociais e institucionais, as transformações materiais, políticas e culturais, que vêm gerando a desagregação, que elimina a aceitação de qualquer quadro referencial, respondendo-se a lógica do capital.

Por conseguinte, pode-se dizer, em termos gerais, que estas transformações atingem o país de uma forma particular, em função das especificidades da economia e da sociedade brasileiras. De certo modo, pode-se afirmar que os impactos dos processos de abertura da economia para o exterior e de reestruturação produtiva sobre as relações de trabalho e emprego são no Brasil ainda mais negativos, mais perversos em termos sociais do que no caso dos países desenvolvidos. O processo de crescimento do desemprego e da precarização das relações de trabalho gera trabalhadores despreparados, desprotegidos pelo Estado e fora do mercado de trabalho, tendo, pois, que desenvolver alternativas inúmeras para sobreviver.

Um país com tamanhas disparidades, com taxas de desemprego elevadas, grande número de pessoas que passam longos períodos sem conseguir uma ocupação e baixos níveis de rendimento configuram regressão e precariedades no mercado de trabalho, com aumento de todas as formas de desemprego, aumento dos vínculos vulneráveis, queda dos rendimentos reais e concentração da renda. Contrariando a legislação, muitas crianças e adolescentes estão também no

mercado de trabalho. O trabalho infantil tem como raiz, a pobreza, pois os baixíssimos rendimentos das famílias levam mais crianças a trabalharem. De fato, o que existe é a desestruturação do mercado de trabalho no que se refere ao nível de emprego, grau de formalização do trabalho, rendimentos reais. O desemprego disparou, aumentou enormemente a informalidade e o desassalariamento avançou.

Temos, pois, um Brasil que se traduz em forma de maiores desigualdades, e pobreza, onde também o capital conta com o apoio do Estado que, numa perspectiva neoliberal, tem o objetivo função corretiva. Ademais, as mudanças no mundo do trabalho ficam evidentes no contexto brasileiro. Os trabalhadores experimentam “[...] um mundo de incertezas que, para muitos, significa a ameaça à própria sobrevivência e dignidade” (BUONFIGLIO, 2001, p 48). Na verdade, tem-se a força de trabalho não qualificada ou de baixa qualificação (dada à forma da industrialização, uma enorme massa de empregos operários é destruída ou nem chega a ser criada), e de outro lado forma-se setor altamente especializado na força de trabalho (técnicos, engenheiros, etc.)

Antunes (2002, p.54) afirma que “pode-se ver, [...] que para numerosos autores, o processo de precarização, levando em conta a transformação das formas de organização do trabalho, não atinge só o grupo operário, que foi afetado em primeiro lugar, mas vai bem além.

Sendo assim, ao analisarmos o mercado de trabalho contemporâneo, podemos citar Harvey (2002, p.144) que afirma que “a atual tendência do mercado de trabalho é reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entre facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins”. Então, é gerado nesse contexto, um efeito de desemprego muito amplo e a pressão para a queda de salários e o não respeito às normas de trabalho. Sobre estas questões, podemos ressaltar o que Mattoso (1999, p.8), revela: a “precarização das relações de trabalho” como um processo que deteriora as relações de trabalho, amplia desregulamentação, os contratos temporários, as falsas cooperativas de trabalho. Além disso, a precarização das condições de trabalho pode ser explicada pela ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho por conta própria.

Entretanto, esta situação social não deve ser atribuída diretamente à montagem, entre nós, da estrutura produtiva característica do capitalismo. Importante o que Marx (2002, p.748) vai revelar, porque mais uma vez que:

Quanto maiores a riqueza social, o capital e função, a dimensão e a energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva do seu trabalho, tanto maior o exercito de reserva [...] Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista [...].

Para Marx (2002, p.78), a lei geral, absoluta da acumulação capitalista, faz-se na máxima: “[...] quanto maiores essa camada de lázarus da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior usando-se a terminologia oficial, o pauperismo.” (2002, p.748.). Continua Marx, “[...] o aumento do capital variável, ou seja, do número de trabalhadores empregados, está sempre associado a flutuações violentas e à formação transitória de superpopulação [...]” (MARX, 2002, p.733). A população trabalhadora, portanto, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela relativamente uma população supérflua (MARX, 2002, p.734).

Assim, para Marx (2002, p.735)

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorada, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população.

Portanto, o movimento de acumulação do capital, o fluxo do sistema capitalista, conforme Marx, gera inevitavelmente uma população de trabalhadores excedentes que em sua maioria está apta para ingressar no mercado formal de trabalho. E dentre as inúmeras iniciativas que são implementadas para responder à crise capitalista: seus impactos e agravamentos, a qualificação profissional se apresenta, nos países desenvolvidos e, particularmente, no Brasil, com uma dupla perspectiva: como uma temática central que parece renovar o debate sobre a crise de acumulação e seu enfrentamento e, nesse sentido, tende a envolver todas as classes sociais; e, como possibilidade de que esta estratégia viabilize o aumento da

produtividade do capital, sua competitividade e se constitua em alternativa ao quadro de desemprego crescente instalado no capitalismo contemporâneo.

Mais que isso, ao estudar o desenho e a funcionalidade da qualificação profissional dos trabalhadores por meio do PLANFOR, verificamos que o cenário contemporâneo particularmente no Brasil vai intensificando as dificuldades dos trabalhadores que dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver. Ou seja, nos parece que quanto maior o desenvolvimento do capital e dos meios de produção menor espaço à força de trabalho. Em suma, mais que tudo, ao trabalhador lhe é atribuída total responsabilidade de sucesso ou fracasso em sua vida produtiva capitalista, conforme ressalta Marx (2002, p.78):

O trabalhador em relação ao patrão, não se encontra de modo nenhum na situação de vendedor livre... o capitalista é sempre livre para empregar o trabalho e o operário vê-se obrigado a vendê-lo. O valor do trabalho fica completamente aniquilado se não for vendido a todo o momento. O trabalho não pode ser nem acumulado nem poupado, ao contrário das autênticas mercadorias. O trabalho é vida, e se a vida não for permutada por alimento, depressa sofre danos e morre. Para que a vida do homem seja uma mercadoria, deve então admitir-se a escravidão. Por essa razão, se o trabalho é uma mercadoria, surge como mercadoria da mais miserável espécie. Mas até nos princípios econômicos, ele não é mercadoria, uma vez que não é o livre resultado de um livre resultado de um mercado livre. O sistema econômico atual 'reduz ao mesmo tempo o preço e a remuneração do trabalho, aperfeiçoa o trabalhador e degrada o homem'. A indústria transformou-se em guerra e o comércio em jogo.

O trabalhador, conforme Marx, não pode viver sem trabalho, pois ao se tornar desempregado, ou seja, se não conseguir quem compre sua força de trabalho e conceda uma pequena parcela dessa relação de produção em forma de salário, ele morrerá. Essa relação antagônica torna-se nítida quando percebemos a estrutura de classe em que se assenta a sociabilidade do capital, visto que para Marx (2003, p.80) "o capital é então o *poder de domínio* sobre o trabalho e sobre os seus produtos. O capitalismo tem este poder, não em razão das suas virtudes pessoais ou humanas, mas como *proprietário* do capital". Continuando, ele afirma que, "O seu poder é o poder de compra do seu capital, a que nada se pode contrapor" (Marx, 2003, p.80). Nessa proposição, as coisas são colocadas em seus devidos lugares – o capitalista, dono dos meios de produção, domina o trabalhador, pois este tem sua existência aprisionada a uma relação social que o explora diariamente.

Assim sendo, notamos que a formação para a empregabilidade representa uma apreensão, por parte dos futuros trabalhadores, de valores, comportamentos, conhecimentos e emoções imprescindíveis à reprodução do sistema do capital. Em outras palavras, difunde-se que a formação não garantirá prontamente o emprego, no entanto, assegurará a constituição de um indivíduo preparado, ao menos não vai se sentir culpado por sua má qualificação. Ademais, um outro aspecto que podemos observar trata de uma outra explicação do capital da atualidade, que trata de uma outra alternativa de trabalho, pois o desempregado poderá inventar trabalho, e dessa forma ser um empreendedor.

Na verdade, a única saída é que o indivíduo é que precisa mudar, melhor formar-se, qualificar-se, ser mais competente, desenvolver suas inteligências, enfim, o trabalhador deve ser culpabilizado para que a sociabilidade do capital com todo o seu corolário continue intocável em seu movimento destrutivo. Mais que isso, na tentativa de transformar a qualificação profissional em objeto especialmente da política, verificamos que vem se constituindo em uma estratégia para afastar os trabalhadores das suas reais necessidades históricas e das possibilidades concretas de eles interferirem sobre questões mais gerais que envolvem os processos sócio-históricos, como por exemplo, a total reorganização do Estado e a efetiva socialização do poder político para a construção do seu projeto de dominação.

Em suma, ao lado do capital, não existe no campo questão a resolver que lhe dificulte a acumulação. No mundo gerado pelo capitalismo não há lugar para a grande maioria das pessoas. É o que acontece principalmente agora, no atual momento histórico por que passamos, quando a maioria da população mundial, se encontra em uma situação de privação das condições mais elementares de vida, como demonstram: o desemprego estrutural reinante, o subemprego, o precário sistema de transporte público e de saúde, a fome, o baixo nível das condições de ensino e a deficitária situação de moradia daqueles que vivem em favelas, as quais têm se proliferado, apesar das promessas liberais de pleno emprego, progresso para todos e fim da pobreza (MÉSZÁROS, 2007, p.125/126).

Por conseguinte, se buscamos compreender a crise do capitalismo nessa lógica de destruição e, como vimos os efeitos disto para o Brasil, no próximo item, trabalharemos a questão considerando essa mesma crise e seus rebatimentos no Nordeste, principalmente em Alagoas.

2.1.2 Do nordeste: Alagoas

No Nordeste, especialmente em Alagoas, o capitalismo tem a mesma natureza do capitalismo brasileiro, porém o nosso sistema social também apresenta características singulares.

Conforme ressalta Golbery Lessa (2004, p.2) “todo conhecimento sobre a sociedade pressupõe a possibilidade de compararmos realidades diferentes; seria impossível identificarmos as nossas singularidades sem, paralelamente, sabermos também o que temos de comum com as outras formações sociais”. Ou seja, ao buscar compreender a nossa realidade importa identificar essas peculiaridades e compreender a sua articulação com as dimensões Brasil. E se o capitalismo alagoano tem a mesma natureza dos capitalismo brasileiro e nordestino, porém o nosso sistema social também apresenta características singulares, especificidades que somente são encontradas em Alagoas.

O Estado de Alagoas, junto do Piauí e do Maranhão, encontra-se na parte mais atrasada da atrasada região (Nordeste) do capitalismo colonial brasileiro.⁴

Com isso, Alagoas se enquadra teoricamente no tipo colonial de desenvolvimento capitalista, todavia precisa também ser percebida como um dos casos mais extremos dessa espécie de trajetória histórica. Na verdade, para compreender a formação social alagoana importante é entender concretamente esse nosso atraso, uma maneira extremada de viver as mazelas do caminho colonial de desenvolvimento do capitalismo.

No texto sobre População e Açúcar no Nordeste do Brasil, de Manuel Diégues Júnior (1954) os estudos já revelavam que Alagoas situa-se embaixo na lista de todos os indicadores nordestinos e brasileiros na educação, saúde, habitação, segurança etc. Uma situação que espelha os problemas da sociedade regional mais hierarquizada e de riqueza mais concentrada de todo o País. Em suma, situada na região mais antiga do Brasil, Alagoas revela todos os traços da herança colonial em sua economia e sociedade. A razão é simples: somos o resultado de uma formação

⁴ Conforme Golbery Lessa (2004), o capitalismo colonial é, essencialmente, a forma particular de capitalismo mais marcada pelo atrofamento das dimensões desse modo de produção e pelo fortalecimento extremo de seus traços mais negativos.

econômico-social baseada na exportação de um pequeno punhado de mercadorias valorizadas na Europa que, para realizar essa produção, durante os quatro primeiros séculos de nossa história, se apoiava na escravidão como relação principal de trabalho e no latifúndio como estrutura central de propriedade da terra.

O pesquisador alagoano Manuel Diégues Jr., no clássico *Bangüê das Alagoas*, reconhecia em nossa formação o papel decisivo do latifúndio, seja na Zona da Mata, produzindo açúcar para exportação, seja no Agreste e Sertão com a pecuária em campo aberto que apenas "tolerava" o pequeno produtor de subsistência. Do exposto, observamos, sobretudo, que a maioria das instituições capitalistas no Estado de Alagoas são mais atrasadas do que essas mesmas instituições nas regiões mais desenvolvidas do país e na maior parte dos Estados nordestinos.

A propriedade agrária, pecuária e agroindustrial, que tem sido, desde a época da colonização, o centro da nossa sociedade, apesar de sempre incorporar desenvolvimentos tecnológicos e fazer outras mudanças para adequar-se às conjunturas, reproduz continuamente um padrão técnico e gerencial abaixo de seus concorrentes brasileiros e internacionais. Uma produtividade agrícola e industrial inferior, uma situação financeira instável, uma relação predatória com o meio-ambiente, o aparelho do Estado, a infra-estrutura pública e a força de trabalho. Além disso, na Capital, Maceió, verificamos a concentração de grande massa de assalariados do setor público e do setor privado. E, para tornar ainda mais complexo o quadro de Maceió, há também uma grande massa de desempregados que enlaça a cidade como um grande cinturão de necessidades humanas insatisfeitas.

Em Maceió, a complexidade e a magnitude dos interesses e, portanto, das possibilidades de conflito, impõem uma situação ainda pior. Nos municípios do Interior, em suas áreas rurais e urbanas, os direitos políticos fundamentais são radicalmente negados para os assalariados, a pequena burguesia rural e a classe média das cidades. Trata-se, portanto, de um espaço onde domina o arbítrio dos poderosos, de um pequeno grupo de pessoas que possui o domínio político quase absoluto sobre a massa da população. Assim, a diferença existente entre as estruturas de poder no Interior e na Capital constitui-se em um fenômeno básico no universo político do Estado de Alagoas. Essas circunstâncias têm servido, durante parte da nossa história, como uma grande muralha separando politicamente a classe

trabalhadora, a pequena burguesia e a classe média de Maceió dos trabalhadores, pequenos burgueses e setores médios do resto do Estado. Os assalariados do Sertão, do Agreste e da zona canavieira ficam separados uns dos outros e apartados das forças populares maceioenses.

E, para que tratemos das características do capitalismo alagoano, vale considerar as contribuições de Golbery Lessa (2004, p.4-5) sobre a formação social alagoana:

A formação social que viria a ser, a partir de 1817, a província das Alagoas desenvolveu-se no interior de uma região que, pelo menos até as primeiras décadas do século XIX, seria a mais avançada do país. O momento histórico do apogeu alagoano em relação ao resto do Brasil coincide com o apogeu do litoral canavieiro nordestino e pode ser identificado como o período compreendido entre o início e a metade do século XVII. A área litorânea inserida no sul da capitania de Pernambuco possuía, nessa época, uma grande quantidade de engenhos em relação a outras regiões e tinha ótimas condições naturais para continuar consolidando a sua posição no mercado do açúcar: terras úmidas e férteis, proximidade relativa da Europa, rios navegáveis ligados ao oceano Atlântico e matas em abundância para alimentar de lenha as fornalhas dos engenhos. A invasão dos holandeses a esta área, operação bastante onerosa mesmo para comerciantes tão bem articulados, demonstra por si só a importância da economia alagoana naquele momento da história brasileira. Alagoas da época tinha uma estrutura econômica de tipo colonial: baseava-se na grande propriedade exportadora, monocultora e escravocrata. Esse tipo de economia, como se sabe, estava sujeito a uma grande instabilidade. O surgimento, a partir de meados do século XVII, de produtores estrangeiros mais capitalizados e eficientes deslocou o açúcar nordestino e alagoano do mercado internacional; essa mudança fez com que Alagoas mergulhasse na sua primeira grande crise histórica e nunca mais conseguisse recuperar a sua anterior posição como uma das principais áreas da economia nacional.

Continua o autor:

Nos cento e cinquenta anos posteriores, a formação social alagoana manteve um setor canavieiro em lento e permanente declínio convivendo com um setor pecuário muito propenso a tornar-se uma atividade de subsistência. Como em todo o Nordeste do período, a população do sul de Pernambuco cresceu e interiorizou-se, alcançando o Agreste e o Sertão, por intermédio da pecuária e da agricultura essencialmente desvinculadas da área canavieira, de outros mercados brasileiros e do mercado exterior. Na metade do século XIX, com a consolidação da lavoura cafeeira, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, e as profundas transformações ocorridas no capitalismo mundial, Alagoas e toda a região nordestina, mesmo participando ativamente dos pactos políticos que governariam o país, perdem definitivamente a hegemonia econômica e

política que tiveram no passado. Os ciclos do algodão, do cacau e do fumo, as várias etapas da modernização conservadora do setor canavieiro e da pecuária, bem como outros processos econômicos significativos que ocorreram até o presente, não conseguiram reverter este deslocamento da hegemonia no interior da sociedade brasileira. Alagoas acompanhou esta metamorfose: junto das outras formações sociais nordestinas, saiu da vanguarda do desenvolvimento brasileiro para constituir-se em uma das partes mais atrasadas da nação (G. LESSA, 2004, p. 4-5).

Percebemos que, nesse caso, Alagoas não chegou sequer a cumprir o primeiro momento do desenvolvimento industrial (correspondente à primeira etapa do desenvolvimento capitalista, porque ainda não consegue produzir a maior parte dos bens de consumo corrente que o seu mercado interno adquire). A economia alagoana, ainda hoje, produz apenas açúcar, álcool, mandioca, leite, fumo, coco e elementos químicos derivado do sal gema.

Além disso, quanto mais exporta seus produtos, Alagoas vai ficando dependente de produtos e mercados, e inibe a diferenciação interna da sua economia, porque também mais reproduz o modelo exportador. Assim sendo, vai construindo o mesmo tipo de economia no qual o Brasil estava submerso antes do processo de substituição de importações, que fora iniciado nos anos 1930.

E acrescenta G. Lessa (2004, p. 7-8):

Os defeitos estruturais das empresas brasileiras são ainda mais agudos na agroindústria alagoana. A constante e radical utilização da mais-valia absoluta pelas usinas e destilarias de Alagoas não é, essencialmente, efeito da fragilidade sindical da classe trabalhadora do setor, é a causa dessa fragilidade. É também a demonstração da incapacidade tecnológica e financeira dessas empresas de postarem-se na vanguarda do mercado e utilizar prioritariamente a mais-valia relativa. Essa incapacidade se comprova, por exemplo, ao compararmos a produtividade agrícola e industrial das empresas alagoanas e paulistas do setor canavieiro: a agroindústria paulista vem, há décadas, vencendo a nossa por larga margem no quesito produtividade. As usinas e destilarias alagoanas somente sobrevivem porque as intervenções do governo federal não deixam o nosso açúcar e o nosso álcool enfrentarem abertamente o açúcar e o álcool de São Paulo, ou seja, o governo da União não deixa o mecanismo da concorrência realizar-se plenamente. Por outro lado, este mesmo governo possibilita que as leis da concorrência tenham plena vigência no interior do sistema econômico de Alagoas, o que beneficia as empresas mais poderosas e tanto possibilita quanto impõe uma alta concentração de capitais. É importante sublinhar que é evidentemente incorreto imaginar que a agroindústria paulista seja plenamente moderna e não receba benesses das várias esferas estatais; na verdade, essa agroindústria é apenas menos atrasada que a alagoana.

Ao buscar entender Alagoas, verificamos que somos possuidores de quase todos os defeitos do capitalismo (em suas manifestações mais radicais) e sofreremos consequências das mais perversas. As expressões da opressão da classe dominante alagoana sinalizam a falta de consistência política, econômica e ideológica. Sobre isto, G. Lessa alerta (2004, p. 18), mais uma vez que:

As dificuldades de mobilização política progressista do povo alagoano entre os anos cinquenta e o início da década de noventa não podem ser explicadas pela sua baixa escolarização e pelas suas péssimas condições de vida. A ideia de que, diante da miséria, da falta de escolaridade e da opressão política o povo alagoano, necessariamente, deixa-se enganar, vende o seu voto por um prato de comida e aceita passivamente que o oprimam não pode ser sustentada cientificamente. Essa ideia surge quando nos deixamos enganar pela aparência das coisas. As dificuldades políticas do povo alagoano foram e são determinadas, principalmente, por causas objetivas conjunturais muito concretas e não devido a uma pretensa impossibilidade dos não-escolarizados e miseráveis revoltarem-se contra seus opressores.

Na verdade, por tudo isso, a própria sobrevivência em Alagoas está comprometida, sem falar em inúmeras consequências sociais e políticas que vêm como ação destrutiva contra a vida dos trabalhadores. A divisão social do trabalho, a expansão do mercado interno e a industrialização foram profundamente inibidas. A sociedade manteve-se essencialmente agrária desde a época colonial até os dias de hoje. Mesmo com o aumento dos índices de urbanização, nenhuma cidade alagoana, inclusive a capital, sobreviveria sem o fluxo econômico que se origina e se reproduz no campo.

Em Alagoas, desde a época colonial, os trabalhadores sofrem as duras consequências de estarem em uma formação social politicamente dominada pelo latifúndio. Mais que isso, a crise em Alagoas, carregada de conflitos políticos, demonstra a profundidade dos graves problemas estruturais que envolvem o nosso Estado, tornando-o vítima de recorrentes e agudos confrontos institucionais. O que demonstra a necessidade da superação de relações caducas, tanto econômicas quanto nas estruturas de poder. Na verdade, as circunstâncias históricas criaram um problema decisivo para a formação social alagoana e por isso os desafios atuais são muitos e bastante complexos, principalmente quando tratamos do Estado de Alagoas.

3 O ENFRENTAMENTO DA CRISE NO ESTADO CAPITALISTA: A EDUCAÇÃO DE TRABALHADORES POR MEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO

Diante do quadro da crise que vivenciamos, podemos perceber que ela atinge todas as áreas da sociedade, inclusive a esfera da educação tanto em seu sentido amplo (formação do indivíduo), como no que se refere à educação, em sentido estrito, a escolarizada, sendo que será sobre a educação de trabalhadores que nos deteremos.

Isto porque a crise do capital atinge também, devido às novas necessidades que surgem com a reorganização do processo produtivo, visando a recomposição da rentabilidade do capital nos principais países capitalistas, a formação escolar do trabalhador, para o qual se requer novas qualificações e habilidades que lhe permita apenas servir ao capital, com um conhecimento suficiente para atender às demandas do novo processo produtivo, sem ampliar muito sua área de conhecimento, a fim de que não haja possibilidade de se pensar outra realidade que não a formada por relações alienantes, o que, na verdade, sempre ocorreu nesta sociabilidade: o controle do conhecimento por quem domina economicamente e politicamente.

Nesse sentido, acreditamos que, para a reprodução do capital, torna-se hoje necessária uma educação que forme os trabalhadores segundo os novos padrões de exploração do trabalho. Ao mesmo tempo, há necessidade de limitar as expectativas dos trabalhadores em termos de socialização do conhecimento pela escola, difundindo a ideia de que o mais importante a ser adquirido, por meio da educação, não é o conhecimento, mas sim a capacidade de constante adaptação às mudanças no sistema produtivo. Há que difundir a ideia de que o desemprego e o constante adiamento da concretização da promessa de fazer o Brasil ingressar no Primeiro Mundo são consequências da má formação dos trabalhadores.

No entanto, estando a educação submetida à alienação que “é uma negação do especificamente humano,” só mediante a superação dessa é que haverá “a transformação radical da educação, de mero instrumento de hegemonia burguesa, num órgão de autodesenvolvimento e automediação consciente (MÉSZÁROS, 2006, p.230). Em outras palavras, só por meio de uma mudança estrutural da sociedade,

das relações sociais de produção baseadas na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do trabalhador, é que a educação poderá contribuir para a formação integral do ser humano, acabando-se com a unilateralidade na formação dos indivíduos, a qual é inerente à sociabilidade onde impera a divisão do trabalho.

Por conseguinte, o debate sobre o enfrentamento da crise no estado capitalista, por meio das políticas públicas de educação para trabalhadores, se faz necessário. Questões como a estrutura, as condições e os objetivos de uma educação voltada à formação para o trabalho e para a cidadania expõem os antagonismos em todos os espaços em que a educação se fez presente. Assim sendo, pela relevância do tema, buscaremos melhor compreender as políticas públicas sociais implementadas por um governo. Na verdade, tornar-se-á imprescindível a compreensão da concepção de política social que sustenta ações e programas de intervenção. Este capítulo, pois, objetiva trazer elementos que contribuam para uma análise crítica da educação de trabalhadores por meio de políticas públicas de qualificação no estado capitalista.

3.1 Políticas sociais

A preocupação com políticas sociais é algo muito recente no Brasil. Durante quase toda sua história a questão social era tratada como questão de polícia. Acreditava-se que a melhoria das condições de vida da população seria um simples subproduto do crescimento econômico.

Do descobrimento até meados do século XX prevaleceram no Brasil ideias liberais que fundamentavam um Estado que basicamente assegurava a ordem e a propriedade, deixando a cargo do mercado a regulação dos bens públicos sociais. Entretanto, gradativamente o Estado brasileiro foi assumindo funções de regulador e estimulador da economia e, posteriormente, no período de passagem do século XX para o século XXI, também passou a ser um provedor de bens sociais. No que diz respeito ao mercado de trabalho, pode-se dizer que até a ascensão de Getúlio Vargas ao poder as relações trabalhistas no Brasil eram marcadas por uma completa liberdade de contratação e demissão, e uma total ausência de políticas públicas para essa área, fossem elas regulatórias ou compensatórias.

O início da preocupação por parte do Estado brasileiro, com políticas voltadas para o mercado de trabalho, remonta à década de 1940, auge do período desenvolvimentista. É dessa época, 1943, a consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que tratou da contribuição sindical considerando que 20% desses recursos integrariam o patrimônio do FAT. Ademais, o primeiro passo para a criação de um Sistema Público de Emprego (SPE) no Brasil foi dado justamente nessa época, na década de 1940, através de tentativas de formação de mão-de-obra especializada. De acordo Azeredo e Ramos (1995), supunha-se que a baixa capacitação da força de trabalho seria um dos principais entraves ao desenvolvimento da indústria nacional.

Importa, portanto, que, para além da crescente produção de instrumentos de avaliação de programas, projetos e mesmo de políticas públicas, é fundamental perceber as "questões de fundo" das políticas sociais (particularmente como estamos tratando, nessa dissertação, as políticas de qualificação), as quais informam sobre as decisões tomadas, as escolhas feitas, os caminhos de implementação traçados e os modelos de avaliação aplicados, em relação a uma estratégia de intervenção governamental qualquer.

E uma destas relações consideradas fundamentais é a que se estabelece entre Estado e políticas sociais, ou melhor, entre a concepção de Estado e a(s) política(s) que este implementa, em uma determinada sociedade, em determinado período histórico. Ao buscar compreender a educação profissional e de qualificação para trabalhadores, importa entender a priori a inserção da qualificação como uma política pública, conforme nos auxiliam Machado e Kyosen (2000, p.63), que dizem:

A política social é uma política própria das formações econômico-sociais capitalistas contemporâneas, de ação e controle sobre as necessidades sociais básicas das pessoas não satisfeitas pelo modo capitalista de produção. É uma política de mediação entre as necessidades de valorização e acumulação do capital e as necessidades de manutenção da força de trabalho disponível para o mesmo. Nesta perspectiva, a política social é uma gestão estatal da força de trabalho e do preço da força de trabalho. Ressaltamos que entendemos por força de trabalho todos os indivíduos que só tem a sua força de trabalho para vender e garantir sua subsistência, independente de estarem inseridos no mercado formal de trabalho.

As políticas sociais se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando à manutenção das relações sociais de determinada formação social. Assim, em momentos de assimetria nas relações entre os proprietários de capital e proprietários da força de trabalho, o Estado atua como regulador a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto. Esta função reguladora através da política social é colocada por Offe (1984, p.15): "[...] a política social é a forma pela qual o Estado tenta resolver o problema da transformação duradoura de trabalho não assalariado em trabalho assalariado". Tal citação decorre da reflexão de como o processo de industrialização capitalista é acompanhado de processos de desorganização e mobilização da força de trabalho. A ampliação das relações concorrenciais aos mercados nacionais e finalmente mundiais, a introdução permanente de mudanças técnicas poupadoras da força de trabalho, a dissolução das formas agrárias de vida e de trabalho, a influência de crises, entre outros, tem o efeito comum de destruir, em maior ou menor medida, as condições de utilização da força de trabalho até então dominantes.

O Estado capitalista, portanto, cuidaria não só de qualificar permanentemente a força de trabalho para o mercado, como também, através de tal política e programas sociais, procuraria manter sob controle parcelas da população não inseridas no processo produtivo. Ademais, o Estado vai assegurar as condições materiais de reprodução da força de trabalho.

É por tais pressupostos que a política social é percebida como representante de uma estratégia estatal de integração da força de trabalho na relação de trabalho assalariado, sendo uma relação que somente poderia adquirir a difusão e a normalidade que hoje existem graças à efetividade dessa estratégia. Sendo assim, a política social não é mera reação do Estado aos problemas da classe operária, mas contribui de forma indispensável para a constituição dessa classe. A função mais importante da política social, segundo Lenhardt e Offe (1984), consistiria em regulamentar o processo de proletarianização da força de trabalho.

Offe (1984) coloca também, que a política social não se limita a oferecer (de forma confiável, e evitando conflitos) prestações de serviços, sem os quais seria difícil imaginar a integração permanente de força de trabalho no sistema de trabalho assalariado. Ela também estaria encarregada de controlar o uso adequado das prestações de serviços. Mais que isso, a política social integra a estratégia global

anticrise do capital após 1929. Para Behring (1998, p. 169), “a política social não é uma estratégia exclusivamente econômica, mas também política, no sentido da legitimação e controle dos trabalhadores, fato do qual decorre uma *crise de legitimação política articulada à queda dos gastos na área social*”.

Ainda para Behring (1998, p.15):

Constata-se que a política social — o patinho feio da estratégia keynesiana, que atende às necessidades do capital e, também do trabalho, já que para muitos trata-se de uma questão de sobrevivência — configura-se, no contexto da estagnação, como *um terreno importante da luta de classes*. Trata-se da defesa de condições dignas de existência, em face do recrudescimento da ofensiva capitalista em termos do corte de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho — função reiteradamente atribuída à política social pela literatura, e, também, em face do recuo no âmbito das políticas privadas (benefícios empresariais).

Nessa perspectiva, a política social implica uma gestão estatal da força de trabalho e do preço da força de trabalho. Um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, do específico modo capitalista de produzir e se reproduzir. Entretanto, a política social, tal como é possível concebê-la hoje, não foi um tema dos tempos de Marx. Todavia, podem-se encontrar, em Marx, e nos grandes estudiosos de tradição marxista que o sucederam, valiosas publicações para sua abordagem. Sobretudo porque a tradição marxista acompanhou de forma crítica, histórica, dialética e materialista as transformações da sociedade burguesa, acreditando serem elas síntese de muitas determinações.

Sendo assim, importante analisar, nesse contexto, a política pública de qualificação como política no âmbito do Estado capitalista que busca resgatar seu caráter de classe social. Para o MTE (2008), as políticas públicas de qualificação são: (a) parte das Políticas de Trabalho, Emprego e Renda; (b) uma forma de educação profissional, articulada com a educação de jovens e adultos, a educação do campo e a educação profissional de nível técnico e tecnológico; (c) um processo de construção de políticas afirmativas de gênero, etnia, deficiência e geração; (d) e uma forma reconhecimento social do conhecimento do trabalhador. Assim sendo, a qualificação é vista como um conjunto de políticas que se situam na fronteira do trabalho e da educação intrinsecamente vinculadas a um projeto de desenvolvimento incluyente, distribuidor de renda e redutor das desigualdades regionais.

Uma política que responde, principalmente, aos interesses das classes políticas e econômicas dominantes. Para tanto, o Estado é mediador e forte aliado das forças hegemônicas, que procura incorporar seu discurso nas justificativas do aparato legal que institui, direcionando, sobretudo, as políticas públicas para atender os interesses dessas forças. Na verdade, o Estado capitalista moderno cuidaria não só de qualificar permanentemente a força de trabalho para o mercado, como também, através de tal política e programas sociais, procuraria manter sob controle parcelas da população não inseridas no processo produtivo.

Então, para os defensores das políticas públicas de qualificação, isso se deve, por um lado, à introdução de novas tecnologias e novas técnicas gerenciais, inerentes aos processos de reestruturação produtiva, e, de outro, ao crescimento do desemprego e da heterogeneização das formas de trabalho, decorrentes do modelo econômico adotado no país, a partir do início dos anos 90.

Contudo, importante buscar entender as funções impostas à educação, principalmente na sociedade capitalista, que aprofunda a divisão do trabalho e a divisão dos homens em classes. A problemática fundamental da educação profissional, através das políticas públicas de qualificação, apontada como foco de estudo, nesse trabalho, não se resume somente aos métodos, à qualidade ou a seus aspectos funcionais, mas, sobretudo à sua vinculação à divisão do trabalho, porque exige que uma camada da população se “prepare” para produzir condições de existência superior a uma outra camada, que a governará. Ou seja, as políticas públicas de qualificação são reducionistas e funcionais aos interesses de uma classe – a capitalista.

Mészáros nos auxilia, aqui, na busca da compreensão de que boas intenções não são suficientes para ultrapassar os limites do capitalismo. O autor afirma que:

Não surpreende, portanto, que mesmo as mais nobres utopias educacionais, anteriormente formuladas do ponto de vista do capital, tivessem de permanecer estritamente dentro dos limites da perpetuação do domínio do capital como modo de reprodução social metabólica. Os interesses objetivos de uma classe tinham de prevalecer mesmo quando os subjetivamente bem-intencionados autores dessas utopias e discursos críticos observavam claramente e criticavam as manifestações desumanas dos interesses materiais dominantes. Suas posições críticas poderiam, no limite, apenas desejar utilizar as **reformas educacionais** que propusessem para remediar os piores *efeitos* da ordem reprodutiva capitalista estabelecida sem, contudo, eliminar os seus *fundamentos causais* antagônicos e profundamente enraizados. (MÉSZÁROS, 2005, p. 26, grifo do autor).

Além disso, importa notar que é particularmente a partir do início dos anos 70 que o quadro da crise estrutural do capital abateu o conjunto das economias capitalistas, em especial os países centrais num primeiro momento, e foi capaz de produzir repercussões nunca antes vistas, particularmente para os trabalhadores. No Brasil, por sua vez, esse assunto entra em cena como elemento do discurso dos gestores da política econômica.

3.2 Política de qualificação profissional: PLANFOR – suas especificidades e mediações

O debate contemporâneo acerca da qualificação profissional é sempre um tema instigador e problemático, sobretudo com o valor atribuído a esta modalidade de educação em face da constante necessidade de o capital aumentar o seu processo de reprodução e ampliação e, simultaneamente, aumentar a reserva de trabalhadores qualificados.

O que evidenciamos é que a política de qualificação profissional brasileira tem sido orientada por uma lógica reprodutivista, mercantil e subordinada. É esta lógica que tem conduzido a intervenção do Estado, atendendo crescentemente aos imperativos das agências multilaterais, como o Banco Mundial, por exemplo. No cenário de reconfiguração do capitalismo, a qualificação profissional apresenta-se como “redentora” do desenvolvimento e culpabilizadora dos insucessos dos desempregados. Os estudos de Oliveira (2001) e Melo (2005) destacam o receituário do Banco Mundial para educação:

[...] investir em educação primária e secundária, bem como na educação profissionalizante, gera benefícios à sociedade, produz um aumento da produtividade do sistema econômico, além de permitir, aos setores economicamente em desvantagem, um maior acesso a novos treinamentos para, futuramente, desenvolverem uma atividade econômica (OLIVEIRA, 2001, p.134).

A emergência da qualificação profissional no Brasil, como ideologia das agências multilaterais, pretende tão somente ajustar o perfil do trabalhador aos “tempos modernos” do capitalismo flexível. É nesse cenário que as políticas nacionais de educação profissional emergem, revelando a característica classista e dominante do Estado, como promulga Marx (1980) e outros autores. Na verdade, o

Estado capitalista é uma estrutura que responde à necessidade de mediar o conflito de classe e manter a ordem – ordem essa que reproduz a dominação econômica do capital. Esse mesmo Estado, que no atual contexto é neoliberal⁵, a fim de apaziguar o conflito capital e trabalho via políticas de formação profissional, assume o papel de mediador e administrador das crises no seio da sociedade capitalista contemporânea.

Do exposto, o referencial teórico que apresentamos nos dois capítulos anteriores deste estudo norteia a nossa análise que passaremos a realizar sobre o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR – integrante das Políticas Públicas de Emprego (PPE) que se instituíram no Brasil a partir da década de 1990. Na verdade, procuraremos demonstrar que essas políticas, e o Plano, especificamente, integram a lógica do capitalismo pautada nos ideais neoliberais, interessando-nos, portanto, analisar criticamente os aspectos políticos e ideológicos presentes no PLANFOR.

Mas antes, começaremos historicizando a educação profissional em nosso país. Pode-se dizer que a questão da educação profissional no Brasil, durante muitos anos caracterizou-se, principalmente, pela rede de Escolas Técnicas Federais e Estaduais e no chamado Sistema “S”, formado pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem e de Serviço Social – SENAI/ SESI (indústria); SENAC/ SESC (comércio e serviços, exceto bancos); SENAR (agricultura); SENAT/ SEST (transportes sobre pneus); SEBRAE (todos os setores para atendimento a micro e pequenas empresas) e surgidos a partir da década de 1940.

As escolas técnicas e o Sistema “S” tornaram-se, praticamente, a marca da educação profissional no Brasil. Em meados da década de 1970, o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, estruturou o sistema Nacional de Formação de Mão de Obra, que implementou, por meio da Secretaria de Mão de Obra – SMO, projetos de formação profissional, como o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra –

⁵ O neoliberalismo nasceu logo após a II Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política contra o Estado Intervencionista de Bem-estar social. Dentre os seus principais representantes estão Friedrich Hayek e Milton Friedman. Essa tendência caracteriza-se por apregoar que o Estado intervenha o mínimo na economia, mantenha minimamente a regulamentação das atividades econômicas privadas, deixando agir livremente os mecanismos do mercado. Atualmente, essa tendência passou a ser em escala mundial.

PIPMO e programas relacionados à Lei 6297/75, que permitia descontos do imposto de renda para aplicação em formação profissional.

Esses programas alcançaram seu auge no início da década de 1980, registrando ações de treinamento em massa, mas sem grandes impactos sobre a institucionalidade dominante, na medida em que permaneceram, em matéria de execução, restritos ao Sistema “S”, representando simplesmente uma forma de ampliação e financiamento dos programas normalmente oferecidos por essas entidades. O declínio desses projetos se deu no início dos anos 1990, em função da crise econômica e das reestruturações do MTE, em que ocorreu o fim do esquema de incentivo e o último deixou de atuar na área de educação profissional.

Somente com a criação e regulamentação do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, em 1990 é que se colocou o desafio de se dinamizar o componente qualificação profissional no âmbito dos programas de geração de trabalho e renda, o que levou o MTE a retomar a liderança nessa área. Com o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, elaborado pelo Ministério do Trabalho através da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional em 1996, a atuação governamental nesse campo ganhou destaque no âmbito das políticas públicas. Apesar de ter sido regulamentado em 1990, somente em 1993 foram implementados programas de qualificação financiados pelo FAT. Tais programas começaram em escala modesta e com um enfoque bem restrito e direcionado somente para beneficiários do seguro-desemprego e de funcionários do SINE.

O PLANFOR, estruturado e implementado a partir de 1995, impôs um novo rumo a esse processo, como proposta de dinamização dos programas de qualificação financiados pelo FAT, mas também com a ambição explícita de tratar a questão da educação profissional como política pública, integrada à política pública de trabalho e renda. Segundo Azeredo (1998, p.44), o PLANFOR surge de uma necessidade de articulação, no âmbito das políticas públicas de emprego, entre os diversos instrumentos, tendo em vista aumentar as chances de reinserção no mercado de trabalho ou evitar a marginalização da força de trabalho. “São assim necessários programas sociais de transferência de renda para a população desempregada, mas é igualmente importante que esteja integrada nos serviços de intermediação e que esteja participando do processo de educação e qualificação”.

Frente às diretrizes do novo Plano Plurianual – PPA 2004-2007, a política pública de qualificação ganha um novo enfoque, onde as ações de qualificação profissional ganham a função de potencializar a inclusão social pelo trabalho.

Assim, se verificou, diante das demandas da sociedade, referenciadas principalmente nas conquistas expressas na Constituição de 1988, o sentido da construção de um Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda que aceitasse e atendesse a funcionalidade do modelo econômico vigente e que auxiliasse na diminuição das tensões sociais e contradições que derivam das características do modo de produção capitalista que, como vimos anteriormente, é altamente alienador. Mais que isso, podemos perceber, por meio desse estudo, que a Política Pública de Qualificação Profissional encontra-se diante de um contexto mundial marcado pela alteração no padrão técnico da produção e pela precarização do trabalho. O país se encontra sob as pressões da globalização no sentido da flexibilização das relações de trabalho e da desresponsabilização do Estado frente às questões sociais.

Conforme Cêa (2003, p.57):

Na sociedade capitalista, cindida em classes antagônicas, o consenso incorpora uma dupla determinação. Por um lado, é um atestado de força da classe hegemônica para fazer valer seus intentos — que pela coerção, quer pelo convencimento. Por outro, expressa a fragilidade dessa mesma classe frente à possibilidade de enfrentamento e obstrução, por parte da classe que lhe é antagônica, da realização de seu processo hegemônico. Assim, a essência do consenso é contraditória, tensa e potencial.

Para a autora, do interior dessas contradições pode emergir possibilidades. Uma primeira de sempre buscar conter os ânimos dos trabalhadores na solução de seus problemas, mas também que a classe trabalhadora pode ter um importante espaço de avanço. Sobre essas questões, notamos que sob os compromissos sociais representados pelo Governo Fernando Henrique e pelo Lula, o Plano Nacional de Qualificação vive o desafio de afirmar o seu caráter público e a sua referência na Qualificação Profissional enquanto um direito social.

Na verdade, o PLANFOR vai reafirmar a busca do consenso sobre a qualificação profissional para atender as necessidades de mercado de trabalho, sendo ele mesmo a expressão do capitalismo com o apoio sobretudo do Estado. Daí por que analisaremos criticamente as políticas públicas de qualificação profissional no Brasil nos últimos anos, mais especificamente o PLANFOR e o PNQ,

estabelecendo uma comparação entre os mesmos, tendo como base elementos de sua concepção e implementação.

Do que compreendemos, o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador — PLANFOR foi estruturado e implementado a partir de 1995, constituindo-se como um mecanismo das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda, tendo como principal fonte de financiamento o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT. Conforme as diretrizes do Plano, o mesmo surgiu com um propósito explícito de promover uma oferta de educação profissional que fosse suficiente para qualificar, ao menos, 20% da População Economicamente Ativa — PEA, algo em torno de 15 milhões de pessoas maiores de 16 anos.

Vale ressaltar que o Sistema Público de Emprego — SPE — no interior do qual se desenvolve o PLANFOR, pode ser definido como um arcabouço institucional a partir do qual são administradas as políticas ativas e passivas⁶ que incluem os benefícios ao trabalhador desempregado, a intermediação da força de trabalho, a qualificação profissional e a geração de trabalho e renda, assim como nos informa o Quadro 1 na página seguinte sobre a classificação das políticas públicas de emprego.

⁶ Mediante a análise dos documentos do Ministério do Trabalho e Emprego, compreendemos que as políticas ativas são destinadas à promoção de emprego, aumento de oportunidades de trabalho e renda para trabalhadores, além do aumento da capacidade produtiva da economia. Inserem-se na esfera da política macroeconômica e de desenvolvimento, com o objetivo de incentivar o aumento da capacidade produtiva e a criação de empregos. Além disso, atuam com políticas específicas para a valorização da força de trabalho, elevação da escolaridade do trabalhador, qualificação e requalificação profissional e programas de crédito aos micro e pequenos empreendimentos. As políticas passivas, por sua vez, são compensatórias, e se destinam à proteção dos trabalhadores desempregados ou que detêm baixas faixas salariais. Aqui, podemos incluir o pagamento de seguro-desemprego e abono salarial, provendo o trabalhador, temporariamente, de assistência financeira.

Quadro 1: Classificação das políticas públicas e emprego.

POLÍTICAS PASSIVAS	POLÍTICAS ATIVAS	
	ATIVAS PELA OFERTA	ATIVAS PELA DEMANDA
Seguro-desemprego e ou indenização aos desligados	Planos de incentivo à aposentadoria antecipada de trabalhadores desempregados acima de uma certa idade e com dificuldades de reinserção	A criação de empregos públicos
Programas assistenciais (para quem não tem acesso ao seguro)	A manutenção de jovens no sistema escolar	Investimentos emergenciais nas frentes de trabalho
Intermediação de mão-de-obra	Iniciativas de promoção de mobilidade geográfica nacional e internacional (fomento a migração)	Subsídios públicos à contratação
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	Expulsão de população ⁷	Oferta de crédito para micro e pequenas empresas
		Redução de jornada de trabalho
	Programas de formação e reciclagem profissional	Incentivos ao trabalho autônomo

Ou seja, uma das principais marcas da Política Pública de Qualificação Profissional expressa no PLANFOR, conforme as Bases para o Plano Nacional de Qualificação,

Foi a da desarticulação entre esta e as demais Políticas Públicas de trabalho e renda, de educação e de desenvolvimento. Com o PPA 2004-2007, configura-se nova oportunidade de se colocar em novas bases a Política Pública de Qualificação do País. Esta, na condição de política social, ganha maior centralidade.

Adquirem maior relevância os mecanismos de participação e controle social a ela associados e, conseqüentemente, seu caráter público. Reforça-se sua condição de Política Pública planejada e integrada a um planejamento de Governo. Ganha novas potencialidades com a adoção de uma perspectiva de desenvolvimento de caráter sustentável, centrado em objetivos sociais, voltados para a geração de trabalho, para a distribuição de renda e para a diminuição das disparidades regionais, orientadas para uma estratégia de crescimento pela expansão do mercado de consumo de

⁷ Segundo Azeredo e Ramos (1995), esta “política” foi utilizada em certos países da Europa Ocidental no que concerne à migração. A expulsão direta dos imigrantes ilegais ou a “ajuda financeira” para o retorno dos imigrantes legais a seus países de origem.

massa e de incorporação progressiva das famílias trabalhadoras ao mercado consumidor das empresas modernas. Ganha realce sua indispensável dimensão cidadã, que se sustenta na qualificação profissional como direito e como um bem de acesso universal e da Política Pública de Qualificação como uma responsabilidade do Estado e da sociedade (PNQ 2003-2007, p.24).

Além disso, a Política Pública de Qualificação pretendeu assumir nova perspectiva frente às diretrizes do novo Plano Plurianual – PPA 2004 – 2007, que apontava para um modelo de desenvolvimento em longo prazo (para além de 2007), com a finalidade de promover transformações estruturais na sociedade brasileira.

Segundo o Plano, afirma-se que:

a ampliação da participação da sociedade na construção do PPA é um dos mais importantes aspectos que o caracterizam e o diferenciam de procedimentos anteriores. O caráter participativo significa um enriquecimento permanente do planejamento e da gestão das Políticas Públicas e marca uma nova relação Estado e sociedade. De um lado, consolida um Estado eficiente, ágil, e controlado pelos cidadãos, um Estado adaptado às exigências do novo ciclo de desenvolvimento. De outro lado, reforça a sociedade na perspectiva da cidadania ativa, de um novo contrato social, do fortalecimento da democracia em todas as suas dimensões, da radicalização do processo democrático como um grande movimento cultural (PNQ, 2003-2007, p.1).

Mais que isso,

as Políticas Públicas de Qualificação, pressupõe a promoção de atividades político-pedagógicas baseadas em metodologias inovadoras dentro de um pensamento emancipatório de inclusão, tendo o trabalho como princípio educativo; o direito ao trabalho como um valor estruturante da cidadania; a qualificação como uma política de inclusão social e um suporte indispensável do desenvolvimento sustentável; a associação entre a participação social e a pesquisa como elementos articulados na construção desta política e na melhoria da base de informação sobre a relação trabalho-educação-desenvolvimento. Possibilita com tudo isso a melhoria das condições de trabalho e da qualidade social de vida da população. (PNQ, 2003-2007, p.25-26).

Além disso, o PPA 2004–2007 articula-se a três grandes objetivos: a) a inclusão social e redução das desigualdades sociais; b) crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais; e c) promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da cidadania. A rigor, constata-se que o PLANFOR tem como objetivo a (re) inserção de alguns desempregados no mercado de trabalho, mais informal e mais precarizado. O Plano

tem como prioridade os desempregados, trabalhadores sob risco de perda de emprego e os pequenos microprodutores urbanos e rurais. Porquanto, é neste cenário que o Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR) anuncia seu objetivo principal que é a garantia da oferta de educação profissional que contribui para: 1. Reduzir o desemprego e subemprego do PEA (População Economicamente Ativa)⁸; 2. Combater a pobreza e a desigualdade social, propondo-se a atender grupos vulneráveis, com dificuldade de acesso a alternativas de qualificação profissional (pessoas desocupadas, em risco de desocupação, empreendedores urbanos/rurais, e pessoas autônomas); 3. Elevar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo.

Com esse propósito, a meta global do PLANFOR era construir, gradativamente, oferta de qualificação suficiente para atender anualmente pelo menos 20% da PEA (População Economicamente Ativa). E para isso, o Plano, desde o início, está estruturado em três eixos fundamentais: articulação institucional, avanço conceitual e apoio à sociedade civil. A articulação institucional implica duas dimensões: de um lado, a mobilização e articulação de atores, construindo e consolidando uma nova institucionalização da educação profissional no país, e de outro, a inserção e compromissos do PLANFOR no quadro das políticas públicas do país.

O avanço conceitual refere-se ao novo enfoque metodológico e operacional da Educação Profissional, contemplando, pois, dimensões, tais como: a) foco na demanda; b) direito do cidadão produtivo; c) desenvolvimento integrado de habilidades; d) atenção à diversidade social.

E, finalmente, o último eixo estruturante, o apoio à sociedade civil que implica a promoção de ações de qualificação do trabalhador, incluindo não só cursos e treinamentos, mas assessorias, extensão, pesquisas e estudos.

Para tanto, dois mecanismos para implementação do PLANFOR foram desenvolvidos: PEQs — Planos Estaduais de Qualificação, circunscritos a uma unidade federativa, sob a responsabilidade das Secretarias Estaduais de Trabalho. E dos PARCs — Parcerias Nacionais e Regionais entre o MTE (Ministério do

⁸ Conforme análise em dados do PEA sobre a População Economicamente Ativa, estimada (em 1995) em cerca de 75 milhões de pessoas maiores de 16 anos, ocupadas e desocupadas.

Trabalho e Emprego) e os organismos públicos e privados.⁹ Os PEQs, elaborados e geridos pelas secretarias estaduais de trabalho. São instrumentos para mobilizar e articular a oferta e demanda. E os PARCs, por sua vez, elaborados, geridos e executados por sindicatos de trabalhadores, fundações e universidades, outros ministérios, entidades internacionais para projetos e ações mediante convênios através de cooperação técnica. Na verdade, segundo o guia do PLANFOR (2001), os PEQs e os PARCs são essenciais para que aconteça uma progressiva articulação da oferta e da demanda local de qualificação profissional.

Contudo, esta rápida apresentação sobre o PLANFOR, recuperando as informações constantes no Guia do PLANFOR nos documentos do MTE/SPPE/DEQP (2000–2001) já nos mostra um cenário que imputou desafios e problemas no âmbito da educação profissional. As orientações nortearam a implantação de uma série de políticas sociais no Brasil, com a finalidade de estabelecer relações favoráveis às mudanças necessárias ao padrão de acumulação do capital. Na verdade, é importante situar o Plano do ponto de vista de seus elaboradores, sobretudo do arcabouço institucional que o sustenta, com a introdução de novos atores no campo das PPTR (Políticas Públicas de Trabalho e Renda).

Nesse sentido, se analisamos que o PLANFOR realiza o atendimento preferencialmente às pessoas fora das alternativas tradicionais de formação profissional, vale dizer que o Plano, na verdade, ao qualificar os trabalhadores repelidos no mercado formal, acabava por promover a “adaptação” daqueles à informalidade.

O PLANFOR orientou-se pela lógica que presidiu a reforma da educação profissional da década de 1990 e, ao contrário do que o discurso hegemônico quis fazer crer, teve como finalidade a preparação dos “desafortunados” para as funções baixas e médias da hierarquia social (CÊA, 2004). Essa mesma população que, ao longo da história brasileira, foi sendo alvo de ações compensatórias, ao sabor das exigências do setor produtivo dos modos de organização do trabalho, no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Por outro lado, foi a partir do PLANFOR

⁹ Esta recuperação de informações sobre o PLANFOR são constantes nos documentos do MTE/SEFOR (MET 1996 a 2002).

que a ação governamental quanto à qualificação dos trabalhadores vai ser entendida, mesmo marcada por ações pontuais e descontinuas, como uma Política Pública. Esta como sendo de responsabilidade do Estado (não como programas de governo) quanto à implementação e manutenção, e sua formulação envolvendo órgãos públicos e diferentes representações da sociedade relacionadas a tais políticas.

Ademais, o Ministério do Trabalho passou a mobilizar instituições, das mais diversas orientações, contratadas para executar as ações, segundo orientações do PLANFOR, ajustadas, evidentemente, às diretrizes da política social do Governo Federal. Assim, sobre a centralização das diretrizes e descentralização das ações, acentua Ventura (2001, p. 115):

[...] indicam caber ao Estado apenas articular e fomentar as políticas educacionais, deixando para a sociedade civil as iniciativas de sua execução direta. Apesar da ideia de público não-estatal encobrir a face privatizante dessa política, as fontes evidenciam, entretanto, a concordância com a premissa ideológica neoliberal de que as políticas sociais não devem ser promovidas pelo Estado[...].

O PLANFOR, a partir desta lógica, propõe-se a integrar e estimular a participação dos que atuam na formação profissional, bem como, teoricamente, fortalecer sua capacidade de execução. Em nome da parceria, constrói-se uma rede de interesses, compondo-se um grande mercado. As ações, voltadas para a qualificação dos trabalhadores são executadas, de forma descentralizada, por inúmeras entidades, que, juntas, integram a Rede de Educação Profissional (REP), formada por organismos públicos e privados, federais, estaduais ou municipais – governamentais ou não –, com ou sem fins lucrativos.

O que se percebe é que, no contexto das reformas da década de 90, as justificativas para a reorganização das relações de trabalho, a relação entre educação e trabalho vão tendo novas roupagens, mas mantendo a lógica que a originou, assim como a intenção de legitimar a exclusão e as desigualdades crescentes. Sobretudo, diante deste cenário, evidenciam-se desafios e graves problemas.

Como já verificamos anteriormente, o PLANFOR se constitui como um dos instrumentos de materialização da reforma educacional dos anos 1990, e é por isso que acreditamos ser importante situá-lo integrante de reformas educacionais mais gerais, ao buscar evidenciar as semelhanças das propostas do MTE e do MEC para a educação profissional.

Segundo o MEC (1997),

Sabemos que os dias atuais, torna-se cada vez mais necessária uma sólida qualificação profissional, constantemente atualizada por meio de programas de requalificação e de educação continuada. Afinal, a vida profissional dos cidadãos está sujeita a alterações profundas e rápidas, em termos de qualificação, de emprego e de renda, são decorrência das inovações tecnológicas e das mudanças na organização da produção.

Para o tem (1995b, p.5)

A modernização, hoje, se comparada ao ciclo anterior, implica em impactos muito maiores sobre os perfis educacionais da mão-de-obra, principalmente ao nível do 'chão de fábrica'. [...] A maior qualificação do trabalhador direto (*rank and file*) passou a ser um importante complemento do trabalho de técnicos e engenheiros no processo de inovação, o que implica, também, em relações de trabalho que enfatizam a cooperação e, portanto, uma maior integração entre os níveis hierárquicos.

Vejamos que ambos os textos portam a mesma mensagem, que somente será através de maior nível de educação e qualificação que o trabalhador poderá se inserir na posse de condições para disputar empregos disponíveis. Além disso, inegavelmente, percebemos que o processo de globalização econômica e de reestruturação produtiva vem acarretando mudanças nos sistemas de formação profissional.

Sobretudo, há de se perceber que sobre a transformação de questões políticas e social em questões técnicas, Silva (1994, p. 18) vai acrescentar que já que “não são tratados como questões políticas, como resultado e objeto de lutas em torno da distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos e de poder, mas como questões técnicas, de eficácia/ineficácia na gerência e administração de recursos humanos e materiais”. Na verdade, a formulação central na reforma educacional, como instrumento ideológico para o convencimento do trabalhador demonstra que a falta de emprego está atrelada à deficiência de escolaridade e de qualificação. O documento: “Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado” (MTE, 1999a) aborda esta questão.

É nesse cenário envolto pela dicotomia que também analisaremos, a partir dos pressupostos acima, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que nasce no governo Fernando Henrique Cardoso. Exporemos justamente os

principais aspectos da Lei 9.394 vigente no Brasil desde que fora sancionada em 1996, e que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional sobre a educação profissional:

TÍTULO V

Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino

CAPÍTULO III: Da Educação Profissional e Tecnológica

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (MEC 1996)

Notamos que a educação profissional e tecnológica integra a Lei nº. 9.394/96 de diretrizes e bases da educação. Na verdade, o projeto de lei que institui a mudança, aprovado pela Câmara dos Deputados, foi sancionado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva com as alterações na LDB e com o propósito de transformar em lei as inovações trazidas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Portanto, passam a ser obrigatórias aos estados e municípios e tornam-se mais um componente da política de melhoria da qualidade da educação brasileira. O objetivo é preparar melhor e elevar a escolaridade dos trabalhadores. Ou melhor, na modalidade sobre educação profissional e tecnológica está implícita a

necessidade de preparação para o trabalho, e como se concebem o trabalho, a qualificação e as novas competências requeridas do trabalhador no modelo flexível de organização do trabalho.

A nova redação dos artigos 39 ao 42 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) propõe que a educação profissional integre-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Assim, cabe refletir, nesse ponto, não só a forma e o tipo de qualificação que vem sendo disponibilizados aos trabalhadores mas fundamentalmente a finalidade de tais ações e o nível de compreensão que diferentes sujeitos desenvolvem em função de sua participação numa política de qualificação profissional como a que estamos aqui apresentando. Em suma, o que notamos é que a formação dos trabalhadores, assim como todos os demais âmbitos da temática educacional, expressa-se na realidade brasileira não só como um objeto específico e definido de ações e intenções, mas também como uma problemática exigente de complexas reflexões e análises.

Quer seja, as diversas formas de dualidade que marcam a educação brasileira atravessam sobremaneira e evidenciam-se inequivocamente nos níveis e modalidades de ensino que se aproximam, no tempo e no espaço, do momento da definição do papel dos sujeitos no contexto do trabalho no capitalismo. Soma-se a isso a concepção de educação relacionada à realidade do trabalho que exige profissionais capazes de exercer diferentes funções. Na verdade, nesta lógica, faz exacerbar a possibilidade de racionalização da força de trabalho para a produção. Conforme o tem (199^a, p.12) :

A produção flexível, associada ou não à automação, gera a necessidade de organizar e estimular a polivalência, inclusive em matéria de formação. A ideia básica é de que o trabalho muda de indivíduos executantes de tarefas/operações estanques, para trabalhadores capazes de operar equipes, cujos membros tenham ao menos uma familiaridade básica com todas as etapas do processo e sejam capazes até de atuar em várias delas. Trata-se de uma polivalência não meramente operacional, mas que supõe uma visão do processo como um todo.

Por outro lado, o conceito de empregabilidade vem se propagando entre trabalhadores, empresários e governo, ajustando-se às novas condições do capitalismo. Ou melhor, admitindo-se que não há emprego para todos, e que por

isso os indivíduos devem desenvolver uma série de requisitos para se tornarem empregáveis, num mercado cada vez mais competitivo que define que só os melhores, os mais qualificados e preparados terão sucesso.

Ademais, omitindo as relações de poder e de força e os interesses conflitantes das relações econômicas e de classe nas sociedades capitalistas, tais formulações contribuem para incorporar, no senso comum, a ideia de que será educação responsável pelo desenvolvimento das nações e pela ascensão social dos indivíduos. Como também, a partir da década de 1990 a discussão sobre a formação dos trabalhadores adquiriu destaque no movimento sindical a exemplo da CUT – Central Única de Trabalhadores, até porque passou a ser também central no contexto da reestruturação produtiva, que sinalizava a necessidade de uma melhor qualificação da força de trabalho.

A CUT, que até a década de 1980, se limitava mais à formação política de seus dirigentes e filiados e, através de seus sindicatos, à preparação imediata para um posto de trabalho, através do treinamento reduzido à necessidade funcional e operacional, na década de 1990 assumiu responsabilidade de formação escolar e técnica, numa proposta de integração da capacitação laboral e acadêmica do trabalhador. Isto por que as décadas de 1980 e 1990 constituíram-se num período de denúncia do modelo liberal de educação implantado no Brasil onde se buscou não só sua adequação aos princípios econômicos, mas também, de formulações teóricas e práticas que pudessem contribuir para a construção de um outro modelo de educação brasileira. Exemplo mais representativo disso foi o debate que se deu em torno da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que tratamos anteriormente.

No entanto, o processo de reestruturação produtiva – reorganização técnica e organizacional no interior da produção – significou na década de 1990 para o ramo metalúrgico brasileiro, uma queda significativa dos postos de trabalho. O desemprego e a constatação de que a pouca escolaridade era um problema com o qual o sindicato deveria lidar, mobilizou a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT a “desenvolver uma experiência de educação profissional, para contribuir na criação de alternativas de políticas públicas de formação para o trabalho, geração de emprego e renda, e de combate ao desemprego e à exclusão social” (CNM/CUT, 2001, p.8) Nesse sentido, uma das considerações para a orientação político

pedagógica dessa experiência é a “formação integral dos trabalhadores, cujas dimensões cognitivas, físicas, emocionais, econômicas, políticas, sociais, culturais, estéticas interagem no processo de construção do conhecimento” (CNM/CUT, 2001, p.8).

No II CONCUR (Congresso Nacional da CUT) em 1986, a CUT definiu seu compromisso histórico afirmando que a ela mesma tem como preocupação política permanente a articulação das lutas em defesa de melhores condições de vida e trabalho, com as transformações de fundo da sociedade brasileira, em direção a democracia e ao socialismo. A Política Nacional de Formação da CUT, atualmente, dedica uma parte significativa das políticas e atividades no âmbito do PLANFOR - Plano Nacional de Formação Profissional, regido pelo CODEFAT e no qual desenvolve experiências no campo da educação profissional. No PLANFOR, a CUT desenvolve, com a maioria das entidades sindicais e estaduais da CUT e com a totalidade das Escolas Sindicais, o Projeto Nacional de Formação Profissional CUT/Brasil, desde 1995. Desde este ano, já se delineava a perspectiva de empreender processos sistemáticos de acompanhamento e gestão destas atividades, que se consolidaram melhor em 2000 e 2001.

Diante do exposto, o que podemos perceber é que esse compromisso teve importância significativa para o fortalecimento do sindicalismo dos anos de 1980, todavia perdendo mais sua vitalidade após alguns anos, sobretudo pelo esvaziamento de ações reivindicatórias dos sindicatos em virtude da dinâmica do capital e das políticas neoliberais. Dito de um outro modo, as aparentes convergências entre interesses do Estado, dos empresários e dos trabalhadores na qualificação e elevação da escolarização da força de trabalho não estão em sintonia com emancipação. Ou seja, a qualificação passa a ser um campo de lutas e disputas. Com isso, a proposta do PLANFOR entendida como “inovadora” pelos elaboradores, sintoniza-se com as políticas neoliberais que confirmam a reestruturação produtiva, destruidora de postos de trabalho.

O que percebemos é que o Plano qualifica os trabalhadores repelidos do mercado informal, promovendo, pois, a adaptação à informalidade. Para Cêa (2003, p.253):

Ao longo do tempo, desde que a formação para o trabalho passa a precisar de uma certa estrutura independente e deslocada do espaço em que ele se realiza, a formação do trabalhador vem sendo administrada como objeto da divisão social de responsabilidades entre o capital e o Estado brasileiro, embora em ambos os casos o financiamento provenha, direta ou indiretamente, de recursos públicos. Assim, o PLANFOR é a extensão da rotina de formação profissional em massa e um atestado da permanência, na história do capitalismo no Brasil, do custeio público para a reprodução da força-de-trabalho, visando à formação para o desempenho do trabalho subalterno no processo de produção.

Mais que isso, vamos evidenciando também como o PLANFOR fora sendo colocado como projeto prioritário do Governo Federal:

Em 1995 foram lançadas as bases do PLANFOR — Plano Nacional e Qualificação do Trabalhador no bojo do projeto maior de governo, de consolidação da estabilidade econômica no país, retomada do desenvolvimento, construção da democracia e da equidade social. O PLANFOR — cuja sigla ainda não existia, surgindo depois, em 1996 — concretizou o desafio de integrar educação profissional na pauta da política pública de trabalho e renda e, em escala mais ampla, da política social, concebida como foco do desenvolvimento sustentado. [...] De fato, os desafios que se colocam ao PLANFOR são parte do desafio maior que se coloca para o Brasil, nos anos 2000, de elevar o nível de educação básica e de competência profissional dos trabalhadores, para garantir competitividade ao setor produtivo e desenvolvimento com justiça social (MTE, 1999b, p. 2 e 37).

Na verdade, o PLANFOR, ao visar à formação para o desempenho do trabalho, estrutura-se em torno de cursos, atividades e outras ações voltadas, predominantemente, para o desempenho do trabalho simples, para o qual o desenvolvimento de determinadas habilidades e competências, especialmente comportamentais, que se apresenta como o mais adequado. O Plano incorpora habilidades básicas, específicas e de gestão¹⁰, as quais “almejam construir uma base ampla de capacidades, incluindo não somente qualificações técnicas, mas também as habilidades de gestão necessárias para aumentar a empregabilidade, a

¹⁰ Segundo o Plano, as habilidades Básicas se constituem em: “competências e conhecimentos gerais, essenciais para o mercado de trabalho e para a construção da cidadania, bem como comunicação verbal e escrita, leitura e compreensão de textos, raciocínio, saúde e segurança no trabalho, preservação ambiental, direitos humanos, informação e orientação profissional e outros eventuais requisitos para as demais habilidades” (MTE, 2001a).

“Específicas: competências e conhecimentos relativos a processos, métodos, técnicas, normas, regulamentações, materiais, equipamentos e outros conteúdos próprios das ocupações” (MTE, 2001a).

Gestão: competências e conhecimentos relativos a atividades de gestão, autogestão, melhoria da qualidade e da produtividade de micro e pequenos estabelecimentos, do trabalho autônomo ou do próprio trabalhador individual, no processo produtivo” (MTE, 2001a).

renda e a capacidade para administrar uma atividade própria” (POSTHUMA, 1999, p. 372).

Sendo assim, considerando os conflitos e contradições inerentes ao capitalismo e a educação como relação social, importa constatar que as coisas não possam funcionar como propõe o PLANFOR e reforma de educação, naturalizando as relações sociais e supondo a educação acima de conflitos e interesses, capaz de construir uma “parceria entre os vários atores sociais — governo, empresas, trabalhadores, educadores — de modo a beneficiar não apenas setores modernos da economia, mas toda a sociedade” (MTE, 1999a, p.17).

Por tudo isso, é a partir desta concepção de parceria entre governo, empresas e trabalhadores, como trata a citação acima, é que analisamos a preferência do PLANFOR pelo atendimento aos setores da população em desvantagem social, historicamente excluídos das alternativas tradicionais de qualificação.

Na verdade, é alimentada a ideia de que a educação profissional é a solução dos males do desemprego e da precarização do trabalho. Ademais, por outro lado, a ação governamental só fortalece a construção de uma hegemonia empresarial, o que acaba por impor obstáculos aos trabalhadores. Contudo, como vimos pontuando em nosso estudo, em se tratando da sociedade capitalista capital e trabalho não podem ter interesses comuns. E se consideramos os conflitos e as contradições inerentes ao capitalismo e a educação é impossível imaginar que as coisas aconteçam como propõe o PLANFOR.

O exposto até aqui permite afirmar que o PLANFOR se faz símbolo da permanência das características do capitalismo. O plano tem tido como objetivo explícito, frente aos processos de reestruturação produtiva, qualificar a força de trabalho para os novos tempos, colaborando com a modernização das relações entre capital e trabalho e “com a implementação de uma política pública nos marcos da nova configuração do Estado brasileiro” (CÊA, 2003, p.98). Além disso, as inúmeras avaliações do Plano revelam limites. A primeira avaliação realizada pela UNITRABALHO, contratada para dar conta dessa dimensão do Plano, diz que:

O caráter positivo das ações de educação profissional revelou-se, especialmente, na eficiência do plano (aproximação entre o previsto e o realizado).

Quanto à eficácia das ações (cumprimento das finalidades) e efetividade social (adequação das ações às necessidades técnicas e sociais do mundo do trabalho/dos trabalhadores), os indicadores não se mostram tão claros, dado que os resultados de uma política de educação profissional dependem de políticas de crescimento econômico, geração de trabalho e renda, e efetiva elevação dos níveis de escolaridade das populações-alvo. [...] Permanece insatisfatório o nível de articulação da política da educação profissional com outras políticas públicas, principalmente de geração de trabalho e renda e de educação básica de jovens e adultos de baixa escolaridade. [...] Isso revela a orientação imprimida ao PLANFOR como política compensatória num quadro sócio-econômico que penaliza os setores mais pobres da população (UNITRABALHO, 1998, p. 33).

Essa ênfase no PLANFOR, como vimos, ratifica a sua possibilidade de realizar os preceitos do neoliberalismo que se impõe da década de 1990. Não por acaso, o plano também se sustenta na necessária integração da educação básica, pois “é esse o caminho para que [as pessoas] se tornem elegíveis pelo mercado e competentes para o trabalho e cidadania” (MTE 2000a, p. 12). Entretanto, das avaliações realizadas sobre o Plano, tomaremos a do TCU que nos apresentou mais objetiva, uma vez que se aproxima ao que defendemos no presente estudo.

No nosso entendimento [auditores do TCU], o programa não está contribuindo para resolver a convulsão social que o desemprego está causando, notadamente entre os jovens, e seus recursos seriam melhor empregados, caso utilizados no pagamento do seguro-desemprego.

Não se trata de falhas pontuais a serem corrigidas, mas de problemas estruturais, inclusive de legalidade. O programa, da forma como foi concebido, defronta-se com diversos questionamentos quanto a sua exequibilidade. Porém, mesmo que fosse exequível, não há evidências de que possa atingir os fins para os quais foi concebido. No entanto, não é possível colocar um ponto final no parágrafo anterior. O objetivo da auditoria operacional é oferecer recomendações de aprimoramento, o que pressupõe a manutenção do problema. Assim, entendemos que o programa deve ser totalmente avaliado, não simplesmente com a intenção de fazer ajustes nos mecanismos de controle, mas uma revisão dos princípios que nortearam a sua criação, à luz dos resultados reais alcançados (TCU, 2001, *apud* CÊA, 2003, p. 119).

Assim sendo, observamos que programas oficiais, assim como o PLANFOR, tem um objetivo claro que é adaptar os trabalhadores ao capital. E realmente não é de se esperar por parte do Estado uma proposta que se ajuste aos interesses dos trabalhadores. Para tanto, importa que a classe que personifica estes busque seus interesses a partir de direcionamento e controle de políticas públicas.

Então, mais uma vez, constatamos que de um lado a formação dos trabalhadores vai se configurando como espaço de conflitos e contradições, e a política pública vai sendo a expressão, portanto, de uma dominação onde vão estar sempre presentes lutas e disputas.

3.3 Do PLANFOR ao PNQ: rupturas ou continuidades?

No item anterior procuramos situar a qualificação dos trabalhadores por meio do PLANFOR no âmbito das políticas neoliberais que se implantaram no país na década de 1990 e sendo possível perceber a perfeita adequação do PLANFOR à lógica capitalista. Mais que isso, ainda para responder a necessidade de mediação dos conflitos e aumentar a capacidade de acumulação capitalista, o Estado capitalista moderno implementa políticas de qualificação e formação do trabalhador que, no atual contexto, a política nacional do PNQ é expressão.

Nesse item, portanto, buscaremos também analisar o sucessor do PLANFOR, o PNQ que daquele surge, e onde parece haver divergências, mas, sobretudo, similitudes, denominando-se, a partir de então, de Plano Nacional de Qualificação (PNQ) – integrante das Políticas Públicas de Emprego como parte integrante das Políticas Públicas de Trabalho e Renda (PPTR), financiadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sobre responsabilidade do Departamento de Qualificação Profissional (DEQ) – órgão da Secretaria de Política Pública de Emprego (SPPE) – do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A política nacional de qualificação profissional – representada pelo PNQ (Plano Nacional de Qualificação), surgiu em 2003. É um programa do Ministério do Trabalho e Emprego, do governo Lula¹⁰, cujo principal objetivo é qualificar trabalhadores, visando à sua formação integral e inclusão social (MTE, 2005). O

¹⁰ O governo Lula teve início no ano 2003. Teve apoio das camadas populares. Tem se constituído como um governo de continuidade com os compromissos da burguesia brasileira e internacional. Sobre o caráter conservador do governo Lula, Pierre Anderson em uma conferência proferida no Rio de Janeiro, antes das eleições presidenciais, anunciava a necessidade de nos tornar vigilantes frente às propostas políticas de partidos de esquerda. Outro autor que tem tecido considerações a respeito é Antunes, Ricardo em seu livro: *A desertificação do governo neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula*. 2003. Neste livro, o autor procura demonstrar as consequências e repercussões mais nefastas do neoliberalismo em nosso país, mostra-nos de que modo a pragmática erigida após o Consenso de Washington se enraizou na realidade brasileira, desde Collor até os dias atuais. Formula uma questão provocativa: quais são os traços de continuidade em três governos aparentemente tão diferentes, como os de Collor, FHC e mesmo de Lula?

novo Plano surge, conforme o MTE, a partir da avaliação do PLANFOR nos primeiros meses do governo Lula, assim sintetizadas:

- pouca integração entre a Política de Qualificação profissional e as demais Políticas Públicas de Trabalho e Renda (seguro-desemprego, crédito popular, intermediação de mão-de-obra, produção de informações sobre o mercado de trabalho);
- desarticulação desta em relação à Políticas Públicas de Educação;
- fragilidades das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho como espaços capazes de garantir uma participação efetiva da sociedade civil na elaboração, fiscalização e condução das Políticas Públicas de Qualificação;
- baixo grau de institucionalidade da rede nacional de qualificação profissional, que reserva ao Estado, por meio do MTE, o papel de apenas definir orientações gerais e de financiamento do Plano Nacional de Qualificação, executado integralmente por meio de convênios com terceiros;
- ênfase do PLANFOR nos cursos de curta duração, voltados ao tratamento fundamentalmente das “habilidades específicas”, comprometendo com isso uma ação educativa de caráter mais integral;
- fragilidades e deficiências no sistema de planejamento, monitoramento e avaliação do PLANFOR (MTE, 2003a, p.19).

Mais que isso, os dados apresentados nos documentos registram que na verdade, percebeu-se que os dois mecanismos que o estruturaram: os Planos Estaduais de Qualificação – PEQs e as Parcerias Nacionais e Regionais – PARCs:

Entre 1995 e 2001, envolveu 15,3 milhões de trabalhadores nos planos de qualificação profissional financiados com recursos do FAT. Ampliou o atendimento de 153 mil educandos, em 1995, para algo próximo de 4 milhões, em 2001. Durante esse período, houve crescimento significativo do volume de recursos disponibilizados pelo FAT. Passou de R\$ 28 milhões em 1995, para R\$ 493 milhões, em 2001. Ao mesmo tempo, a carga horária média dos cursos oferecidos passou de 150 horas para 60 horas médias; tal redução foi um claro indício da perda de qualidade dos treinamentos. Em 2002, os recursos orçamentários para a qualificação profissional decresceram para 302 milhões, que, entretanto, foram reduzidos, com o contingenciamento, para apenas R\$ 153 milhões (representando algo em torno de 30% dos valores do ano anterior). Para 2003, o Orçamento da União, definido ainda no Governo anterior, destinou apenas R\$ 186 milhões (BRASIL, 2003, p. 18).

Segundo o mesmo documento, “ao final dos dois quadriênios de vigência do PLANFOR, 1995-1998 e 1999-2002 tornou-se evidente a necessidade de mudanças profundas, após intenso desgaste institucional” (BRASIL, 2003 p. 18-9), em virtude de denúncias relatadas nas atas e estudos do CODEFAT, nos relatórios de Supervisão Operacional dos órgãos contratados para supervisão e avaliação dessas políticas, nos relatórios dos encontros e seminários, nos documentos do Fórum

Nacional de Secretários do Trabalho - FONSET, nos registros da Ouvidoria do MTE, nos documentos de parceiros regionais/nacionais, nos artigos de pesquisadores (BRASIL, 2003).

Assim, um conjunto de denúncias, veiculado amplamente pela mídia, levou o Tribunal de Contas da União - TCU e a Secretaria Federal de Controle da Corregedoria-Geral da União - SFC/CGU a proporem mecanismos visando a garantir maior controle público e operacional. Continuando a fazer uma análise do PLANFOR e a justificar a proposta de um novo Plano – PNQ 2003/2007 – o documento registra que uma

[...] flagrante baixa qualidade dos cursos, em geral, e uma baixa efetividade social das ações do PLANFOR reforçaram tal desgaste e levaram o MTE, já sob o novo Governo, a instituir o Plano Nacional de Qualificação – PNQ, extinguindo o PLANFOR, reorientando as diretrizes da Política Pública de Qualificação (BRASIL, 2003, p. 19).

Para o MTE (2003, p.19),

Um conjunto de denúncias, veiculado amplamente pela mídia levou o Tribunal de Contas da União – TCU e a Secretaria Federal de Controle da Corregedoria-Geral da União – SFC/CGU a proporem mecanismos visando garantir maior controle público e operacional. Uma flagrante baixa qualidade dos cursos, em geral, e uma baixa efetividade social das ações do PLANFOR reforçaram tal desgaste e levaram o MTE, já sob o novo Governo, a instituir o Plano Nacional de Qualificação – PNQ, extinguindo o PLANFOR, reorientando as diretrizes da política Pública de Qualificação.

Por meio de análise mais criteriosa e mais cuidadosa das avaliações efetuadas com relação ao PLANFOR evidencia importantes lacunas, incoerências, limitações. Com isso, o PLANFOR teve sua vigência até o ano de 2002. Após esse período, vários fatores tornaram evidente a necessidade de várias mudanças em sua concepção. Fatores como a baixa qualidade dos cursos oferecidos, bem como a baixa efetividade social das ações do PLANFOR levou o MTE a instituir o Plano Nacional de Qualificação – PNQ, extinguindo assim o PLANFOR, com o objetivo de reestruturar as diretrizes da Política Pública de Qualificação.

Sendo assim, o PNQ, através do PPA (Plano Plurianual) 2004-2007, anuncia suas novas bases, sustentadas por seis dimensões principais: política, ética, conceitual, pedagógica, institucional e operacional.

1. **Política:** busca-se compreender a qualificação profissional como direito, como Política Pública, como espaço de negociação coletiva e como um elemento constitutivo de uma política de desenvolvimento sustentável.

2. **Ética:** busca-se garantir a transparência no uso e gestão dos recursos públicos através de mecanismos como: adoção de mecanismos permanentes de monitoramento dos contratos; uniformização dos contratos e convênios; disponibilização de informações atualizadas via Internet; aplicação de procedimentos de redução de custos intermediários (passagens, diárias etc.); garantia da autonomia do sistema de avaliação frente à gestão e à realização dos planos; garantia de um sistema de monitoramento, em tempo real e de modo eficiente.

3. **Conceitual:** busca-se a prevalência de noções como: educação integral; formas solidárias de participação social e gestão pública; empoderamento dos atores sociais, tendo como perspectiva sua consolidação como cidadãos plenos; qualificação social e profissional; território como base de articulação do desenvolvimento local; efetividade social; qualidade pedagógica; reconhecimento dos saberes socialmente produzidos pelos trabalhadores.

4. **Pedagógica:** busca-se garantir aumento da carga horária média; uniformização da nomenclatura dos cursos; articulação prioritária com a educação básica; exigência para as instituições que vierem a ser contratadas para a realização dos Planos Territoriais e Projetos Especiais, de formulação e implementação de projetos pedagógicos; garantia de investimentos na formação de gestores e formadores; constituição de laboratórios para discussão de referenciais nos campos metodológico, das Políticas Públicas de Qualificação e da certificação; investimento na sistematização de experiências e conhecimentos; desenvolvimento de sistemas de certificação e orientação profissional.

5. **Institucional:** busca-se a integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda entre si e destas em relação às Políticas Públicas de Educação e Desenvolvimento, entre outras. Busca-se também o fortalecimento do papel do conselho deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho, como forma de garantir, de forma efetiva, a participação e o controle social.

6. **Operacional:** busca-se garantir: o planejamento como ponto de partida e de chegada na elaboração dos planos e projetos; um sistema integrado de planejamento, monitoramento, avaliação e acompanhamento dos egressos do PNQ em todos os seus níveis de realização; mecanismos de efetiva continuidade; adoção de critérios objetivos de distribuição dos recursos do FAT entre os Planos Territoriais e Projetos Especiais; o estabelecimento de um calendário Plurianual, sem reprogramação; instrumentos de análise das prestações de contas. Em função de se tratar de um grande conjunto de mudanças, o ano de 2003 foi considerado um período de transição, com a implementação do PNQ de forma plena apenas a partir de 2004. Apesar da operacionalização do PNQ se dar de forma nacionalmente articulada sob diretrizes e procedimentos institucionais comuns, sua implementação se dará de forma descentralizada, por meio de dois mecanismos distintos e complementares. São eles: A) Planos Territoriais de Qualificação (PLANTEQs): contemplam projetos e ações de qualificação social e profissional referentes a um território, que pode ser uma unidade federativa, uma mesorregião, microrregião ou município. Sua aprovação e homologação se dão, de forma obrigatória, pelo Conselho Estadual de Trabalho, ou pelas Comissões Municipais de Trabalho referentes ao território. Tais entidades deverão articular e priorizar demandas de qualificação social e profissional levantadas pelo poder público e pela sociedade civil organizada, bem como supervisionar a execução do Plano, implementados sob gestão do responsável legal do arranjo institucional do território, que pode ser tanto a Secretaria Estadual de Trabalho ou equivalente, bem como um Arranjo Institucional Municipal (consórcio municipal, Secretaria Municipal de Trabalho ou sua equivalente, assim como outro arranjo legalmente constituído, desde que haja garantia de responsabilidade civil e legal solidária entre os componentes do arranjo). B) Projetos Especiais de Qualificação (PROESQs): contemplam a elaboração de estudos, pesquisas, materiais técnico-didáticos, metodologias e tecnologia de qualificação social e profissional destinadas a populações específicas ou abordando aspectos da demanda, oferta e do aperfeiçoamento das Políticas Públicas de Qualificação e de sua gestão participativa, implementados em escala regional ou nacional, por entidades de comprovada competência técnica e capacidade de execução.

A nova concepção de política de qualificação promulgada pelo MTE (2003) vem propor, enquanto estratégia nacional, a formação profissional como:

[...] fator de inclusão social, de desenvolvimento econômico, com geração de trabalho e distribuição de renda, deve nortear-se por uma concepção de qualificação entendida como uma construção social, de maneira a fazer um contraponto àquelas que se fundamentam na aquisição de conhecimentos como processos estritamente individuais e como uma derivação das exigências dos postos de trabalho (MTE, 2005, p. 23).

Assim, tendo em vista o conhecimento das principais diretrizes e objetivos dos Planos acima apresentados, buscaremos então estabelecer alguns indicadores a serem identificados como formas de verificação do grau de realização dos objetivos do PNQ, levando-se em consideração sua proposta de superação e aperfeiçoamento em relação ao PLANFOR.

O PNQ tenta ampliar a concepção de qualificação que passa a ser entendida na fronteira entre educação e trabalho. Ademais, propõe articular/integrar desenvolvimento local, educação básica, os atores institucionais da qualificação, as demais políticas públicas, especialmente as de educação e de trabalho, e até as políticas de qualificação no plano internacional. E, pela comparação que fizemos, é razoável afirmar que ambas fazem o mesmo percurso. Anuncia-se, pois, um novo plano, mas as bases institucionais e operacionais permanecem. E, se tratamos as dimensões destacadas do PNQ, identificamos que realmente não muda muito com o que fora proposto pelo PLANFOR e isso mesmo acontece com os instrumentos legais que os instrumentalizam.

O PNQ, todavia, manteve objetivos em relação aos quais o PLANFOR foi bem-sucedido. Preservou a posição de se estabelecer uma população-alvo prioritária, composta de segmentos inseridos de forma mais precária no mercado de trabalho, como: trabalhadores sem ocupação; trabalhadores rurais, na condição de agricultores familiares e outras formas de produção familiar; pessoas que trabalham em condição autônoma, por conta própria, cooperativada, associativa ou autogestionada; trabalhadores domésticos, entre outros. Dentre esses segmentos, o PNQ estabeleceu, ainda, preferência de acesso às pessoas mais vulneráveis, economicamente e socialmente, como os trabalhadores com baixa renda e baixa escolaridade e populações mais sujeitas às diversas formas de discriminação social,

como desempregados de longa duração, afrodescendentes, indígenes, mulheres, jovens, portadores de deficiência, pessoas com mais de quarenta anos e outras.

O PNQ manteve também a proposta do PLANFOR de participação de pessoas do governo e da sociedade civil na definição das ações de qualificação a serem desenvolvidas, ao apontar para uma demanda atual e futura de qualificação levantada pelo poder público e pela sociedade civil organizada. Ele conservou, ainda, a proposta de participação desses atores na execução dos cursos, ao apontar para a oferta efetiva ou potencial de serviços de entidades públicas ou privadas que podem firmar convênios ou outros instrumentos legais para execução de programas e projetos no âmbito do PNQ. O PNQ manteve, por fim, a participação das comissões estaduais e municipais de emprego, e sustentou, ainda que com algumas variações em sua formulação, objetivos enfrentados pelo PLANFOR com dificuldades, os quais passaram a se constituir, portanto, em desafios de superação:

- a integração com outros programas e projetos financiados pelo FAT, particularmente a intermediação de mão-de-obra, o microcrédito, a economia solidária e o seguro-desemprego, além de outras políticas públicas que envolvam geração de trabalho, emprego e renda;
- a formação integral (intelectual, técnica, cultural e cidadã) dos trabalhadores brasileiros;
- o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de trabalho e renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego;
- a elevação da escolaridade dos trabalhadores, por meio da articulação com as políticas públicas de educação, em particular com a educação de jovens e adultos;
- a inclusão social, a redução da pobreza, o combate à discriminação e a diminuição da vulnerabilidade das populações;
- o aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade, ou o aumento da probabilidade de sobrevivência do empreendimento individual e coletivo;

- a elevação da produtividade, a melhoria dos serviços prestados, o aumento da competitividade e das possibilidades de elevação do salário ou da renda.

A manutenção de acertos no PLANFOR e a recolocação de desafios repousam em necessidades mais gerais que, segundo estudos e pesquisas na área, se impõem à qualificação profissional, quais sejam:

- o desenvolvimento da capacidade de inovação das empresas, impulsionando a competitividade e o desenvolvimento do país;
- a crescente exigência, por parte das empresas, de uma mão-de-obra mais escolarizada e qualificada;
- a crescente valorização de novos requisitos da força de trabalho, como a iniciativa e prontidão para o contínuo aprendizado;
- diante da desigualdade de acesso dos trabalhadores à qualificação profissional, a implementação de políticas de qualificação voltadas para os segmentos mais excluídos (ALMEIDA, 2003, p. 74).

Entretanto, ao tratarmos da comparação dos documentos do PLANFOR com os do PNQ nos é permitido identificar mais convergências que divergências entre os dois, em que pese os esforços na conceituação da qualificação a partir de uma outra ótica pelo plano atual que, mesmo que contraditórios, procura se afastar das concepções do plano extinto. É possível notar que mesmo tendo sido pensado como uma nova política de qualificação profissional, o PNQ ainda apresenta vários pontos em comum em relação ao PLANFOR.

Podemos destacar alguns pontos principais como a descentralização dos recursos do Governo federal para o nível local, assim como o público alvo de tais planos, a saber, jovens em busca do primeiro trabalho; pessoas desempregadas; pessoas ocupadas, mas em risco de desocupação. A prioridade é garantida, em ambos os planos, aos chamados grupos vulneráveis, onde se entende por vulnerabilidade a dificuldade de acesso e permanência no mercado de trabalho e outras alternativas de qualificação profissional por razões de pobreza, baixa escolaridade e fatores relacionados a gênero, raça/cor, ou necessidades especiais.

Apesar de serem dirigidos a um mesmo público alvo, existem algumas questões divergentes na concepção dos planos. O PLANFOR tinha como um dos focos principais de planejamento a demanda do mercado de trabalho, onde é dada ênfase à noção de “empregabilidade”, entendida aqui, como um conjunto de

saberes, competências e credenciais que habilitam o indivíduo para a competição pelos empregos disponíveis. Já o PNQ, foi planejado tendo como um dos seus focos principais o público alvo, dando ênfase à noção de formação plena do cidadão, bem como a noção de qualificação social e profissional.

Outro ponto que merece destaque relaciona-se ao papel dos Conselhos Estaduais de Trabalho, Emprego e Geração de Renda e das Comissões/Conselhos Municipais de Trabalho no âmbito dos dois planos aqui analisados. Enquanto no PLANFOR, tais órgãos tinham o papel de simplesmente aprovar e homologar os planos elaborados no âmbito das Secretarias Estaduais de Trabalho, no PNQ tais entidades passam a ter um papel importante no sentido de garantir uma efetiva participação e controle social na elaboração, condução e avaliação da Política Pública de Qualificação.

Sobre essas questões importa identificar contradições e continuidades, e por isso nesse trabalho priorizamos também a análise que fizemos dos pressupostos do PNQ constantes no documento: Plano Nacional de Qualificação Social e Profissional – PNQ: Pressupostos, Diagnósticos e Encaminhamentos (MTE, 2003d). E uma das maiores polêmicas que podemos identificar a respeito da qualificação no sentido expresso pelo PLANFOR e PNQ é reafirmar que os interesses dos trabalhadores e dos empregadores são os mesmos a despeito de uma disseminação de discursos de um novo tempo para os trabalhadores pela participação e colaboração com as empresas, pela ampliação da aplicação de novos processos de organização do trabalho, pela diminuição e até extinção dos níveis gerenciais intermediários e a exigência de escolarização para trabalhadores, ou como nas palavras de Rummert (2005, p.210):

[...] são francamente majoritários, hoje, os argumentos que, marcados pela ingenuidade e pelo senso comum ou mesmo pela razão cínica, afirmam estarem superados os antagonismos de classe e anunciam a humanização do capital em favor da classe trabalhadora. Tais argumentos [...] enfatizam que as relações entre capital e o trabalho possuem hoje um caráter marcadamente cooperativo e solidário, expressão da consciência social do empresariado, que não deixa lugar às disputas por poder ou a antagonismos.

Na verdade, podemos verificar que ao empresário não resta dúvidas de que a qualificação dos trabalhadores deve basear-se nas demandas do mercado e seu

objetivo único é ajustar a força de trabalho para maior produtividade, qualidade e competitividade dos produtos. E, para atingir este objetivo, caso sejam necessários profissionais com conhecimentos que transcendam a esfera do “treinamento” será esse também o interesse do empresário, não por considerar a educação questão de emancipação humana, mas pela contribuição que pode dar à produtividade.

Sobre isto, Max (2004, p.28) nos auxilia a ratificar que “a produtividade que decorre da combinação dos trabalhos aparece, por isso, como produtividade do capital”. Portanto, esse não pode ser o ponto de vista dos trabalhadores, haja vista estar sempre o sistema do capital excluindo cada vez mais a possibilidade do trabalho e da educação de seu horizonte e ao buscar fortalecê-lo implica alimentar ainda mais esta exclusão. Quer seja, está na diferença entre as classes fundamentais da sociedade capitalista como também na dificuldade dos trabalhadores de identificar um novo paradigma com grande contradição.

E se buscamos compreender a mudança de PLANFOR para PNQ assim como fracasso de propostas anteriores de mudanças na sociedade por meio de reformas educacionais que se reconciliam com o capital, Mészáros (2005, p.27) vai afirmar que:

As determinações fundamentais do sistema do capital [são] irreformáveis [...] porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, [o capital] é totalmente incorrigível. [Isso significa que] ou bem tem êxito em impor aos membros da sociedade [...] ou perde a sua viabilidade como regulador historicamente dominante do modo bem-estabelecido de reprodução metabólica universal e social.

Segundo Mészáros, e se tomamos como análise o que é preconizado nos Planos PLANFOR e PNQ, principalmente, “limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa” (id.;ib). Ou seja, em se buscando aliar a possibilidade de aumento do valor de troca da força de trabalho a maior aproveitamento da força de trabalho compreendemos mais uma vez a noção do trabalho como mercadoria e não como categoria central das relações sociais e trabalhadores apenas entendidos como força de produção.

Dos pressupostos do PNQ identificamos diferenças mínimas em relação ao PLANFOR, mas, sobretudo muitas ambiguidades em sua própria formulação,

independentemente das intenções de seus elaboradores. Curioso que mesmo concebendo a qualificação como espaço de conflito e disputa, os pressupostos do PNQ partem de uma noção pré-ordenada de mundo, e nos parece também marcada por mudanças estruturais na sociedade que as eleições de Lula suscitaram no povo brasileiro, especialmente. Ademais, na atual conjuntura, são idealizações que representam muito mais a vontade de seus mentores do que aquilo que a política este governo permite instalar. E isso é percebido na funcionalidade do PNQ.

Do exposto, Mézáros novamente nos ajuda a compreender que boas intenções não são suficientes para ultrapassar os limites do capitalismo. E ao se referir a impossibilidade de legitimação do conflito entre as forças dominantes fundamentais rivais, ressalta que:

Mesmo as mais nobres utopias educacionais, anteriormente formuladas do ponto de vista do capital, tiveram de permanecer estritamente dentro dos limites da perpetuação do domínio do capital como modo de reprodução social metabólica. Os interesses objetivos de classe tinham que prevalecer mesmo quando os subjetivamente bem-intencionados autores dessas utopias e discursos críticos observavam claramente e criticavam as manifestações desumanas dos interesses materiais dominantes. Suas posições críticas poderiam, no limite, apenas desejar utilizar as reformas educacionais que propusessem para remediar os piores efeitos da ordem reprodutiva capitalista estabelecida sem, contudo, eliminar os seus fundamentos causais antagônicos e profundamente enraizados (MÉSZÁROS, 2005, p. 26).

3.4 PNQ e suas dimensões: divergências ou convergências com o PLANFOR?

E, ao comparar os documentos do PLANFOR e do PNQ, identificamos mais convergências, sobretudo no que se refere aos esforços na conceituação de qualificação. Para o MTE, o PNQ é fundamentado em seis dimensões principais, como já elencamos anteriormente, que “demarcam, em seu conjunto, um novo momento da Política Pública de Qualificação no País” (MTE, 2003a, p.20) O que compreendemos, pois, é que essas dimensões, no PNQ, se instituíram a partir de “6 choques” na política de qualificação, que se dariam nos planos político, ético, conceitual, pedagógico, institucional e operacional, principalmente quando averiguamos esses choques em relação ao PLANFOR.

Sobre o choque político, verificamos que se propõe a centralidade da qualificação profissional como direito, como Política Pública, como espaço de

negociação coletiva e como um elemento constitutivo de uma política e desenvolvimento sustentável. No PLANFOR, a qualificação como direito foi também evidenciada “sendo considerada, em relações de trabalho modernas, direito fundamental do trabalhador” (MTE, 1999a, p. 18). Além disso, a concepção de espaço de negociação coletiva: “a competência das partes é fundamental no processo de negociação” (MTE, 1999a, p. 18), assim como “elemento constitutivo de uma política de desenvolvimento: na área de educação profissional, o projeto social do atual Governo destaca explicitamente o PLANFOR [...]” (MTE, 1999a, p.23). Ou melhor, ambos os planos, como podemos ver, sustentam-se na noção de direito a ser assegurado pelas políticas públicas e como espaço de negociação, não se percebendo nenhum elemento inovador que possa justificar a intenção do chamado choque político ao se referir a dimensão política do PLANFOR.

O choque ético considerado pelo PNQ em relação a dimensão ética do PLANFOR trata do propósito de garantir a transparência no uso e gestão dos recursos públicos, com procedimentos como: a) a incorporação das recomendações da Secretaria Federal de Controle (SFC/Corregedoria-Geral da União – CGU) e do Tribunal e Contas da União (TCU); b) regularização do quadriênio 1999-2002 (adimplência) bem como a adoção de mecanismos permanentes de monitoramento dos contratos; c) a uniformização dos contratos e convênio; d) a disponibilização de informações atualizadas via internet; e) procedimentos de redução de custos intermediários (tais como passagens, diária, entre outros); f) a garantia da autonomia do sistema de avaliação frente a gestão e a realização do plano; g) garantia de um sistema de monitoramento, em tempo real e que seja eficiente.

No caso PLANFOR, além dos mecanismos previstos em lei, a cargo dos órgãos federais e estaduais de fiscalização e de prestação de contas, conforme consta no Guia do PLANFOR 1999-2002 (MTE, 1999c, p.10), se propôs a uniformização dos contratos e convênios repassados aos Estados os modelos de minutas, bem como as orientações sobre dispensa de licitação para contratar instituições executoras por meio do Guia de Planejamento e Execução dos planos e projetos de educação profissional (MTE, 1997b). Ademais, fora implantado em 1999 o Sistema de informações gerenciais para Educação Profissional (SIGEP), com dados que podiam ser acessados pela internet. O Sistema de Planejamento, Gestão e Monitoramento da política pública de trabalho e renda (SIGAE) foi uma ferramenta

de auxílio às diversas etapas do PLANFOR, mas que o PNQ deu continuidade aprimorando o sistema.

Também o PLANFOR estabeleceu a autonomia do sistema de avaliação do Plano no que se refere à gestão e a realização das ações. Conforme o Plano, “a avaliação externa deve ser executada por entidade não comprometida com a execução dos programas/projetos avaliados, com experiência em pesquisa e avaliação de projetos sociais” (MTE, 1999c, p.33) Neste ponto, verificamos uma diferença em se tratando de PNQ, pois neste a entidade executora da avaliação passa a ser contratada pelo MTE e não mais pelas entidades já conveniadas com este Ministério. Todavia, constatamos que esse pressuposto não garante que a contratada não esteja comprometida com a execução de ações de qualificação. Tomemos como exemplo a UNITRABALHO contratada para este trabalho de avaliação que mesmo com competência assegurada para tal, como também tendo já atuado no PLANFOR, é composta de universidades brasileiras que também apresentam projetos para ações de qualificação em diversas áreas de conhecimento.

O sistema de monitoramento que também foi preocupação do PLANFOR: “tais ações devem se realizar em processo, desde o início até o final de cada exercício, de modo a permitir, com a máxima agilidade e pertinência possível, a identificação e correção de eventuais erros e distorções do PLANFOR, orientando seus gestores e executores e/ou adicionando medidas e mecanismos de intervenção cabíveis” (MTE, 2001e, p. 10). Contudo, acreditaram ainda que não foi dada toda a preocupação em instituir condições técnicas que impedissem o desvirtuamento das intenções éticas do Plano principalmente como discutiremos posteriormente a questão ética não pode ser resumida a questões técnicas.

O choque conceitual referenciada pelo PLANFOR diz respeito a novas noções de qualificação que destaca a educação integral, formas solidárias de participação social e gestão pública, empoderamento das pessoas (na perspectiva de sua consolidação como cidadãos plenos), qualificação social e profissional, território (articulação com o desenvolvimento local), efetividade social, qualidade pedagógica, reconhecimento dos saberes socialmente produzidos pelos trabalhadores. Para o PLANFOR, os conceitos de educação integral constam nos documentos norteadores:

Trabalho e cidadania, competência e consciência, não podem ser vistos como dimensões distintas, mas reclamam desenvolvimento integral do indivíduo que, ao mesmo tempo é trabalhador e cidadão, competente e consciente. Esse desenvolvimento integral, por sua vez, não se esgota no plano de qualificação, mas exige um repensar mais amplo das relações capital-trabalho, com ênfase na negociação e na busca de melhoria da qualidade do emprego no país (MTE, 1999a, p.17).

Destaca-se, por meio de nossa análise, que para atingir esse objetivo acima citado, o PNQ justifica a importância de elevar a carga horária das ações de qualificação, que segundo ele mesmo não se constituiu preocupação do PLANFOR, e por isso os elevados índices de entraves operacionais do Plano. Assim, paradoxalmente o PNQ estabelece limites de duração para conteúdos componentes da formação geral que deveriam vir articulados os eixos de trabalho e cidadania, e a manutenção do pressuposto PLANFOR sobre a aplicabilidade dos conteúdos voltada para o mercado de trabalho, assim como explicita:

os cursos deverão oferecer obrigatoriamente, com duração não superior a 20% da carga horária total, conhecimentos sobre saúde e segurança no trabalho, educação ambiental, direitos humanos, sociais e trabalhistas, informação e orientação profissional e gestão do trabalho, aplicados à realidade local, às necessidades do/a trabalhador/a e ao mercado de trabalho (MTE, 1997a, p.32).

Assim, mais uma vez ratificamos que essa aplicabilidade por considerar a realidade local e as necessidades dos trabalhadores vai mais uma vez confirmar a ideia que é possível congrega em uma só ação interesses antagônicos. Comparando as resoluções do CODEFAT que instituíram os dois planos, evidenciamos que os conteúdos de formação geral e específicas propostas são iguais no PNQ e PLANFOR.

Quer seja, a respeito do choque pedagógico, observamos que PNQ propõe o aumento de carga horária, manutenção das nomenclaturas de cursos, articulação com educação básica, exigência sobre as instituições executoras, implementação de projetos pedagógicos, garantia de investimentos na formação de gestores e formadores, constituição de laboratórios de discussão sobre aspectos metodológicos das políticas públicas e de certificação, investimento para sistematização das experiências e apoio à realização sobre educação profissional. Quanto às exigências entre executores do PLANFOR, conta a seguinte proposição:

A linha de avanço conceitual concentra a elaboração, revisão e atualização, debate e difusão temática em torno de quatro projetos fundamentais: formação de formadores, centro públicos de educação profissional, mapeamento e avaliação de modelos de educação profissional e certificação ocupacional (MTE, 1997a, p.8).

No PNQ, assim como o PLANFOR, como vimos anteriormente, se mantém os mesmos conteúdos de formação, mas se omitem as nomenclaturas/segmentações tais como: habilidades gerais, específicas e de gestão. O que nos faz mais uma vez ratificar a ausência do avanço preconizado pelo novo plano.

Sobre a dimensão institucional que trata de promover a integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda entre si e destas em relação às Políticas Públicas de Educação e outras, além de garantir uma efetiva participação e controle social, por meio do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho e das Delegacias Regionais de Trabalho (DRTs), o PLANFOR orientou essas questões da seguinte forma:

O PLANFOR é, antes de tudo, uma política nacional de educação profissional, integrada ao sistema público de trabalho e geração de renda do país (MTE, 1997a, p.7)

Uma política de EP, portanto, precisa estar fortemente vinculada às políticas e perspectivas do desenvolvimento econômico e tecnológico do país, por um lado e, por outro, às políticas sociais, em especial às de trabalho e geração de renda (MTE/MEC, 1995a).

Uma das premissas básicas da proposta da SEFOR é que as Secretarias de trabalho e as Comissões Estaduais de Emprego assumam papel cada vez mais marcante na articulação, em bases descentralizadas, das ações de qualificação, sempre como elemento de uma política de geração de trabalho e renda em cada estado (MTE, 1996c, p. 13).

As CETs/CMTs tem papel estratégico na construção e gestão de uma política pública de trabalho e renda, voltada para o desenvolvimento com equidade, em bases participativas, autônomas e descentralizadas (MTE, 1999c, p.39).

Do choque institucional tratado pelo PNQ em relação a essas questões elencadas pelo PLANFOR, sugere-se nas diretrizes o uso de termos como integração ou articulação como sinônimos explicitando ações complementares entre as instituições envolvidas. Entretanto, essa dimensão sofre prejuízos também, mesmo no PNQ. Alguns indicadores do PNQ julgamos importantes durante nossa análise e que apresentamos aqui: 1) a época em que o plano é desenvolvido nas unidades federativas (normalmente no segundo semestre) não revela um calendário

definido e de longo prazo como se diz em seus pressupostos; 2) a carga horária dos cursos ofertados, mesmo elevando para 200 horas não favorece a elevação da escolaridade, porque uma vez concluídas as ações de qualificação, não há propostas de encaminhamentos de egressos; 3) há falta de continuidade das ações e imprevisibilidades de prazos de assinatura sobretudo de convênios e repasse de recursos são limitadores e acaba por não ter a integração sempre referenciada pelo PNQ. E em função da descontinuidade suscitada por esse processo justificada também pela exiguidade de recursos não se comprova o atendimento de todos os públicos propostos pelo PNQ.

Estas e outras indefinições se agravam ainda mais uma vez que ainda sendo difundida como fundamental, a responsabilidade pela elevação da escolaridade ou qualificação dos trabalhadores é transferida para os mesmos e para as entidades executoras do plano nas unidades federativas, desresponsabilizando, sobretudo, o Estado. O que comprovamos, na verdade, é que não houve avanços nesta direção. O comprometimento das instituições é meramente formal e elas mesmas desenvolvem suas ações como vimos em nossos referenciais teóricos, a favor do estado.

Ademais, sobre o choque operacional, analisamos que o Guia de planejamento e execução do PLANFOR (MTE, 1997b) propõe um sistema integrado de planejamento, monitoramento e avaliação e acompanhamento dos egressos por meio do SIGAE que continuaram constituindo a base operacional do PNQ, segundo seus documentos, com devidas adequações e aperfeiçoamentos. Porém, inversamente, o que se verifica é a continuidade de todo o processo. Ou seja, o conjunto de propostas do PNQ não mudam substancialmente em relação as propostas do PLANFOR. No seu conjunto, o texto das resoluções sobre o PNQ mantém o texto do PLANFOR apenas averigua-se adequações e terminológicas e conceituais.

Então, essas questões demonstram os desencontros em PLANFOR e PNQ, sobretudo na distância entre intenções e práticas. Para visualizar melhor, elencamos alguns dos objetivos dos planos, que constam no artigo de resolução, conforme exemplos nos Quadros 2 e 3, página 118.

Quadro 2: Artigos de Resoluções PLANFOR e PNQ que trata dos objetivos.

RESOLUÇÃO Nº 258/2000 (PLANFOR)	RESOLUÇÃO Nº 333/2004 (PNQ)
Aumento da probabilidade de obtenção de trabalho e de geração ou elevação de renda, tendo por objetivo reduzir os níveis de desemprego e subemprego.	Aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego.
Redução da pobreza	Inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações.
Aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade.	Aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade ou aumento da probabilidade de sobrevivência do empreendimento individual e coletivo.
Elevação da produtividade, da competitividade e renda.	Elevação da produtividade, melhoria dos serviços prestados, aumento da competitividade e das possibilidades de elevação do salário ou da renda.

Nesta análise de um simples exemplo, identificamos ambiguidades desde a sua própria formulação ou poderíamos chamar de reformulação? Além disso, permanece no PNQ os mesmos mecanismos de implementação do PLANFOR, e se falamos anteriormente em adequações ou terminologias conceituais, vale considerar que no PNQ os PLANTEQs correspondem aos PEQs e os PROESQS passam a corresponder a PARCERIAS, como sempre tendo em ambas as resoluções a mesma redação apenas com ajustes:

Quadro 3: Artigos de Resoluções PLANFOR e PNQ que trata da implementação.

RESOLUÇÃO Nº 258/2000 (PLANFOR)	RESOLUÇÃO Nº 333/2004 (PNQ)
Art.3º O PLANFOR é implementado por meio de Planos Estaduais de Qualificação – PEQs e Parcerias Nacionais ou Regionais (PARCERIAS), viabilizados mediante convênios ou outros instrumentos legais pertinentes, firmados entre os respectivos executores e o MTE, por meio da SPPE.	Art.3º O PNQ é implementado por meio de Planos Territoriais de Qualificação – PLANTEQs e de Projetos Especiais de Qualificação (PROESQs), viabilizados mediante convênios ou outros instrumentos legais pertinentes, firmados entre os respectivos executores e o MTE, por meio da DEQ/SPPE.

Para o então secretário de Políticas Públicas de Emprego, Remígio Todeschini:

Um outro passo importante, e novidade do PNQ, é que essas ações devem estar integradas no território, quer estadual, intermunicipal ou municipal. Isso significa que, no governo do presidente Lula, na gestão do ministro Jaques Wagner e pela primeira vez na história do Ministério do Trabalho e Emprego, estamos incorporando o município em ações de políticas públicas de emprego, começando com a qualificação profissional. Um marco histórico (MTE, 2003, p.07).

E assim, para justificar as inúmeras medidas que mantêm as contradições do capitalismo, como consequência, o PNQ não opera mudanças significativas em todas as dimensões da qualificação. Basicamente reedita o PLANFOR, inclusive porque se aproveita de todo o texto da regulação que regulamentou o plano extinto. Com essa constatação, é possível verificar as limitações para as políticas públicas e a sempre dissonância entre o necessário e o possível, entre o que se promete e o que se realiza. O Plano na verdade representa a continuidade da política pública de formação profissional que sempre beneficiou o capital em detrimento do trabalho.

Entretanto, para além das intencionalidades do PNQ, a forma como o atual Plano vem sendo implementado vem demonstrando que permanecem inalteradas as estruturas institucionais e os mecanismos operacionais que conferiram ao PLANFOR a condição de política pública renovada, além de inalteradas estarem também as condições estruturais, de caráter macroeconômico, que conferem sentido à qualificação profissional como objeto e frente das políticas públicas de emprego.

É nesse sentido que, mesmo considerando que do ponto de vista conceitual e argumentativo, o PNQ possa representar um avanço em relação ao PLANFOR, aquele vem representando um elo de continuidade da política pública de qualificação profissional do Estado brasileiro como instrumento de regulação social que beneficia predominantemente o capital, em detrimento do trabalho.

As análises confirmam o que afirma Mészáros (2005, p.25) quando diz que:

As mudanças sob tais limitações, apriorísticas e prejudgadas, são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de *corrigir* algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da *lógica global* de um determinado sistema de reprodução. (Grifo do autor)

A descontinuidade, com seus constantes retornos ao ponto zero, nos parece ser condição para que possa haver a continuidade dos planos, porque vemos que as mudanças que se destinam a manter inalteradas as relações de saber e poder. Mais uma vez, é possível ver as contradições, especialmente o distanciamento, no Plano, entre as intenções e as práticas.

Pelas comparações que fizemos entre PLANFOR e PNQ, vale afirmar que o mesmo percurso daquele está percorrido pelo PNQ. Anuncia-se um novo plano com novas concepções, que coloca em outros termos a qualificação profissional, porém as bases institucionais e operacionais do plano anterior são preservadas. Em suma, podemos ver as limitações das políticas públicas e os desencontros entre o necessário e o possível, entre o que se promete e o que cumpre, o que culmina na ratificação do desvirtuamento na execução do Plano que foi concebido nos limites da ordem estabelecida.

Assim, as contradições dos planos são inevitáveis pela correlação de forças neles atuantes. As mediações existentes entre os mesmos, como vimos nesse capítulo, nos confirmam que, nesse contexto, a operacionalização de um plano de qualificação profissional estimula a circularidade viciosa que reitera a dominação do capital. E se o atual governo mantém a lógica neoliberal, vale afirmar que não há choques (como revelam os pressupostos do PNQ) capazes de banir divergências ou contradições uma vez que é inerente ao sistema, sobretudo porque são notáveis os inúmeros desvirtuamentos na execução dos Planos de Qualificação Profissional.

Com esse estudo, podemos compreender melhor que as investidas do Estado via implementação de políticas de formação profissional não contribuem efetivamente para a superação das desigualdades sociais, assim enuncia em seus objetivos; já que este é o seu ideário, a justificativa de uma qualificação de caráter social emerge como apaziguadora do conflito entre capital e trabalho no atual contexto em que se insere principalmente o PNQ. Na qualidade de política de Estado, a qualificação profissional parece orientada para a manutenção do processo de alienação e empobrecimento do trabalhador. As melhorias que parecem advindas com o acréscimo de formação e conseqüente melhoria de salários não contribuem, efetivamente, para a emancipação da sua condição de proletário, nos termos em que Marx (1984, p.59) menciona nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos:

“proletário é aquele desprovido de capital, rendas e terra, vive só de seu trabalho, de um trabalho unilateral e abstrato, é considerado unicamente um trabalhador”.

Na verdade, o Estado neoliberal é o principal patrocinador e agenciador de políticas de qualificação profissional. Esta política contribui significativamente para arrefecer as lutas e a organização dos trabalhadores por melhores condições de vida, como também fortalece a formação de consciências submissas, subordinadas e mascarada pela ideologização da formação para cidadania e participação na gestão social. A formação voltada para o “exercício da cidadania consciente e participativa” foi o objetivo que orientou as políticas de formação profissional na segunda metade da década de 1990 e continuam no atual contexto. Os aportes teóricos de Ivo Tonet (2004) sobre a democracia e a cidadania esclarecem os limites de se pensar uma formação fundada nessas categorias. Segundo o autor, a democracia, a cidadania como partícipes da dinâmica e da lógica do capital são e serão sempre limitadas, daí porque não devem ser tomadas como os fins para diferenciar os horizontes da humanidade, no sentido de sua emancipação humana.

Em relação ao PLANFOR e ao PNQ, os aspectos que envolvem a orientação teórico-metodológica de seus elaboradores, os pressupostos políticos e ideológicos e seus respectivos procedimentos técnicos e normativos, parecem trazer consequências piores para a educação profissional brasileira, reafirmando a formação orientada e subordinada à lógica perversa de expropriação capitalista. Por isso mesmo, a orientação de classe assumida pelo Estado e seu caráter mediador dos interesses capitalistas conduz a implementação de políticas de qualificação profissional, reduz a educação a um fator técnico de produção, de acordo com as necessidades e interesses do capital.

O Estado capitalista corresponde a uma estrutura política controlada pelo capital. Para Mézáros (2002, p.19), o Estado é inconcebível sem o capital, que é o seu real fundamento. O capital, por sua vez, precisa do Estado como seu complemento necessário. Assim, é parte da sua natureza a necessidade crucial de conservar, recompor e criar novas formas de divisão social para manter neutra a dominação de classe. Deste modo, as políticas de formação profissional, oriundas do Estado capitalista, no contexto brasileiro, têm reproduzido a força de trabalho e as relações de produção dentro dos padrões da dualidade. E a formação

implementada tem contribuído para ampliar a reserva de trabalhadores à disposição do grande capital.

Nosso estudo busca elucidar as questões mencionadas, visto que a relação conteúdo e forma que tem conduzido as políticas nacionais de qualificação – do PLANFOR ao PNQ –, em sua lógica e dinâmica, parece apontar continuidades, mas sobretudo os (des)caminhos.

CONCLUSÃO

Durante o curso de Mestrado tivemos a oportunidade de ampliar a nossa compreensão sobre o Trabalho, a Educação e o Capital, o que nos direcionou a investigar mais criticamente as Políticas Públicas de Qualificação, principalmente o PLANFOR e PNQ.

O contato mais direto com a bibliografia pertinente à discussão sobre o mundo do trabalho foi nos inquietando. Os debates proporcionados durante as aulas e as reuniões do grupo de colegas foram cada vez mais nos motivando a estudar a lógica do capital e seus rebatimentos no trabalho, na educação e nas políticas públicas. Com isso, notamos que as relações feitas nos estudos sobre a qualificação profissional entre trabalho e educação, a partir de uma suposta revalorização do trabalho, tem, em última instância, uma perspectiva de adaptação à lógica da produção e que, portanto, situam-se numa perspectiva que alimenta a permanência de uma sociedade que se torna cada vez mais irracional e que impõe cada vez mais sacrifícios aos indivíduos, embora as possibilidades objetivas para uma vida livre e feliz existam.

A grande questão que se coloca é que a classe dominante brasileira age de forma clara, consciente, ideológica, doutrinária, com relação à absoluta submissão e subserviência — além do que lhe era habitual — ao capital financeiro internacional, ao imperialismo. O que significa elevar os níveis de exploração do povo brasileiro a limites dificilmente sustentáveis. Mais que isso, o Estado entra como peça fundamental no desenvolvimento e na "modernização" capitalista no Brasil. Porém, esse papel sempre esteve condicionado à lógica internacional da produção capitalista e ao papel reservado ao Brasil nesse processo.

Nosso estudo nos auxiliou a compreender como as políticas de qualificação profissional são implementadas dentro dos marcos do neoliberalismo, ao mesmo tempo em que se apresentam como anacrônicas para a sociedade brasileira. Na verdade, pouco contribui para se pensar a educação profissional como alternativa aos problemas da população desescolarizada e desempregada. Observamos também que na década de 1990, a crise econômica se aprofunda e, à medida que o capital não consegue mais se reproduzir a níveis alcançados em outras fases de

expansão, ele muda, também, as formas de enfrentamento econômico e político da crise, determinando o surgimento de novos mecanismos de dominação e estratégias de acumulação.

Tais mecanismos e estratégias, como já afirmamos, incidem tanto nas práticas econômicas quanto nas práticas político-sociais nas quais se inserem os trabalhadores. E compreendemos que, para promover mutações, existem estratégias utilizadas pelo capital e pelo Estado no que diz respeito à formação e qualificação profissional de trabalhadores por meio do PLANFOR e PNQ, como uma das tentativas de subordinar os interesses e necessidades do trabalho aos do capital. Mais que isso, nosso estudo demonstrou que as estratégias utilizadas pelo capital, com a mediação do Estado por meio das políticas públicas, tem a finalidade de formar os consensos e incorporar os trabalhadores à racionalidade dominante no sentido e na direção que interessam ao capital.

A intervenção do Estado sobre a questão da qualificação profissional tem um peso decisivo no sentido deste viabilizar as condições para que a burguesia realizasse a reforma intelectual e moral necessária ao desenvolvimento do seu projeto de classe. Tudo indica que, ao atender às recomendações dos organismos financeiros internacionais, ao dialogar com o empresariado para formar “força de trabalho” para o capital e, ao difundir a qualificação como sendo uma problemática dos trabalhadores, o Estado brasileiro abriu mão de ser dirigente de um processo de educação como direito coletivo e como dever do Estado.

No caso específico do nosso objeto — a política pública de qualificação — o estudo pode evidenciar que esta estratégia foi amplamente empregada com o discurso de que a sociedade do conhecimento se constitui na chave do desenvolvimento e do progresso. Assim, a necessidade de qualificação foi difundida para toda a sociedade. Por sua vez, e dadas as características da sociedade brasileira, tal questão foi apreendida e tratada pelos trabalhadores como acesso à educação, numa perspectiva mais ampla, vinculada supostamente ao exercício da cidadania. Objeto de necessidades tanto do capital como do trabalho, a qualificação torna-se um fetiche na sociedade, posto que é identificada como mecanismo de inclusão, de autonomia, enfim, de conquista efetiva de cidadania.

À parte, a consciência de que a burguesia brasileira está longe de defender, mesmo nos limites da sua ordem, algum direito dos trabalhadores, no caso da

qualificação profissional, tal postulação apresenta-se ainda mais problemática. Primeiro por que não se trata de um direito universal, cujo exercício poderia ser pensado no campo da formação profissional continuada. E depois, porque a questão da qualificação se dá num ambiente onde grassa o desemprego e onde os trabalhadores “qualificados” têm pouco ou nenhuma possibilidade de ingresso no mercado de trabalho. Por esta razão, o apelo à qualificação como uma questão de cidadania parece ser apenas mais um argumento necessário à formação de pactos sociais dos capitalistas aos trabalhadores.

Neste sentido, a definição que as classes dominantes tem da qualificação profissional afeta à cidadania e parece ser mais uma tentativa de esvaziar o conteúdo político das necessidades da classe trabalhadora, apagando os antagonismos de classe e tornando os projetos classistas indiferenciados. No nosso entendimento, isto é o que qualifica o novel da ideologia da intervenção estatal e o método que caracteriza o transformismo da burguesia. Quer seja, mostra-se claramente o sentido que este processo político imprime à questão da qualificação. Trata-se de construir uma outra sociabilidade compatível com as atuais necessidades do capital. Assim é que, ao responder a essas iniciativas, as classes subalternas se tornam partícipes da ordem do capital.

Ao longo do nosso estudo, podemos perceber como essas questões estão articuladas aos mecanismos mais gerais que são tecidos pelo capital e Estado para conduzir os trabalhadores para a sua racionalidade. O suposto é o de pensar na perspectiva do projeto dominante. Merece atenção o papel que o empresariado brasileiro tem nesse processo. A mudança de rota que ele empreendeu para se adequar às necessidades do capitalismo internacional implicou a exigência de reafirmar o seu papel dirigente na sociedade. Para isso, exerceu seu protagonismo definindo princípios e formulando propostas direcionadas à questão da educação e, particularmente, da qualificação dos trabalhadores, como parte de um processo de recomposição da sua rentabilidade, competitividade e produtividade, elementos centrais presentes na chamada acumulação sob a dominância das finanças.

Nessa lógica, aprofunda-se nos regimes neoliberais as políticas de educação nas quais se inserem os planos de qualificação dos trabalhadores. E revisitando as políticas de educação profissional e de qualificação dos trabalhadores, tentamos descortinar os reais contornos do PLANFOR que tem sua continuidade no PNQ,

coerente com o discurso de governo em romper com as desigualdades sociais. Um dos objetivos dos Planos seria dar oportunidade de trabalho às camadas pobres da população por meio da educação profissional e de oportunidades de inserção no mercado de trabalho. As análises feitas durante o decorrer de todo o estudo permitiram eleger algumas conclusões a respeito das limitações dos Planos.

O PLANFOR nasceu como fruto de diagnóstico da realidade, que apontava para uma inadequação entre o perfil da força de trabalho e as necessidades dos setores mais modernos da economia. O programa tinha um público-alvo imenso, a meta estabelecida era de qualificar 20% da População Economicamente Ativa do país. Isso incluiria em um mesmo programa realidades completamente distintas com características e necessidades das mais variadas. Unir em um mesmo programa as necessidades dos trabalhadores dos mercados formal e informal, micro e pequenos empresários, produtores urbanos e rurais, jovens à procura de emprego, jovens em situação de risco social, mulheres chefes de família, portadores de deficiência, trabalhadores sobre risco de desemprego (o que inclui funcionários públicos), entre outras possibilidades, é uma tarefa utópica. Entretanto, deve-se ressaltar que esse não foi um problema só do PLANFOR, mas do PNQ.

Uma outra característica fundamental tanto do PLANFOR como do PNQ foi o desenho institucional. O funcionamento dos planos exigia uma sinergia e um equilíbrio entre diversos órgãos ou instituições envolvidos no processo como ONGs, centrais sindicais, universidades, entidades do sistema “S”, e em especial dos estados que tinham grandes responsabilidades dentro do desenho dos programas. Enfim, os programas tinham um processo de implementação de difícil operacionalização e acabou emperrado nas diversas instâncias burocráticas que participavam do processo. A rede de controle social, representada pelas comissões estaduais e municipais de emprego, nem de longe cumpriram seu papel, tendo uma função meramente simbólica na maioria dos municípios.

Ademais, no caso do PNQ, que referenciava em suas diretrizes a educação integral, evidenciamos diversas limitações que se apresentam como obstáculos a este propósito. Ou melhor, uma discussão mais ampla sobre a integração entre educação geral e profissional permite verificar que a formação integrada que sugere tornar íntegro o ser humano ou o trabalhador dividido pela divisão social do trabalho não se concretiza em planos de qualificação. Por mais empoderados que

sejam os homens ou os trabalhadores e por melhor que seja a proposta, os planos se assentam no vácuo que é provocado pelas estruturas sociais que geram desigualdades e dualidades, ao mesmo tempo que é regido pela lógica do capital.

Se considerarmos que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes estão intimamente ligados é difícil de imaginar que tanto o PLANFOR como o PNQ possam sustentar-se em suas bases conceituais. No caso do PNQ que “pressupõe o amadurecimento social e político, nos termos de um novo contrato social, dos segmentos mais diretamente relacionados com o trabalho e a qualificação profissional” (MTE, 2003a, p. 27). Assim sendo, se pressuposições são condicionantes, não seria o lançamento dos planos que vai promover o “amadurecimento” dos tais segmentos que têm interesses irreconciliáveis, dada a impossibilidade de igualdade no capitalismo. Ademais, essa perspectiva é diferente da perspectiva educacional baseada em “quanto mais rico o indivíduo, mais rico o gênero e os outros indivíduos e vice-versa (TONET, 2005, p.479). Faz parte da natureza do capitalismo “não apenas limitar o acesso quanto ao número de pessoas, mas também quanto à qualidade do conteúdo, tendo sempre em vista que o objetivo último — imposto pela sua própria lógica interna — não é a realização plena de todos os indivíduos e, pois, do gênero humano, mas a sua própria reprodução”.

O que questionamos em nossas análises, pois, é em que medida os Planos, objetos de nosso estudo, são capazes de fazer valer a noção de educação integral no sentido da emancipação humana principalmente quando se referem a indivíduos que internalizam as posições subalternas na hierarquia social decorrentes das desigualdades promovidas pelo sistema capitalista, uma vez que segundo Mészáros (2005) o que deve ser alterado, na verdade, é todo o sistema de internalização, e suas dimensões, explícitas e ocultas. Quer seja, para romper com a lógica do capital na área da educação tornar-se-á imprescindível a substituição das forças onipresentes e enraizadas pela internalização mistificadora por uma alternativa concreta e abrangente.

Evidentemente, não se deve atribuir a planos de qualificação a responsabilidade pela construção de uma nova sociedade, embora pretensiosamente os gestores de tais políticas assim o enquadrem. Contudo, vale ressaltar que a educação é de fundamental importância para despertar nos indivíduos a importância e sobretudo a urgência de uma transformação

revolucionária, e ao mesmo tempo que seja possível transmitir, o que de avançado existe quando nos referimos ao conhecimento. Na verdade, dito isto, o que pretendemos refletir criticamente é que a relação linear entre educação e emprego, entretanto, é contraposto uma vez que alimenta a ilusão de que um investimento individual pode ser capaz de ampliar as condições de competição no mercado. Portanto, elimina a possibilidade de uma postura crítica frente à realidade. Além disso, se o trabalho é encarado como uma mercadoria, a educação será sempre uma categoria fundamental para a construção da cidadania.

Entretanto, é possível ser capaz de praticar a noção de educação integral, no sentido da emancipação humana, mesmo sem a existência de plano de qualificação profissional. Para Tonet (2005), a emancipação humana é verdadeiramente, por todos os seus fundamentos e pela sua função social, diferente e superior à cidadania, que ele considera como parte integrante da emancipação política (onde são inseridas as políticas públicas). Para o autor, o esclarecimento dessa distinção é hoje de máxima importância, uma vez que desejamos que a luta social seja orientada para a superação da desumanizadora de sociabilidade, que tem suas raízes no capital.

Para tanto, imprescindível reafirmar que a questão do Estado assume, em nossos dias, particular importância, e como o Estado nasceu da necessidade de refrear os antagonismos de classes. No próprio conflito dessas classes, o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que, também graças a ele, se toma a classe politicamente dominante e adquire, assim, novos meios de oprimir e explorar a classe dominada. O Estado moderno é um instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital. Assim, pode-se notar, seguramente, que o Estado é uma organização política definida que emerge enquanto "estrutura", fundando-se sobre uma "base" particular, "em condições particulares", conforme explicita a concepção marxista do Estado.

Por todo exposto, muitos são os desafios que se colocam à educação, dentre os quais, a nosso ver, é a intensificação da luta pela construção de uma política educacional integral. Mas nossas análises sobre o PLANFOR e o PNQ no contexto do Governo Lula, foram se comprovando que permanecem imóveis as determinações estruturais e fundamentais da sociedade em geral, sobretudo em

conformidade com as exigências também inalteráveis da lógica do capital de uma forma global.

Sobre essas questões, na verdade, segundo nos reafirma Tonet, sendo o ato fundante da emancipação política (ideia implícita no estado capitalista) a compra e venda de força de trabalho, importante considerar que se Marx se refere a emancipação política um momento indispensável para que o capital se reproduza. Então, a origem e natureza essencial se constituem expressão e condição de reprodução da desigualdade social, e em se tratando de um caráter limitado vai impedir a possibilidade de levar a humanidade para além da ordem social do capital.

Em suma, para Tonet (2005), a emancipação humana, sendo uma forma de sociabilidade na qual os homens sejam efetivamente livres, supõe a erradicação do capital com todas as suas categorias. Ou seja, sem esta erradicação tornar-se-á impossível a constituição de uma autêntica comunidade humana. E esta erradicação não significa o aperfeiçoamento da cidadania, mas, ao contrário, a sua mais completa superação.

Assim, urge lançar-se a perspectivar em direção à emancipação dos trabalhadores, ressaltando que é também fundamental nisso, compreender o que se passa no interior da classe trabalhadora. Nessa linha de argumentação, as políticas públicas de qualificação do trabalho provenientes da reestruturação produtiva do capital merecem ser aprofundadas e priorizadas as reflexões. A finalidade maior cumpre desvelar das amarras do capital, ainda que o assunto seja extremamente polêmico e de difícil trato.

Sabemos, portanto, que a materialização dessa concepção de emancipação humana não vem (nem virá) do capital nem de seus representantes na esfera do Estado. Somente irá ocorrer com incessante luta dos trabalhadores por formas de sociabilidade humana que lhes permita usufruir plenamente de sua produção e da vida em todas as suas dimensões.

Sendo assim, importa perseguir de modo planejado e consistente, uma estratégia que rompa decisivamente o controle exercido pelo capital. Mais que isso, somente a mais ampla das concepções de educação poderá nos ajudar a persistir no objetivo de uma mudança verdadeira e sobretudo radical, que proporcione instrumentos que rompam a lógica mistificadora do capital. E só dessa forma teremos a esperança de êxito. Ou de outra forma, estaremos sempre realizando

reparos institucionais formais. Quer seja, ficaremos sempre presos ao círculo vicioso institucionalmente articulado e protegido por essa lógica autocentralizadora do capital.

Por conseguinte, queremos concluir este estudo com o pensamento de Karl Marx (Prefácio da primeira edição alemã de *O Capital*, e prefácio à edição francesa), que norteou de forma muito especial toda a nossa construção: Todo começo é difícil [...] e não há entrada já aberta para a ciência e só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escadas abruptas é que tem a chance de chegar aos seus cimos luminosos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Cohn, Gabriel (org.) **Capitalismo tardio ou sociedade industrial?** São Paulo: Editora Ática, 1994.

ALMEIDA, M.L. de. **Da formulação à implementação: análise das políticas governamentais de educação profissional no Brasil.** Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, 2003

AMARAL, Ângela Santana do. **Qualificação dos trabalhadores e estratégia de hegemonia: o embate de projetos classistas.** Rio de Janeiro, 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho.** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999, 2003b.

AZEREDO, Beatriz. **Políticas Públicas de Emprego: a experiência brasileira.** São Paulo: ABET, 1998.

_____. **As Novas Formas de Acumulação de Capital e as Formas Contemporâneas de Estranhamento (Alienação).** Caderno CRH, Salvador, n. 37, p. 23-45, jul./dez. 2002.

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio. **A cidadania negada.** Políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez; CLACSO, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

ALVES, Giovanni. Verbetes Trabalho, Dicionário Crítico do Trabalho, In RET - **Rede de Estudos do Trabalho**, disponível em www.estudosdotrabalho.org.

BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil,** Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1975.

BALANCO, Paulo. As transformações do capitalismo: formulações teóricas para a composição de uma dialética da globalização. **IV Encontro Nacional de Economia Política**, Porto Alegre-RS, *Anais* (CD-ROM), 1 a 4 de junho de 1999.

BOBBIO, Norberto et alli. **O marxismo e o estado.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BUONFIGLIO, Maria C. Dilemas do Trabalho no final do século XX: desemprego e precarização. In: **Globalização, Trabalho e Desemprego.** Belo Horizonte. Editora C/Arte, 2001.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CÊA, Geórgia Sobreira dos Santos. **A Qualificação profissional entre os fios invisíveis: uma análise crítica do Plano Nacional e Qualificação do Trabalhador – PLANFOR**. Tese de Doutorado. PUC/SP, 2003.

CÊA, Georgia S. dos Santos. **A Educação Profissional sob a Ótica da Mediação e da Ruptura**: reflexões sobre o PLANFOR. Trabalho e Crítica: Anuário do GT Trabalho e Educação/ANPEd, nº. 02, set/2000

_____. **A qualificação profissional como instrumento de regulação social**: do PLANFOR ao PNQ. ANPED, 27ª RA, 2004.

CHASIN, J. Marx – Da razão do mundo ao mundo sem razão. In: _____. (Org.) **Marx Hoje**, n.1, São Paulo: Ensaio, 1987, (Cadernos ensaio, série Grande Formato), p. 13-52.

_____. **Método Dialético**. (texto mimeo).

_____. **A determinação ontonegativa da política**. São Paulo: Ensaio, 1995.

_____. **O integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. 2. ed. Belo Horizonte/São Paulo: Una Editora/Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

_____. **A miséria brasileira: 1964-1994** – do golpe militar à crise social. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

COHN, Gabriel (Org.) **Theodor Adorno**. São Paulo: Editora Ática, 2 ed., nº 54. Coleção Grandes Cientistas Sociais. p. 62-75

CHESNAIS, François. A “nova economia” uma conjuntura específica à potência hegemônica no contexto da mundialização do capital. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, Sete Letras, n. 9, 2001.

CHESNAIS, François; DUMÉNIL, G.; LÉVY, D.; WALLERSTEIN, I. **Uma nova fase do capitalismo?**. São Paulo: Xamã, 2003.

_____. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. In: **Praga** – Estudos Marxistas, São Paulo, Hucitec, nº 3, pp 19-46, 1997.

_____. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1994. In: CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. Tradução; Silvana F. Foá, São Paulo, ed: Xamã, 1996.

_____. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. In: **Praga** – Estudos Marxistas, São Paulo, Hucitec, nº 3, pp. 19-46, 1997.

_____. Crise da Ásia ou do capitalismo? **Revista Adusp**, São Paulo, [s.n.], 1998. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/revista/14/r14a05.pdf>>. Acesso em: 29.04.06.

CNM/CUT – **Cadernos de Textos do Congresso Nacional dos Metalúrgicos** – 2001. São Paulo: CNM/CUT, 2001

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Médio e ensino técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile. Os ministérios da educação e do trabalho na educação profissional. In: YANNOULAS, Silva Cristian (Org.). **Atuais tendências na educação profissional**. Brasília: Paralelo, 15, 2001.

DIAS, E. A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização. **Textos Didáticos**. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 2. ed, nº. 29; set, 1999.

DOWBOR, Ladislau. **Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

FALCON, Francisco. **A formação do mundo contemporâneo**. Francisco Falcon, Gerson Moura. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

GRUPPI, Luciano. **Tudo Começou com Maquiavel**. Trad. Dario Canali. 5 ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 1986.

HARVEY, D. **A condição pós moderna**. 11 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos** – o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. **A Era das Revoluções** – Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores).

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do homem**. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

HUSSON, M. **A miséria do capital**. Lisboa: Terramar, 1996.

IANNI, Octávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

IOSOHPPE, Gustavo. **Educação no Brasil aumenta a desigualdade**. Revista Isto é. 05/10/2005.

_____. _____. Educação e Capitalismo: aliados ou inimigos? **Revista Veja**. 14 de maio de 2008.

DIEGUES, Manuel Junior. **População e Açúcar no Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Alimentação, 1954.

LEITE, Márcia de Paula e RIZEK, Cibele Saliba. **Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

LENIN, Wladimir, I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1979.

_____. **Obras completas**. Móscú: Editorial Progresso, 1986. t. 28.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e ser social**. Maceió: Edufal, 1997.

_____. **Serviço Social e Trabalho: de que se trata**. Brasília: Temporalis, 2000. v. 1.

_____. **Para compreender a ontologia de Luckács**. 3 ed. [s/l]: Injuí, 2007.

LESSA, Sérgio, TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. Texto não publicado, 2004.

LESSA, Golbery. **Uma nova Alagoas é possível**. Maceió, 2004. (mimeo)

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LUKÁKS, Georg. **La riproduzione**. Capítulo II do volume II de *Per l'ontologia dell'essere sociale*. Versão italiana de Alberto Scarponi, a partir de cópia datilográfica da redação em alemão, preparada por Ferenc Bródy e Gábor Révai e revista por G. Lúkacs. Editora Riunit, 1. ed. Roma: 1981.

MACHADO, Ednéia Maria & KYOSEN, Renato Obikawa. **Serviço Social Revista**, Londrina, v. 3, n. 1, p. 61-68, 2000.

MANDEL. Ernest. **Introdução ao marxismo**. São Paulo: Artes Gráficas, 1989.

_____. **A Crise do Capital; os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Ed. Ensaio, 1990.

MARX, K. & ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **O manifesto comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro/Contraponto, São Paulo/Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. **O Manifesto Comunista**. Trad. Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998b.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Trad. Regis Barbosa; Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **O Capital**. Trad. de Regis Barbosa e Flávia R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. t. 1.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. t. 1, v. 1.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985 e 1986. (Os Economistas). v. I, III IV e V.

- _____. **O capital: crítica da economia política.** Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 1 e 2.
- _____. **O Capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, 2002. Livro 1.
- _____. **O Capital.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. **A questão judaica.** São Paulo: Ed. Moraes, 1991.
- _____. A jornada de trabalho. In: ____ **O Capital.** São Paulo: Abril Cultural, 1983b.
- _____. Processo de Trabalho e Processo de Valorização. In: ____ **O Capital.** São Paulo: Abril Cultural, 1983a.
- _____. A jornada de trabalho. In: ____ **O Capital.** São Paulo: Abril Cultural, 1983b.
- _____. **O capital: crítica da economia política.** Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. **O Capital: Crítica da Economia Política.** São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1.
- _____. **O Capital.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, [s/d]. v. 3.
- _____. **Capítulo inédito D'o Capital** – resultado do processo de produção imediato. Porto: Escorpião, 1975.
- _____. **Contribuição para a crítica da economia política.** Lisboa: Estampa, 1973.
- _____. **Crítica ao Programa de Gotha.** Tradução de Sueli T. Barros Cassal. Porto Alegre: L&M, 2002[1875].
- _____. **O Capital.** São Paulo: Abril Cultura, 1983. v. 1.
- _____. **O Capital.** São Paulo: Abril Cultura, 1984. v. 2.
- _____. **O Capital.** São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 3.
- _____. **O Capital: crítica da economia política.** São Paulo: Civilização Brasileira, 2002. v. 1.
- _____. **O Capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [s/d].
- _____. **A ideologia alemã.** 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. **A ideologia alemã / Karl Marx e Friedrich Engels.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. **Elementos fundamentales para la critica de la economía política.** (*Grundrisse*). México: SigloXXI, 1973. v. 3.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Lisboa: ED. 70, 1989.

_____. Manuscritos econômico-filosóficos. In: MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 5 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores).

_____. **Capítulo VI inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes Editores. [s/d.]

_____. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, [s/d]. (Coleção Os Pensadores).

MATTOSO, J.E.L. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Escrita, 1999.

MEHEDFF, Carmem Guimarães. **Trabalho, renda e participação social**: questões básicas para a atuação de conselheiros e técnicos municipais. Plano Editora: Brasília, 2002.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Trad. Sérgio Lessa; Paulo César Castanheira. Campinas: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **Marx**: a teoria da alienação. Rio de Janeiro: Zahar, [s/d].

_____. A crise estrutural do capital. In: Outubro – **Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, Rio de Janeiro, [s.n], n. 4, 2000.

_____. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Política radical e transição para o socialismo – Reflexões sobre o centenário de Marx. In: Cadernos Ensaio 1 série grande formato. **Marx Hoje**, São Paulo, Ensaio, p. 115, 1987.

_____. Atualidade histórica da ofensiva socialista. **Práxis 11**, Belo Horizonte, Projeto, jul./out., 1998.

_____. **O século XXI**: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO /CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional**. Brasília, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**, n. 9.394, 1996.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PLANFOR: **Termo de referência de projetos especiais**. Brasília, 1996.

_____. **Questões Críticas da educação brasileira**. Brasília, 1995b.

_____. **Educação profissional**: um projeto para o desenvolvimento sustentado. [s/l]: 1999a.

_____. **Sistema Público de Emprego e educação profissional** – implementação de uma política integrada. Brasília, 1996.

_____. **PLANFOR 1996/1999**. Planos e Projetos de Educação Profissional. Guia de planejamento e execução. Brasília, 1997.

_____. **PANFLOR 2002: diretrizes e planejamento**. Brasília, 2001.

_____. **Plano Nacional de Qualificação - PNQ 2003-2007**. Brasília, 2003.

_____. **Plano Nacional de Qualificação 2003-2007**. Orientações para a elaboração dos Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs 2003. Brasília, 2003.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **A incontornabilidade ontológica do capital**. Um estudo de Beyond Capital de I. Mészáros. Rio de Janeiro, 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PAULO NETTO, José. **Marxismo impenitente**: contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

PAULO NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 23 nº 2. p. 469-484, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/mp/perspectiva.html>>.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na Globalização** – a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **Objetivos do milênio descumpridos**. Agência de notícias Carta Maior, 30/08/2005.

PÓVOA-NETO, Helion. Migrações Internas e Mobilidade do Trabalho no Brasil Atual; Novos Desafios para a Análise. **Experimental**, São Paulo, Humanitas Publicações FFLCH/USP, ano 1, n. 2, março de 1997.

POSTHUMA, Anne Caroline. Transformando o sistema brasileiro de formação profissional: o primeiro quadriênio do PLANFOR. In: **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil**: política para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasil: OIT e MTE, 1999.

RANGEL, Rosilene Pimentel Santos, Brasil. **A Educação no processo de reprodução do ser social, crise do capital e novos padrões de desenvolvimento tecnológico**. Sergipe: 2005. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, UFS.

RUMMERT, Sônia Maria. Capital e trabalho: convergências e divergências quanto à educação. **Educação on-line**, 2002. Disponível em: <<http://www.educaçãoonline.pro.br>>.

SANTOS, Wanderley G. Santos. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política d pedagogia**. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da. (orgs). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. Petrópolis: Vozes, 1994.

TONET, I. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Porto Alegre: Editora Unijuí, 2005.

_____. **Em defesa do futuro**. Maceió: Edufal, 2005.

_____. **Democracia ou Liberdade?** Maceió: Edufal, 1997.

_____. Mudar o mundo sem tomar o poder, de John Holloway. **Novos Rumos**, São Paulo, IAP/Ipso, ano 20, n. 43, 2005.

_____. Prefácio ao artigo de Karl Marx: ‘O Rei da Prússia e a Reforma Social’. **Vorwärts**. 7, de agosto de 1844.

_____. A educação numa encruzilhada. In: MENEZES, A. DORTA et al. **Trabalho, sociabilidade e educação**: uma crítica à ordem do capital. Fortaleza: Editora da UFC, 2003. p. 201-220.

TONET, I.; S. LESSA. **Introdução a Filosofia de Marx**. [s/l]: [s.n], 2004.

TUMOLO, Paulo Sérgio. O significado do trabalho no capitalismo e o trabalho como princípio educativo: ensaio de análise crítica. **Revista Espaço Acadêmico**, [s/l], ano 3, n. 24, maio, 2003.

TROTSKY, L. **História da Revolução Russa**. São Paulo: Record, 2000.

UNITRABALHO. **Relatório de Avaliação PNQ 2003**. São Paulo, 1998, 2004 (mimeo)

VASCONCELOS, E. M. Estado e políticas sociais no capitalismo: uma abordagem marxista. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, ano 9, n. 28, p. 5-32, dez. de 1988.

VENTURA, Jaqueline Pereira. **O PLANFOR e a educação de jovens e adultos trabalhadores**: a subalternidade reiterada. Dissertação de mestrado. UFF, Niterói/RJ, 2001.

VILAR, P. **“Marx e a história”**.In: Hobsbawm, E.J(org.). História do marxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. v. 1.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1973.